



Prêmio América do Sul - 2006

**Bolívia:
de 1952 ao Século XXI**



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Jeronimo Moscardo

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor Álvaro da Costa Franco

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Diretor Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira. A Funag tem dois órgãos específicos singulares:

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) – tem por objetivo desenvolver e divulgar estudos e pesquisas sobre as relações internacionais. Com esse propósito:

- promove a coleta e a sistematização de documentos relativos ao seu campo de atuação;
- fomenta o intercâmbio científico com instituições congêneres nacionais, estrangeiras e internacionais, e
- realiza e promove conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) – cabem-lhe estudos e pesquisas sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil. Cumpre esse objetivo por meio de:

- criação e difusão de instrumentos de pesquisas;
- edição de livros sobre história diplomática do Brasil;
- pesquisas, exposições e seminários sobre o mesmo tema;
- publicação do periódico *Cadernos do CHDD*.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3322 2931, 3411 9125
Site: www.funag.gov.br

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6786/6800/6816
Fax: (61) 3224 2157 / 3323 4871
E-mail: ipri@mre.gov.br

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro – 20080-002 Rio de Janeiro, RJ
Telefax (21) 2233 2318/2079
E-mail: chdd.funag@veloxmail.com.br



Coleção América do Sul

Prêmio América do Sul - 2006

Bolívia: de 1952 ao Século XXI

A Outra Volta do Bumerangue:
Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952 - 2006)
Maurício Santoro Rocha

Bolívia:
de 1952 ao Século XXI - Processos Sociais, Transformações Políticas
Marcelo Argenta Câmara

Bolívia:
de 1952 ao Século XXI - Diversas Sínteses de uma Revolução
Alessandro Segabinazzi



Brasília, 2006



FOTO DA CAPA: "Abraço". 1986. Oruro.
Oleo-lienzo. 89x70 cm. Colección particular. Oruro.

Equipe Técnica

Coordenação:

ELIANE MIRANDA PAIVA

Assistente de Coordenação e Produção:

ARAPUÃ DE SOUZA BRITO

Programação Visual e Diagramação:

PAULO PEDERSOLLI

Bolívia: de 1952 ao século XXI / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Insituto de
Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.
p. 156 (Coleção América do Sul)

ISBN 85-7631-069-4

Conteúdo: A outra volta do bumerangue: estado, movimentos sociais e recursos
Naturais na Bolívia(1952-2006) / Maurício Santoro Rocha – Bolívia: de 1952 ao século XXI:
processos sociais, transformações políticas / Marcelo Argenta Câmara – Bolívia: de 1952 ao
século XXI: diversas sínteses de uma revolução / Alessandro Segabinazzi.

Prêmio América do Sul – 2006.

1. Bolívia – História. 2. Bolívia – Política. 3. Bolívia – Condições sociais. 4. Bolívia –
Condições econômicas. I. Rocha, Maurício Santoro. A outra volta do bumerangue: estado,
movimentos sociais e recursos naturais... II. Câmara, Marcelo Argenta. Bolívia: de 1952 ao
século XXI: diversas sínteses de uma revolução. IV. Série.

CDU 94 (84)
(ed. 1997)

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: publicacoes@funag.gov.br

Impresso no Brasil 2007

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907



Sumário

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO - <i>EMBAIXADOR JERONIMO MOSCARDO</i> | 9 |
| 1º PRÊMIO - <i>MAURÍCIO SANTORO ROCHA</i> | |
| A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia 1952 – 2006) | 12 |
| 1. Introdução | 12 |
| 2. A Revolução de 1952 | 16 |
| 2.1 – Antecedentes | 16 |
| 2.2 – Reforma Agrária e Nacionalização das Minas | 18 |
| 2.3 – Corporativismo e Cidadania Tutelada | 21 |
| 3. As Ditaduras Militares (1964 – 1982) | 22 |
| 3.1 – O Pacto Militar-Camponês | 22 |
| 3.2 – O Movimento Katarista | 23 |
| 3.3 – As Mudanças na Exploração do Petróleo | 25 |
| 4. Redemocratização sob o signo da “Desrevolução” (1982 – 2000) | 28 |
| 4.1 – A Nova Política Econômica | 28 |
| 4.2 – As Disputas Partidárias | 31 |
| 4.3 – A Ascensão dos Movimentos Sociais: cocaleiros e ayllus | 33 |
| 5. Crise de Hegemonia (2000 – 2006) | 37 |
| 5.1 – A Guerra da Água | 37 |
| 5.2 – A Guerra do Gás | 39 |
| 5.3 – Os Desafios do Governo Evo Morales | 41 |
| 6. Conclusão | 45 |
| 7. Glossário | 53 |
| 8. Referências Bibliográficas | 59 |



QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Ditaduras Militares na Bolívia (1964 – 1982) | 28 |
| Quadro 2: Hidrocarbonetos e Política na Bolívia | 44 |
| Quadro 3: A Luta pelos Recursos Naturais na Bolívia | 47 |

2º PRÊMIO - MARCELO ARGENTA CÂMARA

| | |
|---|-----|
| Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações | |
| Políticas | 65 |
| Introdução | 65 |
| O que levou o indígena, então, a votar no indígena? | 67 |
| O País e o Período | 68 |
| A organização do espaço latino-americano: o processo de colonização | 71 |
| Independência e Neocolonialismo | 74 |
| A “rosca”: em busca das origens da Guerra do Chaco | 77 |
| A Guerra do Chaco e as raízes do nacionalismo boliviano | 79 |
| A Revolução de 1952 – Revolução e Poder | 83 |
| Políticas do governo do MNR | 85 |
| Transição: Ditaduras e Redemocratização | 88 |
| A formação social <i>abigarrada</i> – uma análise sociológica da questão boliviana | 91 |
| Transfigurações da política – o retorno do indígena | 94 |
| Perspectivas | 98 |
| Referências Bibliográficas | 103 |

3º PRÊMIO - ALESSANDRO SEGABINAZZI

| | |
|---|-----|
| Summary | 107 |
| Resumo | 109 |
| Bolívia de 1952 ao Século XXI: Diversas Sínteses de uma Revolução | 111 |
| Prelúdio Revolucionário | 117 |
| A Revolução Nacionalista de 1952 | 124 |
| O Retorno dos Militares | 132 |
| O Período Democrático | 141 |
| Considerações Finais | 149 |
| Referências | 153 |



Prefácio







Prefácio

Com vistas a estimular a reflexão e a pesquisa sobre questões do continente sul-americano e fortalecer os vínculos da comunidade acadêmica com o processo de integração regional, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) instituiu em 2005 o *Prêmio América do Sul*. Trata-se de um prêmio anual, destinado aos autores de três monografias selecionadas por uma Banca Julgadora formada por reconhecidos profissionais do campo das relações internacionais.

Os resultados alcançados na primeira edição do *Prêmio América do Sul* foram auspiciosos. As três monografias premiadas representaram uma valiosa contribuição à reflexão sobre o processo de integração sul-americana, tema prioritário da política externa brasileira.

Em sua segunda edição, o prêmio teve como tema “Bolívia: de 1952 ao Século XXI”. Reconheceu-se, dessa forma, a importância de aprofundar os conhecimentos no Brasil acerca da realidade política, econômica e social de um país vizinho e amigo, sobretudo num momento em que o relacionamento com a Bolívia tem merecido especial atenção tanto por parte dos formuladores da política externa brasileira como da opinião pública nacional.

A Banca Julgadora, formada pelos Professores Paulo Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Tullo Vigevani (Universidade Estadual de Campinas – UNESP) e Carlos Henrique Cardim (Presidente do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais – IPRI), examinou diversas monografias de alta qualidade e decidiu atribuir o *Prêmio América do Sul* de 2006 a:



PREFÁCIO - EMBAIXADOR JERONIMO MOSCARDO

1º. Lugar - Maurício Santoro Rocha

“A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006)” – Prêmio: R\$15 mil

2º. Lugar- Marcelo Argenta Câmara

“Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas” – Prêmio: R\$10 mil

3º. Lugar- Alessandro Segabinazzi

“ Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Diversas Sínteses de uma Revolução” – Prêmio R\$5 mil

Ao reunir neste volume os textos premiados em 2006, a FUNAG espera, ao mesmo tempo, oferecer novos subsídios para os estudos no Brasil sobre a Bolívia e encorajar Mestres e Doutores de todo o país a contribuírem com suas próprias reflexões sobre a realidade da América do Sul.

Jeronimo Moscardo

Embaixador - Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG



1º Prêmio
Maurício Santoro Rocha

A Outra Volta do Bumerangue:
Estado, Movimentos Sociais e Recursos
Naturais na Bolívia
(1952 – 2006)





A outra volta do bumerangue: estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 – 2006)

*Maurício Santoro Rocha**

1 - Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar os ciclos políticos da história contemporânea da Bolívia em função das disputas pelo controle dos recursos naturais do país. Da Revolução de 1952 à nacionalização do petróleo e do gás promovida pelo governo Evo Morales, o centro dos conflitos pelo poder boliviano são exatamente as riquezas como terra, minérios, hidrocarbonetos, coca, água. Os principais atores envolvidos são o Estado, os partidos políticos, os militares, os movimentos sociais e as empresas transnacionais. Toda mudança de ciclo político leva ao reordenamento dessas forças e a novas regras para a exploração dos recursos naturais.

Desde a colonização espanhola, a Bolívia é célebre por sua abundância de riquezas. A prata foi o centro da economia até o fim do século XIX, quando foi substituída pelo estanho, que predominou com altos e baixos até a década de 1980. Os hidrocarbonetos começaram a se tornar importantes na década de 1930 e o gás

Maurício Santoro Rocha é pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e professor da Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Cândido Mendes. Formou-se em jornalismo pela UFRJ e fez o Mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ, onde cursa o doutorado. Trabalha em projetos de cooperação social em vários países da América do Sul e da África.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

transformou-se no eixo econômico nacional a partir dos anos 90. O cultivo de coca é tradicional na Bolívia há milênios, mas o surgimento da indústria da cocaína, na década de 1970, originou lucrativo plantio para abastecer os mercados norte-americano e europeu, causando séria tensão por causa do envolvimento das redes do crime organizado, que criam problemas para a política externa boliviana, sobretudo nas relações com os Estados Unidos. Apesar disso, o agronegócio tem prosperado, em especial a soja, nas províncias orientais.

A economia da Bolívia é, e sempre foi, do tipo primário-exportadora, com o setor mais dinâmico e importante dominado por poucos produtos minerais e agrícolas. Ao longo de quase duzentos anos de vida independente, o país experimentou diversos tipos de regimes políticos, mas nenhum alcançou o desenvolvimento econômico e a inclusão social da população. Embora a economia e a sociedade tenham-se modernizado bastante ao longo do período abordado neste estudo, o país é o mais pobre da América do Sul. O Índice de Desenvolvimento Humano é comparável ao das nações da África Subsaariana.

As péssimas condições sociais do país e a disputa pelos recursos naturais são inseparáveis da questão indígena, a luta pelo reconhecimento da cultura dos povos originários – como os quéchuas, aymaras e guaranis preferem chamar a si mesmos –, que formam cerca de 60% da população. A identidade destes povos foi reprimida mesmo pela Revolução de 1952, mas tornou-se um dos pilares da agenda nacional após a redemocratização.

Os recursos naturais também estão no centro da agenda diplomática que torna a Bolívia fundamental para a política externa brasileira na América do Sul. O gás boliviano é responsável pelo abastecimento de cerca de 50% do parque industrial do Brasil, em especial no Estado de São Paulo. As reservas de gás recém-descobertas nas bacias de Campos e de Santos oferecem possibilidade de diminuir o quadro de dependência, mas estão localizados em águas profundas,



de exploração difícil e cara, que só deve se tornar viável em alguns anos.

Além disso, a Bolívia é o lar de cerca de duzentos mil brasileiros, a maioria dedicada ao plantio da soja nas províncias orientais. As disputas em torno da reforma agrária e do modelo de desenvolvimento agrícola têm sido elemento importante da política boliviana nos últimos cinquenta anos, e podem afetar esse grupo.

Outro elemento que liga os dois países é o tráfico de cocaína. A Bolívia é um dos maiores produtores mundiais da droga, ao lado da Colômbia e do Peru. Os conflitos sobre o plantio da coca envolvem as redes transnacionais do crime organizado, que são a principal ameaça para a segurança pública brasileira. A questão também preocupa por envolver os Estados Unidos em políticas de militarização, em uma zona rica em recursos naturais, e estratégica para o Brasil.

Por fim, a Bolívia ocupa posição central no tabuleiro geopolítico da América do Sul, participando dos sistemas do Prata, dos Andes e da Amazônia. Não é à toa que o país esteve na mira dos arquitetos de grandes transformações continentais, de Simón Bolívar a Ernesto Guevara. Uma Bolívia estável, próspera e pacífica é essencial ao projeto de integração sul-americana e aos interesses da política externa brasileira na região.

Para alcançar esses objetivos, é preciso entender as lutas políticas que ocorreram no país, tomando como marco inicial a Revolução de 1952, tema da próxima seção, que analisa as principais medidas do período, como a nacionalização das minas e a reforma agrária, destacando os avanços e as limitações do modelo político corporativo estabelecido pelo Movimento Nacionalista Revolucionário.

A terceira seção examina os ciclos das ditaduras militares bolivianas (1964 - 1982), com ênfase na questão agrária e na exploração petrolífera. A relação com a população rural foi marcada, no primeiro momento, pelo estabelecimento do “Pacto Militar-Camponês”, do governo René Barrientos, mas esse precário arranjo



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

desmoronou com os massacres durante o regime do general Hugo Banzer. O autoritarismo do Estado boliviano foi desafiado pelo nascente Movimento Katarista, que mesclava luta sindical agrária com a demanda pelo reconhecimento da identidade indígena, o que, desde então, é a marca da mobilização social naquele país. O petróleo também foi epicentro de combates políticos, com as regras do setor oscilando entre nacionalização e estímulo ao investimento estrangeiro.

O retorno à democracia nos anos 1980 é o tema da seção 4. O processo foi marcado pela adoção da Nova Política Econômica, de inspiração neoliberal, com a privatização das minas de estanho e a abertura comercial que prejudicou os pequenos agricultores. O cultivo da coca aumentou exponencialmente, sendo alvo de repressão militar. O movimento cocaleiro surgiu do enfrentamento dessa política, no contexto de outras lutas sociais que também valorizavam as tradições indígenas, como a mobilização dos ayllus. O gás tornou-se o principal produto da economia, sobretudo após a construção do gasoduto Brasil-Bolívia.

A quinta seção aborda a “crise de hegemonia” do sistema político boliviano, cujos elementos centrais são o descolamento entre os partidos e a sociedade, que culmina em diversos enfrentamentos em torno ao controle da água e do gás, em padrão de conflitos violentos. Ao fim, um indígena é eleito presidente e dá voz às demandas populares, nacionalizando o gás natural. Mas que perspectivas seu governo tem de ser bem-sucedido onde tantos outros falharam, em um quadro de instabilidade, fragmentação e tensões?

2. A Revolução de 1952

2.1 – Antecedentes

A Revolução de 1952 foi um dos mais importantes processos de mudança social ocorridos na América Latina, comparável àqueles que aconteceram no México e em Cuba. O movimento boliviano



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

realizou ampla reforma agrária, acabou com as formas servis de trabalho indígena (como o *pongueaje*, a prestação gratuita de serviços aos proprietários de terra), estabeleceu o sufrágio universal, impulsionou a educação e promoveu o desenvolvimento econômico pela ação de empresas estatais na área de mineração e energia. O regime falhou, contudo, em consolidar a democracia, implantando um modelo de cidadania corporativa que degenerou em relações clientelistas e autoritárias da sociedade com o Estado.

Os antecedentes da revolução estão na grande depressão dos anos 30, que abalou a economia, dependente da exportação do estanho. A crise foi agravada pela decisão desastrosa do governo em ir à guerra com o Paraguai pelo controle do Chaco Boreal, região contestada pelos dois países, onde se supunha (erradamente) haver grandes reservas petrolíferas. A Bolívia perdeu o conflito, que durou de 1932 a 1935. O mau desempenho do Exército e as dificuldades de transporte e abastecimento das tropas foram o estopim para intensas discussões sobre os problemas sociais do país:

A nova geração “desiludida” do Chaco intensificou, a partir de então, um debate nacional expresso amplamente na literatura da época sobre temas fundamentais, postergados pela emergência da guerra: a exploração de recursos naturais (minerais, petróleo, borracha), a extrema dependência econômica a que o país estava sujeito diante da variação dos preços internacionais e das grandes mineradoras privadas, a desigualdade na distribuição de terras (causadora de tanta violência nas áreas rurais) e a situação dilacerante das maiorias indígenas submetidas ao *pongueaje* e dos setores operários e mineiros. (Arze, 1999: 58).

A guerra do Chaco não criara tais problemas, mas o conflito funcionou como um catalisador, expondo as contradições sociais bolivianas e provocando crise de legitimidade da elite política, a



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

oligarquia do estanho de La Paz e os grandes proprietários rurais do Altiplano. Nesse contexto, ganhou força o nacionalismo econômico e a mobilização política dos militares por intermédio das associações de ex-combatentes. Elas foram a base para golpes dados por majores e coronéis, que ocuparam o governo por diversos anos até a revolução.

A empresa petrolífera dos EUA Standard Oil teve seus ativos na Bolívia nacionalizados no governo militar de David Toro (1936), sob acusação de que a companhia havia ajudado o Paraguai na guerra. Para atuar em seu lugar, foi criada a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), que tem, desde então, papel importante na economia do país. Os primeiros executivos e técnicos foram formados em estágios e parcerias com a YPF da Argentina e a Pemex do México, seus grandes modelos e inspirações. Em 1938, firmou-se acordo com o Brasil, criando uma comissão mista para explorar o petróleo boliviano, mas a cooperação não chegou a se concretizar na prática.

A efervescência política provocada pela guerra teve impacto decisivo nas classes médias urbanas e em setores mais organizados dos trabalhadores, como mineiros e operários industriais. Estes grupos fundaram em 1941 o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sob liderança dos intelectuais Victor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo, e do líder sindical Juan Lechín. O MNR apoiou o golpe militar de Gualberto Villaroel, que permaneceu brevemente no poder em 1943 e 1944. O Movimento chegou à presidência mediante outra insurreição armada, em abril de 1952, que encerrou um período de seis anos de governos conservadores. Paz Estenssoro assumiu a presidência em dois mandatos (1952 – 1956 e 1960 – 1964) e Siles Zuazo, em um (1956 – 1960).

2.2 – Reforma Agrária e Nacionalização das Minas

Na célebre definição da socióloga Sílvia Rivera, os membros do MNR eram “jacobinos sem burguesia” e “os primos pobres da oligarquia” que:



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

[se sentiam] portadores da missão histórica de converter-se em uma ativa e progressista “burguesia nacional” capaz de consumir, por fim, o desenvolvimento capitalista do país. Assim esses jovens profissionais *criollos* terminaram impondo um rumo burguês a um movimento onde todos tinham participado, menos a burguesia. (Rivera, 1986: 79).

No que toca aos recursos naturais, as ações mais importantes do governo revolucionário foram a nacionalização das minas de estanho e a ampla reforma agrária. O estanho passava por dificuldades desde a década de 1920, que levaram à oligopolização do setor. Os proprietários de médio porte faliram ou venderam seus negócios para um punhado de magnatas conhecidos como “barões do estanho”, como a família Patiño. As empresas estrangeiras, principalmente dos EUA, também entraram com força no mercado boliviano. O contraponto do processo de concentração de capital foi o aumento da organização sindical, com a fundação, pouco antes da revolução, da Central Operária Boliviana (COB), um dos atores mais importantes da política boliviana desde então.

Para gerir as minas nacionalizadas, o governo criou a estatal Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), a empresa mais importante do país, ao lado da YPFB. Nos primeiros anos da revolução, houve um modelo de “co-governo” entre o MNR e a COB, pelo qual o poder era compartilhado em questões ligadas à mineração e aos temas sociais. Isso tornou “possível à COB desenvolver enorme poder de veto contra as políticas governamentais, que transcendeu a queda do MNR e sobreviveu até a transição democrática.” (Mayorga, 1999: 341).

Na zona rural, o governo apoiou a formação de milícias camponesas, que ocuparam as grandes propriedades e pressionaram pela reforma agrária, decretada em 1953. Os antecedentes das milícias também se encontram na Guerra do Chaco, que mobilizou mais de duzentos mil soldados e os fez sentirem-se parte de uma comunidade política mais ampla:



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Pela primeira vez, não apenas os mestiços e os brancos eram chamados a servir à pátria, mas também os camponeses das comunidades indígenas e das fazendas. Os recrutas, na maioria do Altiplano e dos vales altos da Bolívia, entraram em um mundo novo... Aprenderam a usar armas e conheceram seus camaradas, gente de outras partes da Bolívia. Pela primeira vez, em particular os camponeses, deram-se conta de que eram parte não apenas de sua pequena comunidade ou vilarejo, mas igualmente de uma nação. (Langer, 1999: 73–74).

A Bolívia tinha uma das piores concentrações fundiárias da América do Sul, com a propriedade retida nas mãos de menos de 5% da população. Estima-se que a distribuição de terras tenha beneficiado cerca de 1,5 milhão de camponeses (Arze, 1999: 62). Além disso, a abolição do trabalho servil liberou mão-de-obra para produzir para conta própria, em vez de prestar serviços gratuitos aos patrões.

A maioria dos camponeses era de origem indígena. A elite boliviana, no século XIX e na primeira metade do século XX, havia lidado com os índios sob o prisma do darwinismo social, como uma “raça inferior” que desapareceria pelo contato com os brancos. As leis de segregação eram profundas e envolviam a obrigatoriedade do trabalho servil dos índios e a proibição de que circulassem pelas ruas principais das cidades. A postura começou a mudar a partir da Guerra do Chaco. O governo militar de Villaroel chegou a organizar um congresso indígena no próprio palácio presidencial em La Paz.

No entanto, o MNR combateu a identidade étnica e reforçou valores ligados à classe social, o que era visto como modernização econômica e política. Tratou com os índios, sobretudo, mediante a criação do Ministério de Assuntos Camponeses e transformou os ayllus, comunidades tradicionais, em sindicatos rurais, o que foi considerado parte de uma estratégia de modernização política e econômica, por meio da fábrica, escola, exército:



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

O país de índios governado por senhores devia desaparecer com a revolução. Os senhores se converteriam em burgueses de mentalidade democrata e progressista e os índios, em cidadãos, integrados no sólido cimento do mercado interno e da castelhanização [isto é, uso do idioma espanhol e dos hábitos culturais europeus]. O índio devia desaparecer com a mestiçagem, a educação, a migração aos centros urbanos e o parcelamento das comunidades [...] (Rivera, 1986: 4).

Adiante veremos como esse quadro se transformou a partir dos anos 1970.

2.3 – Corporativismo e Cidadania Tutelada

A Revolução de 1952 rompeu com a dominação da oligarquia do estanho e dos proprietários rurais, mas não substituiu esse regime por uma democracia de massas. O modelo estabelecido pelo MNR foi o da cidadania tutelada. Mais do que a garantia de direitos individuais, tratava-se de um arranjo corporativo entre o Estado e os principais sindicatos (mineiros, operários, trabalhadores rurais). O apoio político ao governo era conquistado por uma combinação de pressões e ações clientelistas, como crédito, acesso a alimentos de preços subsidiados, obras de infra-estrutura, escolas e hospitais.

O padrão é semelhante ao que se consolidou no México após a Revolução de 1910. Ao contrário do PRI, o MNR jamais conseguiu controle efetivo sobre o movimento sindical, particularmente no campo. Apesar dos esforços do governo, permaneceu a tensão entre comunidades indígenas e os dirigentes trabalhistas que deveriam organizá-las como sindicatos modernos. O conflito mais grave ocorreu na chamada Guerra Ch'ampa, na região de Ucureña. Ali os indígenas se rebelaram em armas contra os dirigentes que deveriam tutelá-los, em enfrentamentos que levaram a centenas de mortos entre 1959 e 1964.

O MNR também enfrentou sérias dificuldades econômicas, pois a época do auge do estanho já havia passado, e o governo tinha



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

problemas em conseguir fechar as contas e precisou adotar medidas conservadoras do ponto de vista fiscal. A partir de 1960, as dissidências formaram partidos à direita (Partido Revolucionário Autêntico) e à esquerda (Partido Revolucionário da Esquerda Nacional). O segundo governo de Paz Estenssoro foi marcado por conflitos com a COB e com os militares, que tomaram o poder em um golpe em 1964, liderado pelo general René Barrientos, que havia conquistado prestígio como o pacificador da Guerra Ch'ampa.

3. As Ditaduras Militares (1964 – 1982)

3.1 – O Pacto Militar-Camponês

O general Barrientos era um oficial carismático e de origem humilde, com grande capacidade de comunicação popular, que falava fluentemente o idioma indígena quéchua. Em seu governo (1964 – 1969), foi arquitetado o Pacto Militar-Camponês, tentativa de utilizar o sindicalismo rural para se contrapor às demandas da COB, onde a influência comunista era forte. O arranjo funcionou razoavelmente sob liderança de Barrientos: “A COB ficou isolada e desta maneira a confrontação entre ela e as Forças Armadas tornou-se o eixo de toda a luta política até a transição à democracia.” (Mayorga, 1999: 345).

Os mineiros não eram numerosos, mas tinham imensa importância devido à força econômica do setor. Em 1965, “representavam apenas 2,7% da população economicamente ativa, mas garantiam 94% do valor das exportações, as quais, por sua vez, respondiam por uma altíssima porcentagem do PIB.” (Castañeda, 1997: 408).

As grandes minas concentravam centenas ou milhares de trabalhadores, em condições duríssimas. Desde a Grande Depressão, o setor era muito bem organizado e seu líder Juan Lechín foi um dos mais conhecidos e celebrados líderes da esquerda sul-americana no século XX.



Durante o governo Barrientos, Ernesto Guevara tentou criar um foco guerrilheiro na remota região de Ñankaguasu, na expectativa do apoio dos mineiros e da adesão dos camponeses. O fracasso da iniciativa resultou na morte do revolucionário. Para além dos problemas de articulação com o Partido Comunista Boliviano, Guevara escolheu uma área guarani, etnia que representa menos de 1% da população do país e não havia sido tão mobilizada politicamente quanto os aymara e os quéchua do Altiplano

Guevara também errou, ao buscar transplantar a experiência da Revolução Cubana para um contexto muito diferente, no qual o elemento central da tradição de lutas sociais eram os sindicatos, mineiros e rurais, e não a insurreição armada. O abismo que separava sua pregação socialista das expectativas dos guaranis é comparável à pergunta que os espantados índios do século XIX faziam aos soldados que lutavam pela independência da Bolívia: “O que é a pátria?”.

3.2 – O Movimento Katarista

O Pacto Camponês-Militar enfrentou problemas à medida que uma nova geração de líderes sindicais resistiu às interferências da ditadura. O acordo naufragou durante os massacres do governo de Hugo Banzer (1971 – 1978). Ao fim do período autoritário, havia surgido na Bolívia um forte movimento contestatório de base rural, que se expressava não somente em termos de classe social, mas também de identidade indígena.

Essa corrente é conhecida como Movimento Katarista, em homenagem a Tupac Katari, líder da grande insurreição indígena do século XVIII. Surgiu a partir de índios, principalmente da etnia aymara, que migraram para as cidades e fizeram estudos avançados, no nível do ensino médio ou da universidade. Foram educados no quadro das expectativas crescentes despertadas pela Revolução de 1952 e beneficiados pelas oportunidades educacionais que ela criou.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Mas as promessas de ascensão social e integração foram frustradas pela experiência do racismo que enfrentaram no meio urbano e pela manipulação que sofreram dos governos do MNR e das ditaduras militares:

Quer dizer que , para esta nova geração aymara, que recebia cotidianamente o impacto da educação rural, a migração estacional, a castelhanização e a incursão no mundo urbano, tornavam mais evidentes os traços paternalistas e manipuladores que prevaleciam no manejo oficial do “problema camponês”. Pode-se dizer que percebiam com maior agudeza as continuidades senhoriais do sistema ideológico dominante, visto que, apesar de formalmente interpelados como cidadãos “livres e iguais”, na prática eram excluídos e marginalizados (salvo como massa de manobra), e ao mesmo tempo impedidos de exercer sua diferença. (Rivera. 1986: 121).

Os pais dos kataristas haviam participado da Revolução de 1952, mas como “camponeses”. Quiçá seus avós houvessem lutado na Guerra do Chaco, mas seus manifestos apontavam outro desejo: “Reduziram-nos a camponeses e nos arrebataram nossa condição de Povo Aymara.” (Citado em Albó, 1999: 472). O movimento passou a utilizar a bandeira *wiphala*, símbolo dos povos indígenas, e a recuperar tradições e o próprio uso do idioma. O Katarismo usou intensamente as rádios, para transmitir programas e radionovelas em aymara sobre as lutas históricas desta etnia, e também para diversões cotidianas, como partidas de futebol e adaptações de filmes de sucesso, como *O Exorista*.

O movimento aproveitou a relativa abertura política dos governos dos generais Alfredo Ovando e Juan Torres (1969-1971) para estabelecer uma ponte entre o ativismo urbano e o sindicalismo rural. Com a “teoria dos dois olhos”, trabalharam a questão indígena



da dupla perspectiva dos problemas camponeses e da valorização da identidade étnica.

Os kataristas ascenderam rapidamente na luta sindical e passaram a liderar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB), mais importante órgão do setor rural.

Embora o Katarismo visasse a reformas sociais, e não à revolução, os enfrentamentos com as ditaduras militares foram violentos, particularmente durante o governo Banzer – o mais longo da história boliviana no século XX. De 1971 a 1974, o regime ainda mantinha algum grau de liberdade, mas o general deu um “golpe dentro do golpe” e assumiu enormes poderes, ao mesmo tempo em que impôs um duro pacote econômico, que incluía aumentos de preços em alimentos essenciais. Os protestos indígenas foram reprimidos com violência, com ataques de blindados e artilharia contra manifestantes, resultando nos massacres de Tolata, Epizanga e Melga.

Os líderes kataristas foram perseguidos e muitos foram presos ou tiveram de exilar-se. Mas o movimento também contou com o apoio significativo da Igreja Católica, em particular dos religiosos que haviam se entusiasmado com as transformações sociais preconizadas pelo Concílio Vaticano II. As organizações não-governamentais também auxiliaram com financiamento e cooperação técnica, com ênfase nas entidades do norte da Europa, como Oxfam (Reino Unido) e Novib (Holanda).

Apesar da repressão do governo militar, o Katarismo sobreviveu e teve influência decisiva posteriormente. Um de seus dirigentes, Victor Hugo Cardenas, foi vice-presidente na chapa de Sánchez de Lozada. Nos anos 1980, os kataristas foram decisivos na formação da nova leva de sindicalistas indígenas da zona cocaleira (ver seção 4).

3.3 – As Mudanças na Exploração do Petróleo

A Revolução de 1952 havia mantido a importância central da YPFB para a exploração dos hidrocarbonetos, mas também realizara



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

aberturas ao capital externo – como exemplificado pelas Notas Reversais de Roboré, firmadas com o Brasil em 1958, que previam a ação de empresas privadas brasileiras para extrair petróleo. As Notas atualizaram acordo assinado em 1938 e nunca efetivado, e causaram enorme controvérsia no Brasil, devido às interpretações de que companhias estrangeiras poderiam usar brechas no acordo para entrar no mercado boliviano. O Congresso também protestou por ter sido aliado de negociações:

Com efeito, as reversais extrapolaram seu âmbito ao introduzir graves modificações no que já havia sido acordado entre os dois governos. O procedimento adotado equivalia a deixar ao arbítrio dos negociadores a resolução de assuntos privativos do Congresso Nacional. (Cervo e Bueno, 2002: 304).

A polêmica acirrou-se com a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, que criticou duramente as Notas e afirmou que deveriam ser objeto de tratado, submetido ao Congresso. A questão arrastou-se por anos, até que, em 1961, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Santiago Dantas, decidiu encaminhar as notas ao Parlamento.

Na Bolívia, a abertura ao capital estrangeiro foi aprofundada pelo governo militar de Barrientos. Ao mesmo tempo em que se aproximava politicamente dos EUA no contexto do acirramento da Guerra Fria, o general também abria oportunidades de negócios para empresas petrolíferas norte-americanas. A principal beneficiada foi a Gulf Oil, que se tornou a maior investidora externa na Bolívia.

Nova virada ocorreu em 1969, no governo do general Ovando. O Ministério dos Hidrocarbonetos foi assumido pelo líder socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, que decretou a nacionalização das propriedades da Gulf Oil, mas a experiência não teve melhor desempenho do que a medida semelhante adotada em 1936:



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

Nenhuma das duas nacionalizações logrou resolver os problemas do país. A Bolívia continuou tão pobre quanto era antes e a YPFB revelou-se incapaz de assumir os elevados encargos necessários para conduzir a indústria petrolífera. Em ambos os casos, faltaram capitais para investir em pesquisa, exploração e modernização. Faltava também mão-de-obra qualificada para tocar o setor. (Cepik e Carra, 2006: 2–3)

Na instabilidade que caracteriza a política boliviana, o quadro regulatório foi alterado outra vez em 1972, no governo Banzer. O general outorgou nova Lei Geral dos Hidrocarbonetos, que estabeleceu o “monopólio flexibilizado” (Miranda, 1999) da YPFB, com participação do capital privado nos setores de exploração e de produção do petróleo. Tal marco foi mantido até a década de 1990, quando o setor foi liberalizado.

Quiroga, o ministro da segunda nacionalização, teve fim trágico. No governo do general García Meza (1980 – 1982), foi atacado por capangas do governo e ferido à bala. Seus algozes prenderam-no e assassinaram-no sob tortura. O crime tornou-se o símbolo do período, infame pela truculência da repressão, pelo envolvimento do ditador com o tráfico de drogas e pelo colapso da economia.

O quadro abaixo busca resumir os elementos mais importantes do ciclo de ditaduras militares da Bolívia.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Quadro 1: Ditaduras Militares na Bolívia (1964 – 1982)

| Governos | Duração | Política agrária | Marco para o petróleo |
|-----------------------------------|-------------|---|---|
| René Barrientos | 1964 – 1969 | Formação do Pacto Militar-Camponês. | Abertura ao capital externo. Entrada da Gulf Oil. |
| Alfredo Ovando / Juan Torres | 1969 – 1971 | Início do Movimento Katarista. | Nacionalização. |
| Hugo Banzer | 1971 – 1978 | Repressão e massacres. Colapso do Pacto Militar-Camponês. | Flexibilização do monopólio da YPF. Capital privado na exploração/produção. |
| Pereda, Padilla, Guevara, Gueiler | 1978 – 1980 | A grande instabilidade do período, que incluiu presidentes civis, não permitiu o estabelecimento de políticas consistentes nos dois campos. | |
| García Meza | 1980 – 1982 | Repressão. | Assassinato do ex-ministro Marcelo Quiroga. |

4. Redemocratização sob o Signo da Desrevolução (1982 – 2000)

4.1 – A Nova Política Econômica

As décadas de 1980 e 1990 tiveram impacto ambíguo sobre a sociedade boliviana. Ao mesmo tempo em que foram marcadas pela redemocratização e pelo aumento das liberdades civis e políticas, também se destacaram pela implementação de reformas econômicas neoliberais, que resultaram na piora das condições de vida para a população pobre, com perda de direitos sociais. Neste contexto de transformações e crises, o gás natural tornou-se o motor da economia nacional e surgiram novos movimentos sociais, com destaque para o sindicalismo dos produtores de coca. Ao fim de vinte anos, ocorreu um processo de desmonte do regime estabelecido em 1952, uma “Desrevolução”, como a chamam Yaksic e Tapia (1997).

A transição da ditadura militar à democracia foi marcada por severa crise econômica, cuja pior manifestação foi a hiperinflação,



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

que durou de 1982 a 1985 e chegou a superar 24 mil % ao ano. O governo de Víctor Paz Estenssoro – novamente na presidência – lidou com o problema por meio de um pacote de ajuste estrutural, que provocou uma mudança completa da economia, servindo de protótipo para medidas semelhantes em outros países em desenvolvimento. A legislação decisiva para o processo foi o Decreto Supremo 21.060, que estabeleceu a “Nova Política Econômica” (NPE).

O primeiro passo foi o combate à hiperinflação, tentando conter o déficit público pela via da elevação das receitas da YPFB. O economista norte-americano Jeffrey Sachs comandou o processo:

O programa foi lançado no dia 29 de agosto, com um forte aumento dos preços dos combustíveis. Com a explosão dos preços da gasolina (um *gasolinazo*), o déficit orçamentário desapareceu. Choveu dinheiro na companhia estatal de petróleo e dela para os cofres do governo. O súbito fim do déficit orçamentário levou a uma estabilização imediata da taxa de câmbio. Uma vez que os preços eram estabelecidos em dólares e pagos em pesos, a estabilização súbita da taxa de câmbio significou igualmente a súbita estabilidade dos preços em pesos. Dentro de uma semana, a hiperinflação acabou. (Sachs, 2005: 126-127)

A NPE prosseguiu com a privatização da Comibol, a poderosa estatal mineira. Antes de ser vendida ao setor privado, a empresa passou por grandes mudanças: de seus 27 mil trabalhadores, 21 mil foram demitidos. O combativo sindicalismo mineiro, força decisiva na política boliviana desde a Revolução de 1952, nunca mais se recuperou. A era do estanho havia acabado, sepultada pelo baixo preço do produto no mercado internacional.

A COB reagiu às medidas, convocando greve geral, que durou quinze dias, e realizando a “Marcha pela Vida”, que partiu de Oruro



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

e se dirigiu a La Paz, onde os manifestantes pretendiam ocupar o palácio presidencial. Entretanto, o protesto foi interceptado pela polícia e desfeito antes de chegar à capital. Os mineiros demitidos tomaram o rumo do campo e muitos se juntaram ao movimento cocaleiro (ver seção 4.3).

As privatizações não se restringiram à mineração. Em 1996, chegou a vez dos hidrocarbonetos. A YPFB teve seus ativos divididos, e os campos de petróleo e gás e as refinarias passaram a ser administrados por contratos de risco sob controle de empresas estrangeiras, como Petrobras, Repsol-YPF e BP. A estatal boliviana continuou a existir, mas sem atuar nas áreas de exploração e produção de hidrocarbonetos. Os recursos adquiridos com a “capitalização” (nome oficial do processo de privatização) foram utilizados para financiar mudanças no sistema de previdência (Cominetti e Hofman, 1998).

Um exemplo foi a distribuição do Bonosol, um abono concedido aos aposentados no fim do ano. O bônus, contudo, só foi distribuído uma vez, sendo cancelado por falta de recursos, o que contribuiu para deixar em muitos bolivianos a impressão de que as privatizações haviam sido feitas de maneira fraudulenta, para benefício de um pequeno grupo.

Foi neste contexto que a Petrobras se tornou a maior investidora externa na Bolívia, com ativos totalizando 18% do PIB do país. O desejo brasileiro de comprar o gás boliviano já fora mencionado nas Notas Reversais de Roboré (1958) e renovado em vários acordos e negociações nos anos 70 e 90. Na década de 1990, a Petrobras descobriu que as reservas gasíferas bolivianas eram, na realidade, dez vezes maiores do que se imaginava, tornando viável a construção de um gasoduto que abastecesse as indústrias do sudeste brasileiro.

O gasoduto foi inaugurado em 1996 e atendia ao interesse brasileiro de aumentar a participação do gás natural na matriz



energética nacional, substituindo o petróleo por uma fonte de energia mais eficiente, barata e limpa. Também se esperava que ele diminuísse a pressão sob o sistema hidrelétrico, já em meio às dificuldades que culminaram na crise de abastecimento.

Entretanto, dois fatores criaram tensões sérias que culminaram na nacionalização boliviana de 2006: a ascensão de movimentos sociais que disputavam o controle dos hidrocarbonetos como chave ao desenvolvimento do país e a disparada nos preços do petróleo depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, aumentando a importância geopolítica do gás natural e a margem de manobra diplomática dos países ricos nesse recurso (mais detalhes na seção 5).

4.2 – As Disputas Partidárias

No período de 1952 a 1982, os principais atores políticos da Bolívia foram o MNR, as Forças Armadas, a COB e os sindicatos rurais. Na redemocratização os partidos políticos ganharam força. O MNR abandonou o modelo econômico centrado no Estado e adotou o neoliberalismo, mas continuou a ser a sigla mais influente, exercendo a presidência com Paz Estenssoro (1985 – 1989) e Gonzalo Sánchez de Lozada (1993 – 1997 e 2002– 2003).

O Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) fora fundado em 1971, reunindo socialistas e marxistas. Ocupou a presidência entre 1989 e 1993, com Paz Zamora, que realizou surpreendente aliança política com o ex-ditador Hugo Banzer. O governo Zamora deu continuidade ao programa da NEP, tentando até mesmo ampliar as privatizações. O próprio Banzer voltou à presidência entre 1997 e 2002, à frente do partido Ação Democrática Nacionalista, que fundara em 1979.

Os diversos partidos revezavam-se na presidência e buscavam apoio no Congresso pela distribuição de cargos, verbas e outros recursos públicos, em rede clientelista conhecida como *cuotéo*.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

As décadas iniciais da redemocratização foram relativamente bem-sucedidas em termos de estabilidade política, levando em conta que o período anterior, 1952 – 1982, teve vinte governos, mas apenas seis constitucionais. Em contraste, entre 1982 e 2002, todos os governos foram eleitos e cumpriram seus mandatos: “O problema é que a consolidação deste sistema foi acompanhada por um crescente descolamento dos partidos da sociedade, renunciando problemas que se tornariam dramáticos.” (Domingues, Guimarães e Maneiro, 2005: 2).

No que toca à economia, o PIB da Bolívia cresceu 4,1% anuais entre 1987 e 1998, bem mais do que a média latino-americana para a época, que foi de 2,6%. Contudo, a renda *per capita* era apenas 1/3 daquela dos demais países do continente, com 2/3 da população na pobreza e mais de 70% no mercado informal de trabalho. (Cunha, 2004: 465–477). O mau desempenho socioeconômico explica por que a sociedade assumiu posições cada vez mais críticas diante dos governos, sobretudo a partir de 2000. Os principais atores nesse processo foram os movimentos sociais que surgiram em torno das questões da coca, da água, da cultura indígena e do debate sobre o controle dos recursos naturais.

Também houve iniciativas dos partidos políticos em se aproximar das demandas sociais. Esse movimento de abertura foi especialmente presente no primeiro governo Sánchez de Lozada (1993 – 1997), cujo vice-presidente era o líder indígena katarista Victor Hugo Cardenas. Sánchez de Lozada era um magnata da mineração formado em economia nos EUA, que fala espanhol com forte sotaque norte-americano. De orientação ideológica liberal, foi um dos principais arquitetos da NPE, exercendo o cargo de ministro da Fazenda no governo Paz Estenssoro.

Os dois marcos legislativos da abertura são a Reforma Constitucional de 1994 e a Lei de Participação Popular, de 1995. A reforma estabeleceu o princípio da Bolívia como país “multiétnico e



plurinacional”, incorporando importantes tratados internacionais de direitos humanos e de combate à discriminação racial, como a Convenção 169 da OIT. Foram realizadas conquistas históricas para os povos indígenas, como a educação bilíngüe, em espanhol e em quéchua, aymara ou guarani.

A Lei de Participação Popular “implica uma reorganização política do país e uma virtual ‘municipalização’ até em zonas de população indígena” (Langer, 1999: 87). Elites regionais e movimentos populares ganharam autonomia com relação ao poder central, em medidas que beneficiaram em especial as lideranças empresariais de Santa Cruz de La Sierra e as comunidades indígenas tradicionais, ayllus. Tal descentralização é um marco importante na política boliviana, contrariando a centralização que se seguiu à Revolução de 1952 e prosseguiu na ditadura militar.

4.3 – A Ascensão dos Movimentos Sociais: cocaleiros e os ayllus

No início da década de 1980, a produção da folha de coca tornara-se um dos comércios mais lucrativos da Bolívia. Embora atendesse às demandas tradicionais, boa parte do *boom* destinava-se a suprir o mercado de cocaína nos EUA. Por sua natureza clandestina, é difícil precisar a real força econômica do narcotráfico, mas estima-se que o cultivo da coca empregue cerca de trezentas mil pessoas, 7% da população economicamente ativa do país. (Yashar, 2005: 185).

A demissão em massa dos mineiros, em 1985, fez que muitos migrassem para as regiões de Las Yungas e Chapare, fronteira agrícola da coca. A população local dobrou na segunda metade da década de 80, incorporando também muitos migrantes pobres, cujos cultivos tradicionais, como milho e arroz, não conseguiam se manter viáveis no novo quadro de abertura comercial implementado pela NPE.

Os mineiros levaram com eles suas tradições de luta política e fundiram-nas com as características locais:



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Houve uma fusão muito particular entre culturas políticas diferentes; de um lado, o movimento camponês, que exige terra, autonomia cultural indígena, respeito aos valores culturais arraigados nas comunidades camponesas, e, de outro, a experiência de mobilização e de confronto dos sindicatos operários organizados. (Wasserman, 2004: 332).

O líder político mais importante do movimento é Evo Morales, migrante oriundo da região de Oruro, que se destacou à frente dos sindicatos cocaleiros. Morales foi um dos fundadores do Movimento ao Socialismo (MAS), em 1987. O partido logrou formar pontes entre diversos setores sociais descontentes com as condições de vida na Bolívia. A questão da coca foi um dos elementos da valorização da cultura nacional e da identidade indígena, continuando a tradição de mobilização herdada do Katarismo. Em meados da década de 90, Morales já tinha grande prestígio e chegou em segundo lugar nas eleições presidenciais de 2002, apenas 2% atrás do vencedor, Sánchez de Lozada:

O MAS passou a desenvolver um discurso e uma plataforma política que mesclaram o Katarismo com outras tradições do país, ao recolher e atualizar as vertentes da esquerda classista. Construindo alianças com grupos políticos, sindicatos e lideranças comunitárias através do país, em um contexto de radical descontentamento com os partidos tradicionais, o MAS logo emergiu como uma força nacional. (Domingues, Guimarães e Maneiro, 2005: 7).

A ascensão dos cocaleiros, no entanto, foi de encontro à política antidrogas dos EUA. Visando à repressão da oferta, os Estados Unidos passaram a financiar programas de erradicação das plantações de coca na Bolívia, na Colômbia e no Peru. As medidas adotadas oscilavam entre o uso das Forças Armadas e a concessão de benefícios econômicos, como



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

acesso facilitado de produtos agrícolas ao mercado norte-americano (a Iniciativa Andina) e políticas nacionais, como o Plano Dignidade na Bolívia, que oferecia ajuda financeira e técnica para trocar a coca por outros cultivos. O problema vinha dos prejuízos econômicos:

Segundo os sindicatos cocaleiros, as vantagens oferecidas para a troca de produtos eram muito pequenas, pois os rendimentos das novas lavouras reduziam a renda de 30 para 4,5 dólares por família semanalmente. Além disso, eles ficavam reféns das multinacionais, porque o pacote tecnológico oferecido incluía a compra de insumos (adubos, fertilizantes e diesel) importados, o que agravava a situação. (Cepik e Carra, 2006: 5).

Os resultados da política antidrogas dos EUA foram contraditórios. Por um lado, muitas plantações foram destruídas. Mas a repressão militar, com uso de fumigações de produtos químicos e violência contra os cocaleiros, contribuiu para mobilizar em massa a categoria, em um processo de radicalização em que disputavam tudo ou nada, como fica claro nesta entrevista de uma jornalista norte-americana com um agricultor boliviano:

Perguntei a ele porque, entre todos os líderes de base produzidos pelos anos de miséria e turbulência da Bolívia, não era um camponês ou um líder sindical mineiro que tinha surgido como a escolha consensual para comandar o partido e concorrer à presidência, mas Evo Morales, um plantador de coca que representava apenas uma fração minúscula da população. “Porque os cocaleiros tinham uma luta diferente”, ele respondeu. “No meu distrito ninguém estava bombardeando minhas vacas ou erradicando minha soja. Não estavam ameaçando nossa própria subsistência, de modo que nossos agricultores podiam escolher se queriam ou não se juntar à Federação ou participar de um bloqueio de estrada. Isso tornava a organização



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

muito difícil. No Chapare não havia escolha: eles *tinham* que lutar. Então os cocaleiros sempre chegavam a nossos congressos como um grupo coeso e forte. Logicamente, Evo foi eleito seu líder.” (Guillermoprieto, 2006).

Outra corrente política importante a se consolidar durante a redemocratização foi o movimento dos ayllus, as comunidades tradicionais indígenas. Como abordado anteriormente, os governos bolivianos posteriores à Revolução de 1952 trataram a população indígena da perspectiva camponesa, como classe social a ser organizada em sindicatos. Esse modelo foi questionado na década de 1970 pelo Katarismo e posteriormente pelos cocaleiros.

A mobilização ayllu privilegia as autoridades originárias, a estrutura da família ampliada e promove intensa valorização da identidade indígena:

Reinterpretando os princípios coloniais da ideologia do movimento indígena, os ativistas do ayllu exitosamente o apresentaram, e as autoridades originárias, como *mais indígenas* (autenticidade) e com mais potencial (progresso), criando um movimento indígena rural formidável e legítimo no Altiplano boliviano. (Andolina, Radcliffe e Laurie, 2005: 162).

O movimento se fortaleceu com as mudanças empreendidas pelo governo Sánchez de Lozada, estabelecendo-se como importante ator político no contexto da Lei de Participação Popular. Os ayllus conseguiram notável interconexão nas redes transnacionais, atuando em território boliviano, tornando-se referência para projetos de desenvolvimento e cooperação social conduzidos por agências de financiamento internacional e organizações não-governamentais, ao ponto em que expressões como “glocalização” e “etnodesenvolvimento” passaram a ser utilizadas para se referir às atividades do movimento.



Nem todos os movimentos de afirmação da identidade indígena foram pacíficos. O líder aymara Felipe Quispe, conhecido como o Mallku (condor ou príncipe), tentou organizar um foco guerrilheiro nos anos 90, para criar um Estado indígena próprio. A iniciativa contou com apoio de intelectuais marxistas importantes, como Álvaro García Linera, que depois se tornou vice-presidente na chapa de Evo Morales. A luta armada foi desbaratada rapidamente pelo Estado boliviano, e Quispe passou anos na cadeia. Continua envolvido na política, com o Movimento Índio Pachakutik, e se lançou candidato à presidência em 2005, obtendo apenas 2% dos votos.

5. Crise de Hegemonia (2000 – 2006)

5.1 – A Guerra da Água

Entre 2000 e 2006, a Bolívia teve sete presidentes e uma média anual de 3.450 conflitos entre movimentos sociais e o Estado, que deixaram o saldo trágico de cerca de trezentos mortos – mais do que os massacres cometidos durante as ditaduras militares. (Quiroga, 2005: 9). Repetiu-se o padrão recorrente na história do país: o centro das disputas foi o controle dos recursos naturais, em particular a água e o gás. Ao longo destes anos turbulentos, tornou-se clara uma crise de hegemonia, na qual nenhum grupo político foi capaz de manter o poder sem recorrer à violência. A palavra “guerra” passou a ser utilizada com frequência, para definir o caráter das disputas em curso.

Os próprios órgãos de coerção estatal, polícia e Forças Armadas, chegaram a se enfrentar nas ruas. Não houve consenso social sobre quais as melhores políticas públicas a serem adotadas com relação à agenda dos conflitos. Ao fim do período, o MAS tornou-se o partido mais importante do país, com Evo Morales conquistando a presidência em dezembro de 2005 – o primeiro índio a ser eleito para o cargo na América do Sul.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

O ano de 2000 é um marco nesses processos devido à “Guerra da Água” em Cochabamba. Naquela cidade, seguiram-se recomendações do Banco Mundial, e o serviço de abastecimento foi privatizado para um consórcio internacional que reuniu empresas da Bolívia, da Espanha, da Itália e dos EUA. Os novos donos impuseram leis draconianas que incluíam a proibição de se recolher água da chuva, além do aumento das tarifas. Numa região onde a maioria das pessoas sobrevive com menos de US\$1 por dia, as novas regras significaram, na prática, a exclusão do acesso a este bem vital para os segmentos mais pobres da população.

Diversos movimentos sociais de Cochabamba organizaram-se para protestar contra a privatização, formando a Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, que comandou bloqueios de estradas e a ocupação simbólica da cidade. O governo reagiu, decretando estado de sítio, mas com dificuldades de impor a ordem, devido a uma greve na polícia. Ainda assim, houve conflitos entre o Exército e os manifestantes, resultando em dezenas de mortos.

Com a intervenção da Igreja Católica e a continuidade dos protestos, chegou-se a uma solução negociada, pela qual o contrato de privatização foi anulado e a gestão do abastecimento de água passou ao controle da própria Coordenadora:

A novidade introduzida pela “Coordenadora” foi reunir essa multiplicidade de setores: organizações de bairros, profissionais liberais, perfuradores de poços, professores, camponeses, cocaleiros, aposentados, estudantes e muitos outros, lutaram articulados em um protesto pelo domínio público dos recursos naturais [...].

O movimento que se construiu por meio da “Coordenadora” resume o novo perfil dos movimentos sociais que começaram a tomar corpo na Bolívia e em vários outros países latino-americanos, como México, Colômbia e Peru. Estes movimentos sociais estão vinculados,



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

sobretudo, aos problemas cotidianos populares, como acesso não-equitativo e uso não-sustentável de recursos naturais; demandas de maior participação na gestão local; controle democrático da tomada de decisões políticas em relação aos aspectos que afetam as condições socioeconômicas e a qualidade de vida da população; e, nesse sentido, esses problemas não têm um conteúdo necessariamente classista. (Wasserman, 2004: 335–336).

A Guerra da Água também foi importante vitória simbólica para os movimentos sociais, que conseguiram contrapor a agenda comunitária que trata os recursos naturais como um bem da coletividade, derrotando a racionalidade de mercado que guiara a adoção das reformas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990.

5.2 – A Guerra do Gás

A Nova Política Econômica implementada a partir de meados dos anos 1980 mudou a face da economia boliviana. O país do estanho ficou para trás e em seu lugar os hidrocarbonetos assumiram o posto central, sendo responsáveis por 86,2% das exportações do país. A privatização do setor levou à multiplicação do investimento estrangeiro na Bolívia, que saltou de 17% do PIB (1982) para 70% (2000). Cerca de metade desse capital foi para as áreas de petróleo e gás, com o restante distribuído por outras empresas privatizadas (eletricidade, água, mineração, aviação). A Bolívia tornou-se um dos países em desenvolvimento, com a economia mais internacionalizada. O percentual da participação dos estrangeiros no estoque de capital do país era o triplo do existente no Brasil e no México. (Cunha, 2004: 482–485).

Os hidrocarbonetos já haviam sido centrais nas disputas políticas das décadas de 30 e 60, quando ocorreram nacionalizações. O setor tornou-se novamente o catalisador das lutas do país na década de 90, culminando com a terceira nacionalização boliviana, sob o



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

presidente Morales, em 2006. Foram basicamente três fatores que levaram ao acirramento das tensões:

- 1) a importância crescente do gás natural para a economia da Bolívia;
- 2) a concentração de poder no setor em empresas estrangeiras;
- 3) o contraste entre o *boom* dos hidrocarbonetos e a persistência da miséria para a maioria da população boliviana.

Os novos movimentos sociais bolivianos passaram a reivindicar o aumento do controle, ou até a nacionalização dos hidrocarbonetos – no início da privatização, as empresas estrangeiras pagavam apenas 18% de impostos. O núcleo duro da mobilização nacionalista veio dos sindicatos cocaleiros e dos grupos de Cochabamba, que não se interessavam, a princípio, por petróleo e gás, mas passaram a ver na posse destas riquezas naturais a chave para o desenvolvimento da Bolívia.

O estopim para a guerra do gás foi o anúncio, feito em 2003 pelo presidente Sánchez de Lozada, do projeto de exportar esse recurso para os EUA, através de portos chilenos. O plano parecia feito sob medida para irritar os nacionalistas, pois implicava acordos econômicos com os Estados Unidos, a quem detestavam por causa da política antidrogas e do apoio prestado às ditaduras militares da Bolívia. E ainda por cima envolvia o Chile e a ferida aberta da perda do litoral boliviano para as tropas daquele país na guerra do Pacífico, no fim do século XIX.

Os protestos sociais foram violentíssimos e levaram à renúncia do presidente Sánchez de Lozada. O ano de 2003 também foi marcante pelo conflito entre polícia e Forças Armadas, em razão de uma greve policial, com mais de trinta mortos. A Bolívia corria o risco de transformar-se em um *failed State*, foco de instabilidade que poderia se espalhar pela América Andina.



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

Sánchez de Lozada foi substituído pelo vice-presidente Carlos Mesa, um respeitado intelectual que assumiu o poder com promessas de moderação e de busca de soluções negociadas entre os diversos grupos políticos em conflito. Mesa prometeu um “pacto de governabilidade” calcado na convocatória de um referendo sobre os recursos energéticos, na revisão da Lei de Hidrocarbonetos e na eleição de uma Assembléia Constituinte. A pressão popular fez que Mesa aumentasse os impostos sobre petróleo e gás de 18% para 50%, mas desistiu de nacionalizar o setor, temendo as indenizações bilionárias que poderia ser obrigado a pagar.

O frágil equilíbrio de poder no qual Mesa se sustentava rompeu-se quando resolveu romper com os cocaleiros. Tal decisão, e mais a insatisfação com a questão dos hidrocarbonetos, levou à nova onda de protestos generalizados em meados de 2005: “A gestão soberana dos recursos naturais – água, gás, florestas, terra, território – e a reivindicação do exercício dos direitos cidadãos ocupam a trincheira atual do conflito na Bolívia.” (Quiroga, 2005: 20).

Houve risco de golpe militar e as Forças Armadas sugeriram ao presidente transferir a capital para Santa Cruz de la Sierra, onde se acreditava que o governo estaria mais protegido das demandas populares, cujo centro era o Altiplano. Ao fim, Mesa renunciou e, após um período de instabilidade, foi substituído pelo presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodriguez, que governou por seis meses até as eleições presidenciais vencidas por Evo Morales.

5.3 – Os Desafios do Governo Evo Morales

Morales ganhou as eleições no primeiro turno, com expressivo apoio popular e respaldado por amplos movimentos sociais, porém sua vitória se deu em um quadro de expectativas crescentes por parte da população pobre, que esperava do presidente respostas rápidas quanto à melhoria das condições de vida do país.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Durante a campanha e os primeiros meses na presidência, Morales foi ambíguo no que diz respeito aos hidrocarbonetos, ora defendendo sua nacionalização, ora afirmando que a Bolívia queria “sócios, e não patrões”, declaração que apontava para a revisão dos contratos com as principais empresas do setor. O governo boliviano reclamava dos preços, alegando que a alta do petróleo significava que o gás também deveria ser reajustado em 45%.

As dificuldades iniciais enfrentadas por Morales fizeram que sua popularidade caísse 12% de janeiro até abril. O presidente reagiu com um golpe de força: no dia 1º de maio, promulgou o Decreto Supremo 28.701, batizado de “Heróis do Chaco” nacionalizando os hidrocarbonetos. Em um gesto controverso, o Exército ocupou as refinarias da Petrobras e 56 blocos de exploração de outras empresas.

O decreto de nacionalização, entretanto, era bem menos abrangente do que os dois anteriores, dos anos 30 e 60. O Estado boliviano assumiu controle acionário (50% + 1) de diversas empresas e os maiores campos – aqueles operados pela Petrobras e pela Repsol-YPF – tiveram seus impostos aumentados de 50% a 82%. Os outros continuavam a pagar 50%.

A nacionalização de Morales atendeu às demandas que os movimentos sociais formularam desde a década de 90 e a popularidade do presidente disparou, atingindo mais de 80% e dando-lhe vitória nas eleições de julho para a Assembléia Nacional Constituinte, ainda que não conseguisse os 2/3 das cadeiras necessárias à aprovação de emendas constitucionais.

Opositores de Morales dentro e fora da Bolívia afirmaram que a nacionalização era contraproducente, pois indispunha o país com o Brasil, maior parceiro econômico e investidor, destino de mais de 60% das exportações de gás boliviano. Há poucas opções ao país, visto que, dos outros vizinhos, a Argentina é auto-suficiente em gás e o Chile sequer mantém relações diplomáticas plenas com a Bolívia, por causa do conflito em torno do acesso marítimo. A disputa judicial



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

iniciada com a Petrobras confirmou algumas dessas preocupações, devido à paralisação dos investimentos e ao descontentamento de boa parte da opinião pública brasileira, em particular com o uso do Exército boliviano para implementar a nacionalização.

Os críticos também examinaram a história frustrada das duas nacionalizações anteriores da Bolívia, para ressaltar a necessidade do país se abrir ao capital estrangeiro e à cooperação com países mais desenvolvidos. Para superar esse obstáculo, Morales conta com o auxílio do governo da Venezuela, esperando que o presidente Hugo Chávez e a PDVSA possam desempenhar melhor o papel anteriormente representado pela YPF argentina e pela PEMEX mexicana, que falharam na capacitação dos bolivianos.

As autoridades bolivianas também apostam na alta dos preços dos hidrocarbonetos como um elemento que reforça seu poder, mirando-se nos exemplos da própria Venezuela e da Rússia. Com o petróleo cada vez mais caro devido aos conflitos no Oriente Médio, o gás cresce em importância como fonte de energia.

O quadro abaixo sintetiza as oscilações no marco regulatório dos hidrocarbonetos no período que vai do início da exploração em grande escala até os dias atuais:



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Quadro 2 – Hidrocarbonetos e Política na Bolívia

| Período | Marco regulatório |
|-------------------|--|
| 1921 – 1936 | Liberal, Standard Oil domina o mercado. |
| 1936 – 1955 | Nacionalização (1936). Monopólio da estatal YPFB. |
| 1955 – 1969 | Co-existência da YPFB com empresas estrangeiras, em especial Gulf Oil. |
| 1969 – 1972 | Nacionalização (1969). Monopólio da estatal YPFB. |
| 1972 – 1996 | Monopólio flexibilizado. Participação do capital privado na exploração e produção. |
| 1996 – 2005 | Liberalização e privatização. Petrobras e Repsol-YPFB dominam o mercado. Construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Impostos e <i>royalties</i> somam 18%. |
| Fevereiro de 2005 | Nova lei dos hidrocarbonetos. Impostos/ <i>royalties</i> vão a 50% |
| Mai de 2006 | Nacionalização. YPFB volta a assumir o controle, em parceria com empresas estrangeiras. |

Fonte: elaborado com base em Miranda (1999); Cepik e Carra (2006).



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

Evo Morales tem grandes desafios pela frente. Embora possua maior base de apoio que seus antecessores –portanto, a expectativa de mais estabilidade política – terá de enfrentar a oposição de parte significativa das elites, sobretudo na região de Santa Cruz de la Sierra.

Há tensões com os principais parceiros econômicos da Bolívia – gás e reforma agrária, no relacionamento com o Brasil, e coca, com os EUA. O governo norte-americano pode cancelar os benefícios comerciais aos produtos bolivianos pelo descontentamento com a questão cocaleira e com as alianças internacionais do presidente Evo Morales. Ele também o risco de ficar atrelado aos projetos de liderança regional da Venezuela de Chávez, com tudo que isso implica em termos de confronto e turbulência com os países vizinhos e com os Estados Unidos.

O presidente boliviano precisará lidar com todos esses problemas na busca da retomada do desenvolvimento para seu país, em meio a fortes pressões populares por soluções rápidas. Seria uma tarefa difícil até para um Estado mais sólido e estável do que a Bolívia.

6. Conclusão

A Revolução de 1952 foi feita na esteira da derrota na Guerra do Chaco e da constatação dos graves problemas sociais da Bolívia e de seu atraso perante os outros países da América do Sul. Seu ímpeto modernizador e de integração social foi notável, mas não logrou incorporar os setores mais pobres a um sistema democrático, prendendo-os a relações clientelistas e tuteladas e recusando-se a discutir a questão vital da identidade indígena, esperando que ela fosse sepultada pelo desenvolvimento econômico.

As duas décadas de ditadura militar continuaram a modernização da economia boliviana, abrindo a fronteira agrícola nas províncias orientais e na região do Chapare. As duas regiões tornaram-se fundamentais para a Bolívia: a primeira, por concentrar



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

as reservas de gás e a soja; a segunda, pelas plantações de coca e pelo movimento social que se transformou no principal porta-voz das demandas populares.

Apesar da tentativa de estabelecer um Pacto Militar-Camponês, os governos ditatoriais reprimiram com violência os movimentos dos trabalhadores rurais e das minas, com massacres e prisões. Ainda assim, o período foi marcado pela ascensão do Katarismo, com sua “teoria dos dois olhos”, juntando a questão agrária à valorização da cultura indígena. Influenciaram de maneira decisiva os movimentos posteriores, como os cocaleiros.

A volta à democracia deu-se pelo signo ambíguo de mais liberdades políticas e por um quadro de deterioração econômica e social, no qual os partidos políticos se afastaram cada vez mais da sociedade, em descompasso de conseqüências trágicas, com violência generalizada. O gás natural tornou-se o centro da economia e o controle deste recurso virou o objetivo principal da luta política, culminando com a nacionalização de 2006.

A mobilização dos cocaleiros foi outro elemento explosivo, combinando demandas por terra, reconhecimento cultural e a resistência à política antidrogas financiada pelos EUA. Os plantadores de coca foram hábeis em se articular com outros movimentos sociais, no arranjo que resultou na fundação do MAS e seu rápido crescimento para principal partido do país.

A questão indígena também foi trabalhada pela corrente política que favoreceu o ayllu, a comunidade tradicional, conseguindo transformá-la num ator relevante tanto no plano nacional (pela Lei de Participação Popular), quanto na esfera internacional, vinculando-se a ONGs e agências de financiamento, e estabelecendo o paradigma do etnodesenvolvimento. O Movimento Índio Pachakutik, de Felipe Quispe, aponta para outra direção, a do distanciamento do Estado e rejeição radical das propostas de integração. Seu pequeno apoio mostra que tais idéias não são populares na Bolívia, mas permanecem como



um espectro do descontentamento que pode explodir com a persistência da miséria.

O quadro abaixo ilustra as principais lutas e reviravoltas associadas aos recursos naturais na Bolívia, no período abordado neste ensaio.

Quadro 3: A Luta pelos Recursos Naturais na Bolívia

| <i>Ciclo Político</i> | <i>Anos</i> | <i>Recursos Naturais em Disputa</i> | <i>Atores em Conflito</i> | <i>Diretrizes Econômicas</i> |
|-----------------------------------|-------------|--------------------------------------|--|--|
| Revolução de 1952 | 1952 – 1964 | Terra, estanho | MNR, COB, Forças Armadas, elites agrárias/ mineira | Capitalismo de Estado. Nacionalismo econômico |
| Ditaduras Militares | 1964 – 1982 | Terra, petróleo, declínio do estanho | Pacto Militar-Camponês, MNR, MIR, ADN, Movimento Katarista | Capitalismo de Estado com forte presença de investimentos externos. Expansão para Oriente. |
| Redemocratização / Neoliberalismo | 1982 – 2000 | Coca, gás, terra, colapso do estanho | Partidos tradicionais, MAS, novos movimentos sociais, elites regionais (Oriente) | Abertura econômica. Privatizações. |
| Crise de Hegemonia | 2000 – 2006 | Coca, gás, água | | Ajuste estrutural. Lei dos Hidrocarbonetos. Nacionalização. |

Como se pode perceber pelas informações apresentadas acima, o controle dos recursos naturais dominou a agenda política da Bolívia nas últimas décadas – e em realidade, desde a colonização, com os espanhóis atraídos pelas montanhas de prata do Potosí. A posse destas riquezas, sobretudo, a terra, é inseparável da luta dos povos indígenas pela preservação de sua identidade e pela valorização de sua cultura e tradições.

A Bolívia não é mais o regime de segregação racial que era há sessenta anos. A redemocratização conquistou o reconhecimento da estrutura multiétnica e plurinacional da nação, mas permanecem a exclusão social e a pobreza, que afetam a maior parte da população



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

indígena. A integração plena deste importante setor é essencial para a consolidação da estabilidade democrática na Bolívia e pode ter repercussões positivas nos demais países da região andina.

O jogo político da Bolívia mudou com a ascensão desses novos atores, que se consolidam em um movimento de ação e reação a uma história de injustiça e opressão:

Então, na medida em que são marginalizados pelo sistema, mais facilmente recorrem a sua própria tradição em busca de formas alternativas de sobrevivência. É o efeito bumerangue de um desenvolvimento excludente. (Albó, 1999: 480).

Para a política externa brasileira, é muito importante compreender esses novos atores sociais e suas demandas com relação à exploração de recursos naturais. Trata-se de campo marcado por tensões e disputas econômicas e ambientais, com forte componente nacionalista. A resolução de tais problemas é fundamental para que o processo de integração regional possa se desenvolver de maneira adequada.

Há muitos pontos com risco para conflito: a ação das empresas brasileiras na Bolívia, a construção de grandes obras de infra-estrutura (hidrelétricas, rodovias) e a presença de centenas de milhares de brasileiros em território boliviano, e vice-versa. A própria estrutura da relação, contudo, aponta para a interdependência e a necessidade de encontrar mecanismos de solução de controvérsias, de modo pacífico e negociado.

A experiência da política doméstica brasileira oferece modelos no que toca ao relacionamento entre Estado e movimento sociais, como os conselhos deliberativos de que participam representantes do governo e da sociedade. O Comitê Gestor da BR-163 é especialmente interessante como fórum-modelo, no qual houve diálogo significativo, que contribuiu para o apaziguamento de problemas em uma zona difícil, em que uma obra importante para o agronegócio atravessa zona de impacto ambiental.



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

Mecanismos como o Comitê Gestor funcionam como medidas de construção da confiança e criação de laços pessoais entre os envolvidos, que passam a se conhecer melhor e aumentam a capacidade de entendimento mútuo.

A criação de fóruns permanentes de diálogo e negociação deve ser complementada por maior atenção às demandas dos movimentos sociais, no esforço de pesquisa e análise que não deveria ficar restrito aos órgãos oficiais, mas abranger as universidades e a imprensa. A reação da opinião pública brasileira à nacionalização boliviana mostrou que o Brasil não está isento do risco do extremismo baseado na xenofobia e na intolerância.

Os novos movimentos sociais oferecem boa oportunidade para avançar na democratização e na estabilidade da Bolívia. Nesse aspecto, é do interesse nacional brasileiro encontrar formas de cooperação e entendimento com tais grupos.





Glossário







7. Glossário

Ação Democrática Nacionalista (ADN) – Partido conservador fundado em 1979 pelo ex-ditador Hugo Banzer.

Ayllu – Comunidade tradicional indígena, organizada em torno da família ampliada, base de movimento social de valorização da identidade étnica.

Capitalização – Nome oficial do processo de privatização adotado nos anos 1980 e 1990.

Central Operária Boliviana (COB) – Principal órgão sindical da Bolívia desde os anos 50, de forte inspiração trotskista.

Cocaleiro – Plantador de coca, base do mais ativo movimento social da Bolívia desde os anos 1980.

Confederação Nacional dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB) – Principal órgão do sindicalismo rural, controlado pelo Movimento Katarista.

Coordenadora de Defesa da Água – conjunto de organizações populares e movimentos sociais que se opuseram à privatização da água em Cochabamba.

Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) – Estatal criada pela Revolução de 1952 para controlar as minas de estanho nacionalizadas. Privatizada nos anos 80.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Etnodesenvolvimento – Programas de cooperação social e econômica conduzidos por agências de financiamento, órgãos multilaterais e ONGs, com ênfase nas comunidades indígenas como atores centrais do desenvolvimento.

Guerra Ch'ampa – Conflito entre sindicalistas ligados ao MNR e populações indígenas, que ocorreu na região de Ucureña entre 1959 e 1964.

Guerra da Água – Conflitos ocorridos em 2000, em que movimentos sociais lutaram contra a privatização da água na cidade de Cochabamba, conseguindo reverter a situação.

Guerra do Chaco – Conflito entre Bolívia e Paraguai, de 1932 a 1935, pelo controle da região do Chaco Boreal, que se acreditava rica em petróleo. A derrota boliviana na guerra foi determinante para o processo que culminou na Revolução de 1952.

Guerra do Gás – Conflitos ocorridos entre 2003 e 2006, que opuseram governo, empresas transnacionais e movimentos sociais pelo controle dos hidrocarbonetos, culminando com a nacionalização do setor em 2006.

Katarismo – Movimento surgido nos anos 1970, que combina demandas sociais de camponeses com a valorização da identidade indígena e o combate à discriminação racial.

Lei de Participação Popular – Legislação adotada em 1995, que descentralizou o poder político na Bolívia, abrindo espaço para os ayllus.

Marcha pela Vida – Protesto organizado pela COB em 1985, contra a privatização das minas de estanho. Tinha como objetivo ocupar a capital, mas foi disperso pela polícia.



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

Movimento ao Socialismo (MAS) – Partido político fundado em 1987, a partir da reunião de organizações populares e movimentos sociais.

Movimento da Esquerda Revolucionário (MIR) – Fundado em 1971, com reunião de grupos socialistas e marxistas. Chegou ao poder nos anos 90, aliado com a direita, implementando reformas neoliberais.

Movimento Índio Pachakutik (MIP) – Partido político liderado por Felipe Quispe, que prega a criação de um Estado aymara. Quispe liderou uma fracassada tentativa de guerrilha nos anos 1990, ao lado do intelectual marxista Álvaro García Linera, vice-presidente no governo Evo Morales.

Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – Fundado em 1941, com base na classe média, liderou a Revolução de 1952 e ocupou o poder por diversas vezes após a redemocratização em 1982. Passou de modelo econômico nacional-desenvolvimentista para neoliberal.

Notas Reversais de Roboré – Acordo assinado entre Brasil e Bolívia em 1958, rejeitado pelo Congresso brasileiro por suspeitas de que beneficiava empresas estrangeiras e desrespeitava prerrogativas parlamentares.

Nova Política Econômica – Reformas neoliberais adotadas a partir de 1985, em substituição ao modelo econômico centrado no Estado que prevalecera desde a Revolução de 1952.

Pacto Militar-Camponês – Aliança política construída pelo governo do general René Barrientos (1964 – 1969) para se contrapor à COB. Naufragou durante o governo Banzer (1971 – 1978) devido a massacres e à ascensão do Katarismo.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

Pongueaje – Forma de trabalho servil indígena, no qual eram prestados serviços gratuitos aos proprietários rurais. Abolido pela Revolução de 1952.

Povos Originários – Termo pelo qual os povos indígenas da Bolívia preferem chamar a si próprios.

Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) – Estatal do setor de hidrocarbonetos fundada em 1936.

Wiphala – Bandeira do movimento indígena.



Referências Bibliográficas







8. Referências Bibliográficas

ALBO, Xavier. Diversidad Étnica, Cultural y Lingüística. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.

ANDOLINA, Robert, RADCLIFFE, Sarah e LAURIE, Nina. Governabilidade y Identidad: indogeneidades transnacionales en Bolivia. In: DÁVALOS, Pablo (Org.). **Pueblos Indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ARZE, René. Notas para una Historia de Bolivia en el Siglo XX. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.

CASTAÑEDA, Jorge. **Che Guevara: a vida em vermelho**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

CEPIK, Marco e CARRA, Marcos. Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul. **Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano**, n. 4, abr. 2006.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

COMINETTI, Rossella e HOFMAN, André. Joint Privatization of the Productive Sector and the Social Security System. In: VAN DIJCK, P. (Org.). **The Bolivian Experiment: structural adjustment and poverty alleviation**. Amsterdam: Cedla, 1998.



MAURÍCIO SANTORO ROCHA

CUNHA, André. Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de (Org.). **Os países da comunidade andina**. (2 v.) Brasília: Funag/Ipri, 2004.

DELGADO, Ana Carolina e LEMGRUBER, Silvia. Os movimentos indígenas e suas implicações para o processo político na Bolívia e no Peru. **Observador On-Line – Observatório Político Sul-Americano**, v. 1, n. 4, jun. 2006.

DOMINGUES, José Maurício, GUIMARÃES, César e MANEIRO, Maria. Bolívia: História sem fim. **Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano**, n. 5, abr. 2005.

GUILLERMOPRIETO, Alma. A New Bolivia? **The New York Review of Books**, v. 53, n. 13, 2006

JORDAN, Roland. Siglo XX: la era del Estaño. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.

LANGER, Erick. Una Visión Histórica de Bolivia en el Siglo XX. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.

MAYORGA, René Antonio. La Democracia o el Desafío de la Modernización Política. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.

MIRANDA, Carlos. Del Descubrimiento Petrolífero a la Explosión del Gas. In: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.



A OUTRA VOLTA DO BUMERANGUE: ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECURSOS

QUINTANA, Juan Ramón. Bolivia, entre la crisis y el caos. **Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano**, n. 11, out. 2005.

RIVERA, Silvia. **Oprimidos pero no vencidos – luchas del campesinado aymara y quechwa de Bolivia, 1900 – 1980**. Genebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1986.

SACHS, Jeffrey. **O Fim da Pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

VIZENTINI, Paulo. As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e integração. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de (Org.). **Os Países da comunidade andina**. (2 v.) Brasília: Funag/Ipri, 2004.

WASSERMAN, Cláudia. Bolívia: história e identidade. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de (Org.). **Os Países da comunidade andina**. (2 v.) Brasília: Funag/Ipri, 2004.

YAKSIC, Fabián II e TAPIA, Luís. **Bolivia: modernizaciones empobrecedoras, desde su fundación a la desrevolución**. La Paz: Muela del Diablo, 1997.

YASHAR, Deborah. **Contesting Citizenship in Latin America: the rise of indigenous movements and the postneoliberal challenge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.





2º Prêmio
Marcelo Argenta Câmara

Bolívia:
de 1952 ao Século XXI – Processos
Sociais, Transformações Políticas







Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas

*Marcelo Argenta Câmara**

Introdução

El triunfo del 18 de diciembre no es el triunfo de Evo Morales, es el triunfo de todos los bolivianos, de la democracia, de una revolución democrática y cultural en Bolivia. Pero también quiero decirles: muchos hermanos profesionales, intelectuales, clase media, se incorporaron al instrumento político de la liberación, hoy instrumento político del pueblo.

(Evo Morales Ayma, presidente eleito da Bolívia, 21 de janeiro de 2006, durante cerimônia indígena de investidura nas ruínas de Tiahuanaco.)

A eleição de Evo Morales para a presidência da Bolívia, em 18 de dezembro de 2005, é um fato histórico. Já o seria se considerássemos apenas sua relevância estatística: com 53,74% dos votos válidos (1.489.866 votos), na eleição que contou com a maior participação em toda a história eleitoral do país (84,51% dos eleitores habilitados)¹, Morales tornou-se o primeiro Presidente eleito em primeiro turno desde o retorno da democracia na década de 1980.

*Marcelo Argenta Câmara, licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando em Geografia pela UFRGS. Atua como professor no Ensino Médio, Pré-Vestibular e Universitário. Autor de artigos em temas de Geografia e História para publicações no Brasil e América Latina.

¹ Informe da Corte Nacional Eleitoral, publicado no periódico La Razón. La Paz, Bolívia, 22 de janeiro de 2006.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

Mais do que a inegável relevância estatística dessa vitória eleitoral, porém, é o seu significado que nos importa neste momento. Descendente de aymaras², Evo Morales é o primeiro Presidente indígena eleito em 180 anos de vida republicana do país que possui o maior percentual de indígenas em sua população (62,2%, segundo o Censo de 2001). A chegada de Evo Morales ao Palácio Quemado simboliza a ruptura efetiva com uma tradição já praticamente naturalizada na vida política do país, a da exclusão dos indígenas (e, conseqüentemente, exclusão da grande maioria da população) dos mais altos cargos institucionais do Estado boliviano.

Analisando os dados referentes às eleições realizadas desde 1978 até 2002, vemos que, até o início deste século, o maior percentual de votos obtidos em eleições nacionais por partidos ligados a candidatos ou à causa indígena (soma dos votos obtidos pelos diferentes partidos indianistas) foi de 4,6% dos votos válidos na eleição de 1997. As eleições presidenciais de 2002 marcaram a guinada no processo: com 27,0% dos votos, os partidos indígenas conquistaram oito cadeiras no Senado (de um total de 27) e 33 cadeiras na Assembléia de Deputados (de um total de 130), além de colocarem o então candidato Evo Morales como postulante à presidência no segundo turno, que na Bolívia é conduzido por eleição parlamentar³ (Van Cott: 2003).

Se for verdade que as mudanças no cenário eleitoral são a face mais visível a sugerir uma transformação na vida política boliviana, é também verdade que esta mudança (eleitoral) nada mais é do que o reflexo, em contexto determinado, de um processo de transformação mais amplo, a abranger toda a sociedade do país. Voltemos aos dados anteriormente expostos: de resultados em que não ultrapassavam os

² Os aymaras são, junto com os quéchuas, os dois maiores grupos étnicos originários do Altiplano andino, que, segundo o Censo de 2001, representam 56% da população boliviana.

³ Não estão computados, para o período analisado, os votos obtidos por partidos indígenas em coligações encabeçadas por partidos tradicionais não ligados à causa. Nos dados apresentados, foram levados em conta apenas os votos obtidos por candidatos próprios de partidos indígenas.



5% dos votos válidos⁴, os partidos indígenas elevaram seus índices para 27,0% e 53,74%, consecutivamente, nas duas eleições presidenciais ocorridas neste século (2002 e 2005), ou seja, a partir de dado momento, o indígena votou no indígena.

Ainda que a análise político-eleitoral não seja o foco de nosso trabalho, é importante que se coloquem algumas reflexões sobre esse fato, pois ele leva a conclusões de inegável significância. Em primeiro lugar, mostra-nos que a condução da vida política, social e econômica do Estado boliviano esteve, ao longo de sua vida independente, nas mãos do grupo estatisticamente minoritário na população do país. O parlamento, instituição que na democracia representativa deveria representar a população do país, não tinha a cara do país que deveria representar. Não que isso, em si, represente algo de negativo: a diferenciação étnica não implica necessariamente divisão social. Mas não deixa de ser inquietante que, ao longo de 180 anos de vida republicana (apesar de permeada de interlúdios ditatoriais, golpes de estado, guerras regionais)⁵, a população indígena, que possuía o direito ao voto universal desde 1952, não se tenha feito representar de forma expressiva no parlamento boliviano, quanto mais na presidência e/ou ministérios. É como se, por algum motivo, os indígenas não se vissem como preparados para a condução institucional do país, ou vissem os demais grupos como mais bem preparados para a tarefa, uma vez que as instituições do Estado boliviano são, de certa maneira, instituições “importadas” com base em um referencial europeu que não necessariamente é comum a estas populações.

O que levou o indígena, então, a votar no indígena?

Ao focarmos nossa observação sobre o período a que nos referimos nos dados eleitorais (1997 a 2005), veremos que é um

⁴ A média de votos obtida a cada eleição pelos partidos indígenas em sete eleições nacionais, de 1978 ao ano 2000, foi de 2,1% dos votos válidos (Van Cott: 2003).

⁵ Temas que serão analisados neste trabalho.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

período de fortalecimento de intenso processo de transformações, que tem no aspecto político eleitoral apenas um de seus reflexos sobre a sociedade boliviana (talvez o mais significativo, mas, provavelmente, não o mais importante). Neste período, a crescente politização da sociedade boliviana refletiu em tomada de consciência, em maior reflexão, no fortalecimento de demandas, na exigência por uma “Bolívia boliviana”: país de diversidade e riqueza ambiental, ecológica, humana. Esse processo iniciou-se longe da institucionalidade do Estado, espaço antes restrito à elite minoritária. Cresceu longe: nas pequenas comunidades, nas associações de bairro, nas ligas camponesas. Politizou espaços não-tradicionais, levando o debate às praças, às ruas, para, por fim, chegar ao mais alto posto da institucionalidade republicana: a Presidência.

É, pois, sobre esse processo que estaremos discorrendo no trabalho. Analisá-lo em seus antecedentes históricos, interpretar seus elementos constituintes para, assim, compreendê-lo em suas possibilidades, significação e amplitude e, a partir de tal compreensão, lançar nosso olhar sobre as perspectivas que o processo lança sobre o continente latino-americano, estes são os objetivos a que aqui nos propomos.

O País e o Período

No cabe duda que Bolivia es un país de grandes riquezas: diversidad cultural, biodiversidad, recursos energéticos, recursos forestales, minería, tierras fértiles, etc., pero lamentablemente sufre un mal que socava los cimientos desde su nacimiento como nación: la mala distribución de la riqueza, donde el rico es cada vez más rico y el pobre es cada vez más pobre.

CEDIB. Serie Informativa: Datos sobre la gestión de los recursos naturales, n. 3 – Tierra y Territorio. Cochabamba, Bolivia: Cedib, 2005.

Desde a independência a Bolívia desenvolveu-se como a concretização mais clara de um modelo de estado nacional dominado por um setor empresarial monoprodutor, controlado do estrangeiro.



RIBEIRO, Darcy (1979). 3 ed. **As Américas e a Civilização**. Petrópolis: Vozes. p. 178.

Nem sempre é a profusão de palavras a maneira mais eficiente de se traçar uma descrição abrangente, eficiente e completa de determinado contexto ou situação. As duas citações selecionadas para a abertura deste tópico trazem, em nosso entender, a comprovação disso. São sinteticamente precisas na definição de problemas estruturais da Bolívia. É claro que elas não dispensam outros dados, análises e interpretações. Estamos tratando, afinal, de um quadro complexo, cuja construção não se dá de forma automática, ou mesmo naturalizada. Mas ambas as citações, em sua quase absurda simplicidade, mostram-nos características que, de (aparentemente) tão óbvias, nos levam à perplexidade: por que, afinal, não se resolveram até hoje os problemas deste país de trajetória conturbada, que ainda hoje luta para conquistar a harmonia que poucas vezes fez parte de sua história?

A Bolívia é um país de 1,09 milhões de km². Neste território, o país abriga ambientes ecológicos diversos – a região andina, as planícies orientais e a floresta amazônica –, que lhe proporcionam variedade climática e possibilidades diversificadas de cultivo agrícola. É, assim, um país que não só tem a possibilidade de soberania alimentar, mas também de ser um ator importante no mercado internacional de recursos agrícolas e florestais. Possui, por fim, importantes reservas minerais, entre as quais se destaca a segunda maior reserva de gás natural da América do Sul.

Contraditoriamente, é, ao mesmo tempo, um país pobre, detentor dos piores índices socioeconômicos de nosso continente. Seus índices de mortalidade infantil (56 mortes a cada mil nascidos vivos) e população abaixo da linha de pobreza (62,4% da população) e de indigência (37,1%) só são superados (para pior) pelo Haiti. O país convive com um dos mais baixos PIBs *per capita* de nosso



MARCELO ARGENTA CÂMARA

continente (U\$ 1.009), enfrenta índices relativamente altos de desemprego (8,5%), ao mesmo tempo em que a maior parte de sua população economicamente ativa urbana mergulha cada vez mais na informalidade.

Um olhar lançado para as anteriores cinco décadas da história boliviana mostra-nos um cenário de transformações de profunda intensidade. País-palco daquela que é, provavelmente, a única real revolução popular de nosso continente, a Bolívia abre o período aqui analisado vivendo um processo de transformação política que buscava, acima de tudo, a construção da Nação boliviana, após (então) mais de 120 anos de vida republicana, ao longo dos quais o país nada mais viu além da perpetuação da herança colonial, apenas sob a mão de outros colonizadores.

Como apontado pela citação de Ribeiro (1977), os territórios que viriam a formar o país chamado Bolívia tiveram sua história dramaticamente ligada à exploração de recursos naturais, em empresas controladas desde o estrangeiro, ou estreitamente ligadas a interesses externos.

O vocábulo “dramaticamente”, aqui empregado, pode soar exagerado, mas é, infelizmente, adequado. Os principais ciclos econômicos pelos quais passou o país estão relacionados a recursos naturais. A exploração da prata, que teve nas minas de Potosí seu apogeu, permeia a história do país desde 1548, tendo encontrado seu esgotamento somente em meados do século XIX. Neste período, justificou a exploração e a ocupação do território boliviano, estabelecendo redes de abastecimento e tráfego que definiriam, em boa parte, os papéis assumidos por diferentes regiões do país até hoje.

À prata seguiu-se o salitre, a borracha, o estanho, o petróleo, o gás natural – todos vinculados a processos de exploração ligados a interesses externos. Mais do que a espoliação dos recursos naturais de seu território, porém, é a espoliação do território propriamente



dito que carrega o tom dramático destes ciclos. A Bolívia perderia grandes extensões territoriais em conflitos com países vizinhos, conflitos estes gerados especificamente pela possibilidade de controle da exploração de recursos.

A Guerra do Pacífico (1879 – 1883), a Guerra do Chaco (1932 – 1935): em que pesem as justificativas dos diferentes lados envolvidos nos conflitos; em que pese ao fato de que os territórios perdidos, apesar da soberania de direito boliviana, eram, de fato, territórios ocupação esparsa (na prática, poderíamos até mesmo aplicar um neologismo de “territórios internacionalizados”, nos quais a população não estava caracterizada pela uniformidade da nacionalidade); sejam quais foram as justificativas, o fato é que os primeiros cem anos de vida republicana da Bolívia se construíram sobre um arcabouço de saqueio e derrotas que imprimiram na memória coletiva do país o estigma da derrota, e a percepção de pertencimento a uma nação frágil, militar, econômica e politicamente.

A organização do espaço latino-americano: o processo de colonização

Em primeiro lugar, cabe ressaltarmos características básicas, porém indeléveis, das formações sociais latino-americanas, destacando principalmente aspectos de seus processos formativos. A formação boliviana é, como veremos, um caso claro de aplicação desse modelo, cujas conseqüências se tornam evidentes, ao acompanharmos a trajetória do país desde sua ocupação pelos espanhóis. Trataremos pontualmente de alguns aspectos que cremos necessários para a melhor compreensão do contexto existente às vésperas da Revolução de 1952.

A formação colonial é o primeiro aspecto a ser ressaltado. Os territórios que viriam a formar o país chamado Bolívia entraram para a história ocidental a partir do processo de formação de colônias de



MARCELO ARGENTA CÂMARA

exploração⁶. A inclusão da América no projeto de expansão ultramarina hispânica respondeu a um objetivo mercantilista de apropriação de territórios, incluindo-se a submissão de recursos e populações aí encontradas, numa empresa que teve o lucro como finalidade comum a costurar interesses diversos. (Moraes: 1994).

O espaço geográfico andino reservou aos espanhóis, desde o início do processo, os atrativos naturais que justificavam as perspectivas de lucratividade do empreendimento. As jazidas de metais preciosos – no caso específico boliviano, a prata – começaram a ser exploradas em 1545, e abririam uma seqüência de ciclos econômicos marcados pela exploração monoprodutora de recursos naturais do território boliviano, em empreendimentos ligados diretamente a interesses externos. Moraes (1994) aponta como a possibilidade de remuneração do capital investido justificava a superação dos possíveis obstáculos à fixação de grandes populações, ao analisar a grande aglomeração que se formou no entorno do Cerro Rico de Potosí, fazendo que aquela cidade tivesse, à época, uma população equivalente aos maiores centros urbanos europeus, em que pese a sua localização em um sítio estéril, a mais de quatro mil metros de altitude⁷.

Os ciclos econômicos seqüentes diferenciaram-se principalmente pelo recurso explorado e, eventualmente, pelo perfil de associação ao

⁶A classificação de colônias em dois tipos, colônias de povoamento e colônias de exploração, foi proposta no século XIX pelo geógrafo francês Elisée Reclus. Conforme mostra-nos Andrade (1985), em comentários sobre a obra do geógrafo francês, a formação de colônias de exploração consistia na “colonização feita não para civilizar ou cristianizar os povos [...], mas para explorar os povos e os territórios colonizados.” (p. 22). A obra de Reclus é pioneira na análise das conseqüências impostas por estas duas formas distintas de ocupação territorial, demonstrando que os países “resultantes de um sistema colonial de exploração são, em sua totalidade, pobres e subdesenvolvidos, em face das distorções trazidas à sua economia pela dominação estrangeira.” (p. 32).

⁷ Patrício (1971) mostra que o quadro demográfico de Potosí, apesar de algumas oscilações, apresentava um crescimento populacional expressivo até o início do século XVIII, período de maior produtividade da atividade mineira, chegando a contar com 160 mil habitantes, segundo dados do ano de 1650. Moraes (1994) traça um comparativo, ao lembrar que “Potosí atinge a cifra de 150 mil habitantes em 1611, quando Sevilha – a maior cidade da Espanha – conta com apenas 100 mil.” (p. 83).



estrangeiro que caracterizaria a exploração. Assim, à prata sucederam os ciclos do salitre (século XIX), do estanho (século XIX e, especialmente, primeira metade do século XX), do petróleo (anos 1950) e, mais recentemente, da soja (anos 1970 até hoje) e do gás natural (anos 1990 até hoje). Em menor escala, também foram explorados outros recursos minerais, agrícolas e agroflorestais, porém a característica geral principal da macroeconomia boliviana sempre foi a exploração de recursos voltada ao abastecimento da demanda externa.

Moraes (1994) analisa como esse padrão de ocupação com finalidade exportadora marca, desde o século XVI, a maneira como se configurariam os territórios coloniais, naquilo que o autor define como um “padrão de instalação com um claro sentido exomorfo”, isto é, onde “os assentamentos se fazem, mesmo quando bastante interiorizados, articulados numa rede de circulação que demanda um porto, o qual engata as diferentes unidades produtivas com os circuitos [...] de realização de seus produtos.” (p. 83). O espaço configura, assim, uma “bacia de drenagem”, pela qual escoam as riquezas produzidas na colônia (Moraes: 1994).

Direcionando-nos à conclusão deste tópico, apontamos duas conseqüências importantes desse processo. Em primeiro lugar, ainda que até aqui tenhamos enfatizado principalmente o aspecto econômico da colonização (por ser este o principal objetivo do colonizador), é fundamental ressaltarmos que o processo de colonização, como conquista territorial, implica não só a expropriação de recursos, mas também a submissão das populações autóctones, impondo sobre elas hierarquia e formas de organização que solapam as formas de organização e de domínio territorial originariamente existentes. No caso boliviano – em característica comum ao mundo andino herdeiro do Império Inca –, o fato de os espanhóis encontrarem ali grande densidade populacional, organizada sob estratificação social complexa, faz que, ao mesmo tempo em que essas estruturas preexistentes sejam cooptadas pelos espanhóis a



MARCELO ARGENTA CÂMARA

serviço de seus objetivos (facilitando-lhes, assim, a empresa), descaracterize-as de suas finalidades e significados originais, implicando, assim, um processo de perda de identidade por parte das populações *originárias*⁸, que será revisto e reflexionado pelas gerações futuras, desempenhando importante papel aglutinador das novas identidades atuais⁹.

A segunda conseqüência que nos cabe ressaltar é que a questão da exploração de recursos naturais não apenas legou a espoliação destes recursos, como, em alguns (e dramáticos) casos, legou também a espoliação do próprio território. A Bolívia viu-se, após sua independência, envolvida em conflitos territoriais com países vizinhos, onde áreas de fronteira, relacionadas à exploração de algum recurso, se viram alvo de disputa em confrontos bélicos. O saldo para os bolivianos foi trágico: da extensão territorial que o país detinha à data de sua independência (1826) – 2,36 milhões de km² –, mais da metade foi perdida para países limítrofes. Entre estas perdas, a de maior prejuízo (ainda que, paradoxalmente, a de menor extensão territorial) foi a de sua faixa costeira, perdida para o Chile na Guerra do Pacífico (1879 – 1883), incidindo em claros prejuízos para um país que tem no comércio exterior sua base econômica. Além dessa derrota, a perda de territórios para o Brasil, relacionados à exploração do látex (Acre), e a derrota na guerra do Chaco (a ser comentada a seguir), imprimem no inconsciente coletivo a imagem de um país frágil, derrotado por intervenções e ingerências externas, enfim, ressentido por seu destino.

Independência e Neocolonialismo

O advento da emancipação política das várias colônias não rompe, antes recicla reiterando a centralidade da dimensão espacial na análise da América Latina. O móvel da

⁸ Optamos, aqui, pela terminologia utilizada pelas populações do altiplano andino para referirem-se a si mesmas, no sentido de sua primazia sobre o território boliviano.

⁹ Esse tema será comentado ao final deste artigo.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI – PROCESSOS SOCIAIS, TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

conquista territorial permanece ativo, exercitando-se sobre lugares, recursos naturais e populações.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, n. 7, p. 81–86, 1994.*

Ainda que tenhamos associado o processo de ocupação do território latino-americano ao processo de colonização, com o conseqüente estabelecimento de ciclos econômicos exploratórios, cremos que a menção feita à continuidade destes ciclos, em que persistiam os mesmos moldes de articulações externas anteriores, já nos tenha sugerido que o advento da independência não iria romper com as estruturas coloniais então vigentes. Como demonstra a citação de abertura deste tópico, a independência antes recicla do que rompe (com) a estrutura de exploração colonial.

Conduzida pelas elites *criollas*¹⁰ diretamente associadas à ingerência externa, a independência dos países latino-americanos – não minimizando a importância, em seu histórico, da presença de personagens voluntaristas, insuflados pelos ideais liberalizantes do Iluminismo, sintonizados com os valores proclamados por acontecimentos como a Revolução Francesa (1789) e a independência dos Estados Unidos da América do Norte (1776) –, acabaria transformando-se em processos que poderíamos comparar à substituição de peças dentro de uma mesma engrenagem: vai-se o colonizador estrangeiro, permanece o colonizador nacional. A ligação entre ambos os setores de dominação (nacional e estrangeiro), embora pudesse ficar estremeçada pelo rompimento às vezes abrupto dos laços (em razão das guerras de independência), seria, de alguma forma, mantida em prol da manutenção do circuito de valorização da produção.

¹⁰ Criollos – “Pessoa de descendência européia pura (pelo menos teoricamente), porém nascida na América (e mais tarde, por extensão, em qualquer lugar fora da Europa).” (Anderson: 1989, p. 57).



MARCELO ARGENTA CÂMARA

Assim, não se pode deixar de associar o fortalecimento dos movimentos pela independência ao recrudescimento da sanha arrecadadora de Madri sobre as colônias, desagradando sobremaneira as classes altas *criollas*. A maior margem de autonomia sobre a administração da empresa colonial era, portanto, um objetivo a constar no processo de independência. Para a concretização do processo, no entanto, tornava-se necessário conquistar o apoio das massas indígenas e *cholas*¹¹, do que surge a necessidade de proposição de uma base comum de valores e ideais, de um projeto comum – a idéia da Nação (Anderson: 1989). Este autor informa que as pequenas nobrezas *criollas* tinham, assim, de convidar as massas de compatriotas oprimidos “a entrar” na história (mesmo que, como ironicamente aponta o autor, fosse apenas até a copa). (Anderson: 1989, p. 93).

Analisando o caso boliviano, García (2003) afirma que o processo de formação da República no país perpetuou as estruturas excludentes e de espoliação mantidas pela Coroa espanhola, “que consagravam prestígio, propriedade e poder em função da cor da pele, do sobrenome, do idioma e da linhagem.” (García: 2003, p. 173). Isso corrobora a análise de Anderson (1989), que afirma que um fator determinante para a união das elites na luta pela independência residia no medo das mobilizações políticas que pudessem ser protagonizadas de forma independente pelas “classes inferiores” (Anderson: 1989, p. 58).

A percepção da continuidade da dominação sobre as populações originárias, mesmo após a suposta independência, é expressa no depoimento de uma liderança aymara:

La historia nos dice que el Simón Bolívar libertó las cinco naciones, pero eso es falso, porque aquí en Bolivia, principalmente, no se ha liberado a los indígenas. Los que se han liberado son los mestizos, que han llegado [de] los españoles y con los aymaras –

¹¹ Cholos – Conforme Ribeiro (1977) os cholos são a população mestiça de classe média, predominante no meio urbano.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI – PROCESSOS SOCIAIS, TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

o sea que, de los aymaras con los españoles nacieron los mestizos. [...] Los mestizos se rebelaron contra los abuelos españoles, para derrotar, encabezados por Simón Bolívar, Antonio José de Sucre, todos ellos. [Pero] la liberación de los indígenas no ha sido eso, la liberación de los indígenas no ha llegado hasta ahora. Eso es lo que la gente, los aymaras y los quéchuas, nunca han sido liberados¹².

Después de liberarse los mestizos, [de] nuestros abuelos o tíos españoles que han estado aquí, se han liberado y después luego ellos, con más ganas, [nos] han agarrado como animales, o sea, que el aymara y quechua ha sido visto como animales, [...], aquí, [...] en toda Sudamérica.¹³

(Rufo Yanaricuchura, líder aymara. Municipalidad Achacachi, província Omasuyos, departamento La Paz, Bolivia. Entrevista ao autor.)

A Bolívia pós-independência, no que se relaciona ao século XIX, caracterizou-se principalmente pela derrota na Guerra do Pacífico (comentada anteriormente), o que expõe a fragilidade do país, fruto da combinação funesta entre más administrações, corrupção e interesses pessoais, e a sombra permanente da ingerência estrangeira.

A “rosca”: em busca das origens da Guerra do Chaco

A partir do final do século XIX, tem início o ciclo de exploração do estanho, mineral metálico cujas jazidas estão associadas às antigas jazidas

¹² “A história nos diz que Simón Bolívar libertou as cinco nações, mas isso é falso, porque aqui na Bolívia não foram libertados os indígenas. Os que foram libertados foram os mestiços, que vieram dos espanhóis com os aymaras – ou seja, que dos aymaras com os espanhóis nasceram os mestiços. [...] Os mestiços rebelaram-se contra os avós espanhóis, para derrotá-los, liderados por Simón Bolívar, Antonio Jose de Sucre, todos eles. [Mas] a libertação dos indígenas não foi isso, a libertação dos indígenas não chegou até agora. Isso é o que as pessoas, os aymaras e os quéchuas, nunca foram libertados.”

¹³ “Depois de libertarem-se os mestiços, [de] nossos avós ou tíos espanhóis que estiveram aqui, se libertaram e logo depois eles, com mais gana, [nos] agarraram como animais, ou seja, que o aymara e o quéchua foi visto como animais [...], aqui, [...] em toda a América do Sul”.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

de prata (praticamente esgotadas já no século XIX). A alta produção de estanho colocou a Bolívia entre os maiores produtores mundiais do minério¹⁴, porém, mais uma vez, a economia e a política permaneceram restritas às mãos de uma oligarquia ligada à atividade exploratória.

Três grandes conglomerados familiares concentravam a produção do minério e, conseqüentemente, exerciam o maior poder de influência sobre o Estado. As famílias Patiño, Hotchschild e Aramayo controlavam 74% da produção de estanho boliviana, e eram as principais representantes da oligarquia mineiro-exportadora conhecida como a “rosca”¹⁵: grupos empresariais bolivianos, atuando como sócios do monopólio internacional do estanho, cujos escritórios centrais e plantas de beneficiamento do minério se encontravam no exterior.

A atuação da “rosca” não se limitava, porém, à mineração e ao comércio do estanho. Ribeiro (1977) afirma que era nos escritórios da oligarquia mineira, “muito mais do que no parlamento”, que se discutiam as políticas e a infra-estrutura do país (Ribeiro: 1977, p.179). A “rosca” era um Estado dentro do Estado¹⁶.

Apesar da alta produtividade e da conjuntura internacional favorável à produção do estanho, a concentração decorrente do modelo de administração mantido fazia que o país submergisse em uma crise econômica que, após a guerra do Chaco, se traduziu em crise política e social. Mesmo sendo a principal atividade econômica do país, a mineração ocupava apenas 4% da população economicamente

¹⁴ “Nas primeiras décadas do século XX, a Bolívia consolida sua posição como segundo produtor mundial de estanho, atrás da Malásia” (Ayerbe: 2002, p. 96). Tapia (2002) define a primeira metade do século XIX como o “século do estanho”.

¹⁵ O apelido “rosca” deve-se a que a estrutura girava em torno de si mesma, com “limitada capacidade de irradiação dos benefícios da prosperidade para o conjunto do país” (Ayerbe: 2002, p.83).

¹⁶ Segundo Ayerbe (2002), a “rosca” “exercia o controle político do país, [e] praticamente não pagava impostos, o que mantinha o Estado em crise fiscal permanente, recorrendo a empréstimos externos para equilibrar suas contas.” (Ayerbe: 2002, p.96).



ativa (PEA). Já a agricultura ocupava 64% da PEA, porém a concentração da propriedade e a baixa produtividade faziam que o país não fosse auto-suficiente (Ayerbe: 2002). Aliado a isso, a base reduzida de arrecadação, fruto do controle exercido pela “rosca” em relação ao Estado, tornava a Bolívia um país impossibilitado de impor maior dinamismo à sua economia. É, pois, este o país que iria se encontrar consigo mesmo na Guerra do Chaco.

A Guerra do Chaco e as raízes do nacionalismo boliviano

El relato e interpretación históricos del nacionalismo privilegia en su discurso el desarrollo de la conciencia nacional, pero es un desarrollo que lejos de ser referido a ideales culturales generales o al desarrollo de una dinámica de ideas y valores en sí mismos valiosos, se lo concibe como resultado de conclusiones sacadas de frustraciones en experiencias tales como la guerra perdida con una dirección inepta y irresponsable, de los fraudes de las empresas mineras explotadores de los recursos del país sin pagar casi nada por ello, de la inorganicidad de toda empresa colectiva, porque el poder económico y político lo dividía todo excepto sus ganancias”.

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local**. La Paz, Bolivia: Muela del Diablo, 2002. p. 43.

A guerra do Chaco (1932 – 1935) foi mais um entre os conflitos nos quais a Bolívia independente se envolveu com países limítrofes. Este, porém, tornou-se um ponto de inflexão na trajetória do país: a partir dele se estabeleceram questionamentos importantes e teve início a formação de um movimento nacionalista vigoroso, protagonista do primeiro movimento popular (no século XX) de rompimento com os laços (neo)coloniais e de tentativa de modernização do país.

Segundo Ayerbe (2002), “o motivo da guerra foi a pretensão boliviana de ter acesso ao rio Paraguai por meio do Chaco¹⁷”.

¹⁷ O termo Chaco refere-se à vasta área de planícies sedimentares no sudeste boliviano (departamentos de Santa Cruz e Tarija), em área limítrofe com o Paraguai.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

Posteriormente, duas grandes companhias do setor petrolífero (Standard Oil e Royal Dutch Shell) foram acusadas de insuflar o conflito, em razão da possibilidade de existência de jazidas de petróleo na região, além do mencionado acesso ao Atlântico através da bacia do Prata. Ao final do conflito, a Bolívia saiu derrotada, e a redefinição de fronteiras reduziu em 234 mil km² o território do país.¹⁸

A derrota na Guerra do Chaco é uma brusca chamada à reflexão. O país derrotado viu-se compelido a “buscar ardentemente uma compreensão mais ampla do drama nacional.” (Ribeiro, 1977, p. 180). Tapia (2002) utiliza expressão “a Nação que se encontrou no Chaco” para definir a importância desse momento na construção do nacionalismo boliviano. Segundo o autor, os nacionalistas bolivianos consideram a Guerra do Chaco como “o encontro e a tomada de consciência referente à desarticulação e o desgoverno do país” (Tapia: 2002, p. 46).

O depoimento de um líder aymara mostra-nos como as comunidades originárias absorveram o impacto da guerra:

Porque regresando de la guerra del Chaco los aymaras despertaron de que no era justo que estaban yendo también a la guerra [...], porque lo que más han enfrentado, morían nuestros abuelos. [Y] nos damos cuenta, los aymaras, de que esos señores que han decretado la guerra [...] nos han llevado como can de cañón a enfrentarnos con los paraguayos, y perder la guerra. Ellos, [...] los militares, [...], estaban [...] haciendo fiesta. [...] Y nosotros, los campesinos, los mineros, [...] son los que murieron en la Guerra del Chaco, y los sobrantes han vuelto como ex combatientes.¹⁹

¹⁸ Curiosamente, foi nas regiões que permaneceram sob a soberania boliviana que se comprovou a existência de jazidas de hidrocarbonetos.

¹⁹ “Porque, regressando da guerra do Chaco, os aymaras se deram conta de que não era justo que estivessem indo também para a guerra [...], porque o que mais hão enfrentado, morriam nossos avós. [E] nos damos conta, os aymaras, de que esses senhores que decretaram a guerra [...] nos levaram como cão de canhão a enfrentar-nos com os paraguaios, e perder a guerra. Eles, [...] os militares, [...], estavam [...] fazendo festa. [...] E nós, os camponeses, os mineiros, [...] fomos os que morreram na Guerra do Chaco, e os sobreviventes voltaram como ex-combatentes.”



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI – PROCESSOS SOCIAIS, TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

Entre ellos (ex combatientes) ya aquí ha habido un levantamiento fuerte ya contra los patrones, que no era justo la guerra del Chaco, donde han ido a defender el petróleo. Entonces desde esa fecha ya empezaron los movimientos sociales. La historia lo que nos dice es que nos estaban explotando los patrones. Y donde nuestras madres se dieron de cuenta, de que [...] han ido a la guerra nuestros abuelos, nuestras abuelas [...] pues ya se han dado cuenta de que los mestizos no iban a la guerra, solamente iban nuestros abuelos a la guerra, los aymaras. Ellos, los mestizos, no habían salido a la guerra.²⁰ (Rifo Yanaricubura, líder aymara. Municipalidad Achacachi, provincia Omasuyos, departamento La Paz, Bolivia. Entrevista ao autor.)

Podemos observar, a partir do depoimento citado, que o período que se seguiu à derrota no Chaco foi um período de efervescência, de agitação e instabilidade. Todos os setores da sociedade boliviana movimentaram-se com base nas reflexões advindas do confronto com o Paraguai.

Entre os setores dominantes, o Exército é que reflete o novo cenário, com a formação de grupos militares nacionalistas, que passam a se alternar no poder com os militares ligados à antiga oligarquia, em sucessivos golpes de Estado. Esses governos militares-nacionalistas²¹ (governo do general Toro, em 1937, e do general Busch, de 1937 a 1940) tentarão mudar os rumos do país com a aplicação de políticas estatizantes e de enfrentamento à oligarquia mineira, baseados principalmente em projetos de nacionalização das reservas minerais²²,

²⁰ “Entre eles (ex-combatentes), já aqui houve um levantamento forte contra os patrões, que não era justa a guerra do Chaco, onde foram defender o petróleo. Então desde essa data já começaram os movimentos sociais. A história nos diz que os patrões estavam nos explorando. Foi quando nossas mães se deram conta [...] pois já se deram conta de que os mestiços não iam à guerra, somente iam nossos avós para a guerra, os aymaras. Eles, os mestiços, não haviam saído para a guerra.”

²¹ García (2005) define o período como o do “socialismo militar”.

²² Em 1936, no governo do general Toro, é criada a Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB), com a intenção de abastecer a demanda interna. Em 1939, no governo do general Busch, a Standard Oil é condenada por traição ao país, e seus bens são nacionalizados. O governo do general Peñaranda, ligado aos setores conservadores e que havia assumido após golpe de estado em 1940, iria entrar em acordo com a companhia em 1942, acordando a indenização. (Cedib [2]: 2005, p.65).



MARCELO ARGENTA CÂMARA

e na abertura política, com a expansão do processo de sindicalização do operariado mineiro, que se fortaleceu a partir da formação de diversos sindicatos (ainda não unificados) nas diferentes zonas produtoras, valendo-se, também, da experiência de trabalhadores que já haviam participado de organizações semelhantes em outros países (García: 2005).

Também as comunidades indígenas se articulavam nesse movimento, uma vez que (como visto em depoimento anterior) se sentiam injustiçadas frente aos acontecimentos da guerra do Chaco e à perpetuação de estruturas de trabalho feudal que legavam a miséria ao meio rural boliviano.

Mas o grande articulador de todo este sentimento de inconformidade foi o Movimiento Nacionalista Revolucionário (MNR), e sua proposta nacionalista de reformas. Surgido como partido em 1941, o MNR formara-se com base no apoio dos setores nacionalistas do Exército e de jovens intelectualidades das classes médias urbanas (Ayerbe: 2002), onde se destacava a atividade dos jornalistas políticos Augusto Céspedes e Carlos Montenegro, que, a partir de uma intensa produção, puderam disseminar, entre a população urbana de diferentes regiões do país, as bases da construção de um nacionalismo revigorado e atuante²³ (Tapia: 2002).

A principal característica do nacionalismo (então) propagado pelo MNR era seu caráter profundamente antiimperialista. A compreensão de que a ingerência externa (e sua projeção na política interna) era a responsável por muitas das mazelas do país dava o tom do pensamento do partido. Como afirma Tapia (2002): “aquele que, de dentro, apóia a continuidade colonial é percebido como parte deste *outro* dominador” (Tapia: 2002, p.45). A abrangência do pensamento antiimperialista era tamanha que permitia que o mesmo MNR (a princípio um partido de esquerda) abrigasse em seus quadros militantes

²³ Cabe aqui a analogia à importância da imprensa, nos processos comentados por Anderson (1989), para a formação da consciência nacional.



de grupos da extrema direita que viam no imperialismo uma afronta aos valores por eles defendidos para a nação boliviana.²⁴

Seriam estes os protagonistas da revolução que irromperia em 1952. Ribeiro (1977) sintetiza as causas da revolução: a revolta popular contra a miséria; a capacidade de ação revolucionária autônoma do operariado mineiro; e a vontade de afirmação nacional de uma intelectualidade militante, assim como a incapacidade de reordenação social da estrutura política anterior, extremamente rígida (corporações mineiras associadas a interesses internacionais). Coube ao MNR liderar a coalizão que, sob um projeto étnico-nacional, “acabaria por libertar o povo boliviano dos projetos gerados desde o estrangeiro” (Ribeiro: 1977, p. 181).

A Revolução de 1952 – Revolução e Poder

O antecedente imediato da Revolução de 1952 foi a eleição presidencial de 1951, na qual sairia vencedor o candidato da coligação entre MNR e partidos operários, Victor Paz Estenssoro. Como esta eleição tinha como finalidade a tentativa dos conservadores²⁵ de se legitimarem democraticamente no poder, e a vitória do MNR frustrava esse objetivo, um novo golpe militar foi decretado, e o resultado das urnas foi ignorado. O MNR partiu, então, para a reação, articulando suas ligações entre os militares nacionalistas para um contragolpe.

O golpe de Estado do MNR foi deflagrado em La Paz e parecia destinado ao fracasso, pois a maior parte do contingente militar permanecia fiel à Junta no governo. De maneira até mesmo inesperada,

²⁴ Uma peculiaridade do sentimento antiimperialista boliviano de então era seu caráter antieuropeu. Isso provavelmente se devesse a ressentimentos do período colonial, mas, principalmente, ao fato de que as principais empresas da “rosca” tinham seus escritórios em Londres. Também acabaria contribuindo para que os Estados Unidos eventualmente sofressem (entre alguns setores) menor oposição como país investidor estrangeiro.

²⁵ Governo de Mamerto Urrolagoitia.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

porém, a mobilização popular que se desencadeou na seqüência dos fatos, com o levantamento de setores civis nas principais cidades do país, e a entrega de armas às milícias de operários e camponeses que se dirigiram do campo à cidade, mudou os rumos aparentes do contragolpe e, com isso, os rumos da história do país. O exército viu-se derrotado por uma mobilização de intensidade não prevista até mesmo pelo MNR: as milícias armadas desfilaram triunfalmente nas ruas de La Paz (García: 2005).

O novo governo, constituído a partir da coalizão entre o MNR e o operariado (especialmente, o mineiro), adotou uma política com a nítida intencionalidade de ruptura com o passado. Estavam simultaneamente derrotadas a Junta Militar e a “rosca”, e políticas nacionalistas, de fomento ao desenvolvimento com presença marcante do Estado e com a participação dos operários (agora reunidos numa confederação sindical única, a Central Obrera Boliviana – COB, formalizada poucos dias após a tomada do poder²⁶), deram a tônica do governo revolucionário.

A sustentação do co-governo MNR–COB veio das milícias armadas, operárias e camponesas, e da conseqüente desmobilização do exército. Estes setores, talvez os que mais sofreram as conseqüências do período de vigência da administração da “rosca”, já vinham, desde a derrota no Chaco, desenvolvendo um processo autônomo de conscientização. A combatividade dos mineiros, também ligada diretamente a suas raízes indígenas, teve papel proeminente na tomada de poder, e garantiu, nos primeiros passos do novo governo, o bloqueio a tentativas de retrocesso insufladas pelos setores conservadores, a inoperância dos setores reacionários do exército e a restrição do papel dos setores oposicionistas que se sentissem atingidos pela nova agenda de governo.

²⁶ Segundo García (2005), “desde então a COB se converteu em um movimento social que estruturalmente é a articulação de vários movimentos sociais, em torno da condução e hegemonia operária.” (García: 2005, p.38)



Políticas do governo do MNR

As principais medidas do novo governo procuravam ampliar a participação do Estado na economia, além de incentivar processos que tinham como meta a modernização do país, partindo de bases de inclusão no campo social.

A medida de maior impacto foi a nacionalização das minas, acompanhada pela criação da Confederação Mineira da Bolívia (Comibol), empresa estatal que concentrava toda a gestão da atividade mineira. Esta medida eliminava o poder da antiga oligarquia, e dotava o Estado dos recursos necessários para o financiamento dos demais setores econômicos. Juntamente com a Reforma Agrária, que visava a terminar com o latifúndio, democratizando o acesso à terra e possibilitando a melhoria na produção e nos padrões de consumo, eram, assim, os carros-chefe das políticas do novo governo. Aliadas a elas, a universalização do voto fechava esse pacote de medidas de modernização.

A revolução não tardaria, porém, a encontrar seus limites. E estes estavam na inviabilidade econômica do país, herança de uma história de exploração colonial e neocolonial. As reformas exigiam recursos, e a economia boliviana, baseada na exportação do estanho e com uma base de arrecadação fiscal reduzida, não os tinha. O modelo de financiamento baseado na capacidade da Comibol via-se limitado pela diminuição dos preços do estanho no mercado internacional, aliada a uma diminuição na produtividade do minério, fruto da falta de recursos para manutenção e modernização da empresa. Aquilo que deveria se propor com alternativa para a construção de soberania, em um processo independente, logo teve de (re)acomodar-se às exigências externas, para ter acesso a empréstimos do estrangeiro e, assim, viabilizar as propostas de reformas. O que se observou na seqüência destes acontecimentos é que tão maiores eram as necessidades de financiamento externo, tão mais tímidas se tornavam



MARCELO ARGENTA CÂMARA

as mudanças propostas pelo governo revolucionário. Entre os indícios dessa *adaptação*, podemos citar a implantação do Código do Petróleo (conhecido como Código Davenport), de 1955, que, apenas três anos após a revolução, abria a possibilidade de investimento de capitais privados externos na YPF e outorgava prioridade de concessões de exploração petrolífera à Gulf Oil Company (Cedib [2]: 2005). Ao mesmo tempo, a reforma agrária era entregue a uma espécie de processo espontâneo, cujo principal motor da ação era a tomada direta das terras pelas milícias camponesas armadas. A falta de créditos e de assessoramento condenava a reforma a limitar-se à produção de subsistência, sem a alocação de excedentes ao mercado e a conseqüente movimentação da economia (Ayerbe: 2002).

Sendo assim, as divisões internas não tardaram a surgir, expondo as diferentes concepções presentes dentro da mesma coalizão de governo. Na realidade, tais divisões apareciam em face das dificuldades enfrentadas pelo processo após seu exíguo período de aparente êxito; mas eram, sim, exposições das concepções distintas presentes à coalizão desde o início do processo e que, então, diante das dificuldades, propunham caminhos diferentes para seu enfrentamento, seja pelo aprofundamento das reformas, seja pela moderação e conquista de credibilidade para o apoio externo.

Mencione-se aqui o papel do operariado, que, com a influência conquistada com a nacionalização e sua participação em esferas superiores tanto do partido quanto da administração das estatais (Comibol), também se institucionalizou, tornando suas demandas cada vez mais reduzidas ao aspecto salarial, distantes do projeto de modernização nacionalista que havia originado o processo.

A crescente fragilidade do governo do MNR simbolizava o enfraquecimento do processo. As diferentes cisões surgiam tanto dentro do partido como dentro da COB, braço operário do governo,



porém a resistência ao “Plano Triangular”²⁷ para a reabilitação da atividade mineira rompeu definitivamente os laços entre MNR e COB. Victor Paz, de volta ao governo, foi o presidente a retomar a repressão armada aos acampamentos mineiros.

Assim, a perda do apoio da base operária e o retorno crescente da influência externa levavam ao fim o processo revolucionário do MNR, deposto no ano de 1964, após três governos sucessivos (Victor Paz Estenssoro, de 1952 a 1956, e de 1960 a 1964; e Hernán Siles Suazo, de 1956 a 1960). A deposição por golpe militar deu início a um longo período sob governos militares, em que se alternaram os perfis conservadores e desenvolvimentista-nacionalistas²⁸.

Questionamo-nos aqui sobre o porquê da derrocada do governo do MNR, mesmo diante das reformas importantes implantadas por ele. Do ponto de vista econômico, a carência estrutural da Bolívia, que tornava mais profundas as necessidades de transformação e de reformas, é uma causa fundamental, indelével. As reformas propunham-se sobre uma base econômica frágil, portanto, desde o início dependente. Como aponta García (2006), “o nacionalismo revolucionário dos anos 50 pensava que a comunidade desapareceria e que todos se tornariam modernos, capitalistas e assalariados, mas isso não ocorreu”. A economia boliviana continuou assentada na informalidade, e o governo nacionalista viu-se na iminência de recorrer ao apoio externo. Processos como esse, liderado pelo MNR, necessitam acima de tudo de independência, de autonomia e de coesão. A fragilidade econômica tornou-o carente dos dois primeiros aspectos, e o expôs à manifestação (da falta) do último.

²⁷ Plano assinado em 1961 entre o governo da Bolívia, por um lado, e o governo dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental e o BID, por outro, que basicamente consistia na injeção de capital estrangeiro, alemão e norte-americano, na mineração nacionalizada (García: 2005, p. 57).

²⁸ Em 1969, o governo do general Ovando decretou a derrogação do Código Davenport, o fim das concessões à Gulf Company e a retomada do papel da YPFB. O governo do general Banzer, em 1972, reverteu esse processo, reabrindo o setor ao investimento estrangeiro.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

Transição: Ditaduras e Redemocratização

Seguiu-se um período sob governos militares (1964 a 1982), em que, entre os aspectos mais importantes, podemos destacar: (a) o enfraquecimento das companhias estatais, fruto de má administração conjugada a um cenário pouco favorável no plano internacional; e (b) o conseqüente enfraquecimento da organização sindical. Do ponto de vista social, os governos militares também foram mal sucedidos, com a freqüente denúncia de abusos contra os direitos humanos, repressão violenta de manifestações civis e corrupção crescente (também associada ao fortalecimento do narcotráfico e de sua influência junto à esfera estatal).

Em 1982, após a derrubada do governo do general García Meza, houve o retorno de Hernán Siles Suazo (ex-presidente no período revolucionário) à frente da Unidade Democrática Popular (UDP), para reconduzir o país à estabilidade e às eleições democráticas (1982 – 1985). O cenário encontrado por Siles, porém, é caótico: hiperinflação, déficit fiscal, enfraquecimento da Comibol (que havia se transfigurado em um “caixa” a fundo perdido dos governos militares, caminhando assim para sua falência). Siles ainda tentou, em uma espécie de “retorno” às propostas da revolução, retomar a parceria com a (agonizante) COB, como uma forma de conquistar apoio popular em tempos de instabilidade, mas não foi bem sucedido. Seu governo antecipou seu fim, para o retorno emblemático do presidente que havia estado à frente da revolução.

Em 1985, foi reeleito para um novo mandato (seu terceiro) o ex-presidente Victor Paz Estenssoro. Neste retorno, entretanto, seu papel, mais uma vez à frente de um momento fundamental na história do país, teve matizes bastante distintos daqueles que caracterizavam o governo nacionalista do MNR. O novo governo de Victor Paz, tendo como ministro da Economia a não menos emblemática figura de Gonzalo Sanchez de Lozada, conduziu uma série de reformas



liberalizantes na economia, defendidas como a única forma de interromper a derrocada da economia e colocar novamente a Bolívia nos trilhos da modernização. A capitalização (nome dado ao processo de privatização, no qual, supostamente, o Estado permaneceria sob controle das empresas estatais, agora com capital aberto), e a promulgação de leis que reformavam toda a participação do Estado na economia e em setores estratégicos decretou o fim – curiosamente sob um governo do mesmo partido e do mesmo presidente – do modelo de Estado surgido na Revolução de 1952.

O ministro Gonzalo Sanchez de Lozada foi o responsável por conduzir um programa de reformas econômicas redigidas com o apoio da equipe do economista Jeffrey Sachs. Suas reformas mudaram o papel das empresas estatais, em especial a Comibol e a YPFB, que, de únicas participantes em seus respectivos setores, passavam a atuar como gestoras de contratos em um mercado aberto ao capital privado e, igualmente, ao estrangeiro. A redução do papel do Estado na economia e a crescente abertura ao investimento privado estrangeiro colocavam a Bolívia na vanguarda de um processo de transformações liberalizantes que se generalizariam no continente a partir da década de 1990.

O impacto das reformas fez-se sentir principalmente sobre o operariado. O fechamento das estatais implicou a quebra da confiança entre operários e governos, no fim de um projeto de estabilidade que fez sucumbir projeções pessoais de toda uma geração, que se via, agora, lançada no desemprego em uma economia incapaz de oferecer alternativas consistentes.

O Decreto Supremo (DS) 21.060 tornou-se o mais emblemático de todo este processo, pois atingia a empresa que era o principal motor do governo revolucionário: a Comibol. Este decreto descentralizava a empresa em quatro subsidiárias, além de suspender qualquer tipo de investimento no setor e de encerrar as atividades em vários centros mineiros (que só voltariam a operar de forma



MARCELO ARGENTA CÂMARA

praticamente artesanal sob a administração de cooperativas). Ofereceram-se aos mineiros indenizações por sua retirada voluntária da empresa, proporcional aos anos em que haviam trabalhado (mil dólares por ano trabalhado), ou a possibilidade de permanecer na Comibol até que ela fechasse (o que, afirmavam, era iminente), sem direito a qualquer indenização. O governo prometia, ainda, a *relocalização* dos mineiros, que consistia em sua reinserção no mercado de trabalho em atividades estimuladas pelo Estado, porém a *relocalização* não aconteceu, e o DS 21.060 lançou mais de quarenta mil famílias no desemprego, dando início, também, a um longo processo de migração interna que inchou a periferia dos grandes centros urbanos, especialmente a da cidade de La Paz, com o rápido crescimento populacional de El Alto.

A migração insuflou o mercado informal de trabalho e o do subemprego, diminuindo a já frágil base de arrecadação, e implicou um processo de desestabilização social em que duas conseqüências se mostraram marcantes: (a) o desapontamento com a política institucional (visto que o mesmo partido que havia conduzido reformas consideradas positivas agora as derrubava, alegando seu fracasso, além da incapacidade das alternativas que se seguiriam para propor alternativas de sucesso); (b) com a mudança do papel da Comibol, anunciava-se, ali, o “fim” do sindicalismo boliviano, com a diminuição (quase desaparecimento) do papel da COB, considerando que, afora nas empresas estatais, a produção industrial sempre foi pequena no país, não oferecendo, assim, a base para a formação de corporações classistas. O fracasso da “Marcha pela Vida”, convocada pela COB em 1986 como forma de protesto ao DS 21.060 e como tentativa de retomar o papel de protagonista da corporação, selavam seu epitáfio.

Os governos seguintes ao de Paz Estenssoro, do qual destacamos a primeira presidência exercida pelo ex-ministro Gonzalo Sanchez de Lozada (1993 – 1997), aprofundaram as medidas liberalizantes, sem poder, entretanto, conter a derrocada econômica



do país e a crescente instabilidade social. Foi a partir desse cenário de crise que novo conjunto de mobilizações tomou força. Novos atores, em novas mobilizações, propondo alternativas à política institucional, vista como fracassada em atender às demandas populares, surgiram como o prenúncio de novo momento de profundas transformações na sociedade boliviana.

A formação social *abigarrada* – uma análise sociológica da questão boliviana

Neste momento, cabe abriremos parênteses para, antes de acompanharmos o atual contexto político-social boliviano, buscarmos compreender de que forma as raízes de sua formação social implicam a impossibilidade vista até hoje de formação de um projeto coeso e abrangente de modernização do país, capaz de fazer que a totalidade da população se visse nele incluída. Como visto, as reformas nacionalistas do MNR, além da anteriormente mencionada limitação econômica que enfrentaram, tiveram, com isso, de lidar com as dissensões internas à coalizão e as pressões externas de uma parcela da sociedade que não se inseria no projeto desenvolvimentista do co-governo MNR-COB. Para tanto, nos faremos valer das interpretações propostas pelo sociólogo boliviano René Zavaleta²⁹, propostas na década de 1970, quando este refletia sobre as limitações estruturais da sociedade de seu país.

Uma das maiores limitações enfrentadas pela Revolução de 1952 foi a proposição de uma consciência nacional que pudesse abranger uma sociedade heterogênea como a boliviana, de participação majoritária das populações ameríndias originárias, porém sob o domínio político e econômico dos minoritários brancos e mestiços. Assim, um dos elementos-chave para se compreender a

²⁹ Zavaleta (1939-1984) foi um dos principais teóricos do nacionalismo do MNR, e é uma das maiores referências das ciências sociais na Bolívia.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

sociedade boliviana e os constantes impasses diante dos quais esta se encontra reside exatamente nessa contradição: um país multiétnico/multicultural, regido pela institucionalidade moldada (e dominada) por uma estrutura monoétnica/monocultural. E mais: uma sociedade que é, de fato, multicultural/multiétnica, mas que resiste a se perceber como tal.

Foi diante desse quadro que Zavaleta construiu o conceito de sociedade *abigarrada*³⁰, apresentado por Tapia (2002) nas seguintes palavras:

A formação social abigarrada caracteriza-se [...] por conter tempos históricos diversos, de que uma expressão mais particularizada é a coexistência de vários modos de produção; a existência de várias formas políticas de matriz diversa e heterogênea, que se expressa na existência de um conjunto de estruturas locais de autoridade diversas entre si, e um Estado mais ou menos moderno e nacional, mas que não mantém relações de organicidade com as anteriores e, em consequência, é um Estado mais ou menos aparente. (Tapia: 2002, p. 310).

Esta definição divide-se em dois aspectos importantes que delineiam a situação aqui analisada. Em primeiro lugar, a contradição dos tempos históricos vividos pelas diferentes camadas nas quais se divide a sociedade boliviana: uma elite *criolla*, que procura inserir o país na modernidade, convivendo com etnias originárias, presentes no meio rural, que vivem uma forma de organização herdada de tempos passados, tanto em suas formas de produção como em seu relacionamento espaço-territorial. Como afirma Tapia, estas sociedades agrárias ainda vivem um “momento produtivo de um tipo de temporalidade estacional que caracteriza o tipo de civilização agrária que se desenvolveu nas sociedades andinas.” (Tapia: 2002, p. 305).

³⁰ Sem um termo correspondente em português, o termo *abigarrado* significa “aquilo que não se mescla”. O termo também é utilizado para fazer referência a pessoas que possuem uma cor diferente em cada olho.



O segundo aspecto é a questão do Estado e sua relação com as comunidades agrárias andinas recém-mencionadas. A ineficiência do Estado em atingir estas comunidades faz que ali persistam estruturas de poder remanescentes de um momento histórico anterior ao período colonial, inseridas no conjunto territorial ordenado pelo Estado, mas sem relação orgânica com este. Como afirma Tapia:

[...] existem sistemas locais de autoridade que não são parte da estrutura descendente e descentralizada do governo nacional, mas que se trata de um sistema de autoridades localmente articulado e geralmente vivido e transmitido há séculos. (Tapia: 2002, p. 307).

É diante dessa permanência dos sistemas locais de poder que acontece aquilo que Tapia denomina de “Estado aparente”: os próprios bolivianos, vivendo sob um sistema organizacional alheio ao Estado, não se sentem pertencentes a ele. Como expressa esse autor:

[...] por um lado, existe um Estado político nacional (ou pretensamente nacional) com traços jurídico-formais mais ou menos modernos e, por outro lado, um conjunto de estruturas locais de autoridade (diversas também) que não correspondem à representação local do governo nacional, já que tampouco são designadas por ele, mas que são a forma local endógena e mais ou menos ancestral de organização da vida social. (Tapia: 2002, p. 309).

O autor prossegue:

Na medida em que isso acontece, isto é, que há persistência de estruturas locais de autoridade, além do mais não correspondentes ao Estado, este Estado nacional tem menor grau de validade, eficácia e legitimidade. (Tapia: 2002, p. 309).

Mais do que a contradição temporal, ou de abrangência da esfera estatal no território nacional, a definição de sociedade *abigarrada*



MARCELO ARGENTA CÂMARA

apresenta aquilo que é fundamental para a caracterização do impasse: uma sociedade que é, mas reluta em perceber-se como tal e, principalmente, se recusa a aceitar-se como tal. Como afirma Tapia, trata-se da “falta de articulação” não só dos modos de produção presentes na sociedade boliviana, mas, acima de tudo, da contradição nas demais dimensões da vida social, principalmente a política (Tapia: 2002, p. 308).

O racismo, ainda que não assumido, é um elemento crucial para o entendimento da sociedade *abigarrada*. Herança do processo de formação do Estado no período pós-colonial, é este, talvez, o principal entrave para a abertura do país às políticas de um multiculturalismo incluyente.

Tapia, retomando uma afirmação de Zavaleta, afirma que:

[...] a Bolívia é uma espécie de constituição da sociedade intramuros, na qual existe aquilo que a articulação senhorial pode conter e quer reconhecer, e se concebe assediada desde fora por aquilo que ela excluiu: o indígena. (Tapia: 2002, p. 348).

Transfigurações da política – o retorno do indígena

A apresentação do conceito de sociedade *abigarrada* é importante, pois nos coloca diante de um fator fundamental para a compreensão da política boliviana dos últimos anos e, mais especificamente, a do início deste século. Se for verdade que, como afirmado anteriormente, se observa (em especial a partir da redemocratização) o descrédito crescente com as vias institucionais da política (seja pelo fato de que os programas políticos foram facilmente abandonados em prol de arranjos e coalizões de governo que, acima de tudo, tinham na busca por cargos a sua finalidade maior; seja pela corrupção que se infiltraria mesmo nas mais altas esferas institucionais), é também uma realidade que, concomitantemente a isso, ganham força novas formas de conscientização e mobilização



política, que, embora partindo de bases distintas (podemos dizer, até mesmo, novas), acabam por influenciar as esferas institucionais da política, mais especificamente a político-partidária e a democracia representativa.

Como primeiro elemento, podemos citar o katarismo³¹, corrente de pensamento indígena aymara surgida nos anos 1970, entre intelectualidades de origem aymara presentes nos centros urbanos. Refletindo sobre os processos sociais até então vividos no país, o katarismo partia de uma percepção dos indígenas como o estrato mais excluído da sociedade – aquele que teve seus valores e suas formas de organização solapados pela chegada dos espanhóis. Percebiam-se, assim, como membros de uma sociedade onde, somente por meio do abandono total de seus valores culturais, começando pelo próprio idioma, poderiam conquistar alguma possibilidade de ascensão social (ainda que esta permanecesse limitada pelo fator étnico). Era, portanto, a partir da retomada dos valores indígenas, em especial de suas formas de organização e regimes de autoridades originários, que o katarismo propunha a construção de estratégias de poder entre os indígenas para chegar ao Estado³².

Essas correntes de pensamento fizeram-se presentes nos movimentos sociais que surgiram ao longo da década de 1970 e que foram paulatinamente conquistando o espaço deixado em aberto pela COB. Podemos citar, entre os mais proeminentes, a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), surgida em 1979 no âmbito da COB, mas que ganharia vida independente com o passar dos anos; e a Confederação Nacional de Ayllus e Markas do Qollasuyu (Conamaq), surgida em 1997, com

³¹ Nome alusivo à figura de Tupaj Katari, maior liderança indígena surgida no Altiplano boliviano, que em 1781 liderou um cerco de três meses à cidade de La Paz.

³² O pensador aymara Fernando Untoja, em entrevista ao autor, diferenciava a existência de correntes indianistas mais radicais, cuja plataforma era a separação do Estado boliviano, e os kataristas, que consideravam a possibilidade de participação no Estado.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

base em uma plataforma de defesa das estruturas organizacionais originárias do Altiplano andino (Ayllus, e seu coletivo regional, as Markas), e de seus sistemas de autoridades e de administração de recursos.

Tais movimentos, ante as profundas e rápidas transformações que aconteciam na esfera institucional, com a crescente abertura de mercados e a diminuição progressiva do papel do Estado, conquistavam apoio popular e eram capazes de redimensionar o papel da política no contexto da maioria marginalizada da população boliviana, uma vez que partia de bases que lhes eram comuns, defendendo valores que lhes eram comuns.

A construção de identidades surgiu, aí, como elemento de interpretação importante no processo de transformação da política boliviana. Percebendo-se como compartilhantes da situação de exclusão comum, indígenas e mestiços passaram a buscar alternativas aos projetos associados ao passado de derrotas, naquilo que Castells denomina “Identidades de Resistência”:

[...] criadas por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (Castells: 1996, p. 24).

Um dos casos que mais exemplificam a possibilidade de construção de uma identidade abrangente está na relação do movimento *cocalero* com setores urbanos da população boliviana. Surgido com a mobilização para a resistência ao programa de erradicação dos plantios da folha de coca, posto em ação pelo governo boliviano (sob a presidência do general Banzer, eleito em 1997), com apoio do governo dos Estados Unidos, o movimento *cocalero* conseguiu ampliar suas bases de apoio para além de sua base camponesa, ao defender a folha de coca e sua manutenção como a defesa da cultura



tradicional andina herdada do período incaico, consumo tradicional presente no meio rural (e de forma cada vez mais abrangente no meio urbano a partir do crescimento da migração rural-urbana da década de 1980). E mais: ao defender a manutenção dos cultivos frente a uma campanha incentivada por nação estrangeira, os *cocaleros* lograram retomar a plataforma antiimperialista característica do nacionalismo boliviano do período revolucionário. O MAS (Movimento Ao Socialismo), partido que surgiu como braço político do movimento, expôs a nova face da política boliviana: não é um partido que se aproxima da mobilização social para com ela se articular; é, sim, a mobilização social que cria estratégias de ação dentro da política institucional. Foi o MAS, com o papel destacado de sua mais importante liderança, o líder campesino Evo Morales, que transformou o perfil da política partidária no país, rompendo com uma de suas mais tradicionais características, que era a de que os indígenas não votavam nos indígenas. A maioria demográfica deixava de ser a minoria política. Nas eleições gerais de 1997, o partido conquistou quatro cadeiras na Câmara de Deputados, com 3% do total de votos. Em menos de dez anos, o partido aumentou em dezessete vezes o seu número de votos.

Manifestações marcantes como a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003) são inquestionáveis exposições das rupturas ocorridas no político, e da proposição de novos atores, que trazem a política para aquilo que Tapia (2003) define como os “não-lugares da política”: a sociedade, anteriormente afastada da esfera institucional, traz a política para o não-institucional – as ruas, as praças, as organizações de bairro. As novas práticas condenam os conteúdos e as finalidades que marcaram a política no país, em especial no período após a redemocratização, práticas que, como afirma García Orellana (2003), “excluam na interação política aos atores não-convencionais, que agora irrompem o espaço público, quando seus interesses e necessidades são afetados.”



MARCELO ARGENTA CÂMARA

Perspectivas

O tempo que se abre para o país é de grande expectativa. É um tempo de construção, tempo de reflexões. Este tempo é também o resultado de um período intenso, que expôs ao país suas feridas, que expôs o país a si mesmo (talvez como os analistas considerem que a Guerra do Chaco o fez, a seu tempo).

Nos últimos cinco anos, a história boliviana viu suas páginas serem escritas com tamanha rapidez e intensidade que mais pareceria que um século havia passado. Parafraseando títulos clássicos, foram cinco anos que abalaram o mundo andino: “Guerra da Água”, “Guerra do Gás”, duas renúncias presidenciais, um sem-fim de bloqueios de estradas e paralisações gerais, até chegarmos à eleição de um presidente que sobe ao poder como representante dos atores que protagonizaram estes momentos, com a difícil missão de apaziguar ânimos e conduzir o país à tão desejada estabilidade, com justiça social.

A tarefa não será fácil. Dos ensinamentos legados pela Revolução de 1952, fica a compreensão de que é necessária a diversificação da base produtiva. As reservas de gás natural são a moeda com que conta o novo governo boliviano, mas erros de administração podem levar ao fracasso o atual projeto de renovação, como visto na persistência do modelo minerador de estanho.

Também a Revolução de 1952 lembra que a coesão é fator fundamental para a governabilidade, e o atual governo sabe que é da mesma coalizão que o levou ao poder que virão os protestos, quando ele, o governo, falhar em atender às diferentes expectativas.

Álvaro García Linera, vice-presidente eleito e autor de alguns dos trabalhos citados aqui, resume a proposta do novo governo no conceito, por ele elaborado, de Capitalismo Andino-Amazônico (CAA): “a construção de um Estado forte, que regule a expansão da economia, extraia seus excedentes, e os transfira ao âmbito comunitário, para potencializar formas de auto-organização e de



desenvolvimento mercantil propriamente andino e amazônico” (García: 2006). Em outras palavras, a proposta do governo é a de um capitalismo de Estado. De um Estado forte, que exercite sua função de agente impulsionador e agente distributivo na economia.

O que uma proposta de capitalismo de Estado tem de inovador nos dias atuais é que ela é uma proposta que vai de encontro aos receituários econômicos adotados quase hegemonicamente no continente sul-americano na década de 1990, associados ao Consenso de Washington – receituários, cabe lembrar, que a Bolívia foi um dos primeiros países a adotar. O novo governo retoma agora o papel do Estado, principalmente como agente conciliador interno. E, provavelmente, o único capaz disto no atual cenário do país.

A proposta do CAA é inovadora, também, no sentido do respeito às estruturas originárias. A nação que se encontrou nas ruas, nas praças e nos bairros é uma nação indígena e mestiça, de diferentes matrizes culturais. Por isso, é necessário ousar: propor formas de inclusão e de desenvolvimento, que respeitem as estruturas auto-organizativas originárias, sem, por isso, deixarem de ser propostas de modernização. A inclusão social é, sim, a principal modernização que deve ser atingida.

García complementa, afirmando que “o CAA é a maneira que se adapta mais à nossa realidade, para melhorar as possibilidades das forças de emancipação operária e comunitária, em médio prazo.” (García: 2006).

O atual governo parece conhecer o tamanho do desafio que tem pela frente e age dotado de grande vontade política, ancorada no inquestionável apoio popular conferido pelas urnas, e no cenário de otimismo aberto com a perspectiva de retomada da estabilidade pautada na ação de um governo popular. É bem verdade que medidas polêmicas, como a nacionalização das reservas de gás, decretada em maio deste ano, trazem incertezas e questionamentos, expondo o atual governo a reações contrárias no plano internacional, que mais uma



MARCELO ARGENTA CÂMARA

vez nos fazem lembrar os limites encontrados pela Revolução de 1952. Se lembrarmos, porém, que o atual decreto governamental tem relação direta com mandato popular conferido pelo *referendum* de julho de 2004, e com já estabelecido na Lei 3.058, de maio de 2005 (que regulamentava os contratos de acordo com o estabelecido no *referendum*), somos obrigados a admitir que, acima de tudo, o atual governo mostra decisão e vontade de executar suas metas, mesmo diante da impopularidade que possam causar.

Por fim, a nação *abigarrada* tem agora, na Assembléia Constituinte, a oportunidade de redefinir-se, de construir uma nova Nação boliviana, sobre novas bases. A redefinição da Carta Magna do país, acontecendo em meio a este contexto de profundas transformações, poderá agora se dar sobre bases de inclusão: inclusão, de uma nação que se quer multiétnica, multicultural e soberana.



Referências Bibliográficas







Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

AYERBE, Luiz Fernando. **Estados Unidos e América Latina – A construção da hegemonia**. São Paulo: Unesp, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CEDIB. **Serie Informativa: Datos sobre la gestión de los recursos naturales, n. 1 – Recursos Renovables**. Cochabamba, Bolivia: Cedib, 2005.

CEDIB. **Serie Informativa: Datos sobre la gestión de los recursos naturales, n. 2 – Recursos No Renovables**. Cochabamba, Bolivia: Cedib, 2005.

CEDIB. **Serie Informativa: Datos sobre la gestión de los recursos naturales, n. 3 – Tierra y Territorio**. Cochabamba, Bolivia: Cedib, 2005.

GARCÍA Linera, Álvaro. **Autonomias regionales indígenas y Estado multicultural**. In: **La descentralización que se viene – Propuestas para la (re)constitución del nivel estatal intermedio**. La Paz, Bolivia: Plural Editores, 2003.



MARCELO ARGENTA CÂMARA

_____. (Org.). **Sociologia de los Movimientos Sociales en Bolivia**. La Paz, Bolivia: Plural Editores, 2005.

_____. El “capitalismo andino amazónico”. **Le Monde Diplomatique – el Dipló**, Enero 2006. p. 5.

GARCÍA Orellana, Alberto (Org.). **La “guerra del agua”**. La Paz, Bolivia: Pieb, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, n. 7, p. 81–86, 1994.

PATRÍCIO, Jaciro Campante. A Casa da Moeda e o arquivo histórico de Potosí. **Estudos históricos**. Marília, n.10, p. 159–188, 1971.

RIBEIRO, Darcy. 3 ed. **As Américas e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1979.

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local**. La Paz, Bolivia: Muela del Diablo, 2002.

_____. **La condición multisocietal: multiculturalidad, pluralismo, modernidad**. La Paz: Muela del Diablo, 2003.

VAN COTT, Donna Lee. From Exclusion to Inclusion: Bolivia’s 2002 Elections. **Journal of Latin American Studies**. Issue 35, p. 751–773, 2003.



3º Prêmio
Alessandro Segabinazzi

Bolívia: de 1952 ao Século XXI
Diversas Sínteses de uma Revolução







Summary

The essay considers the contemporary history of Bolivia since 1952, when a nationalist revolution dramatically changed the features of the Bolivian society. New political parties emerged along with a working-class consciousness, prompting the revolutionary government to seize control of private mines and to promote land distributions, in order to benefit unions and the mass of impoverished Indian peasantry. However, as soon as the government had to meet burgeoning economic problems, the national revolution gave in many aspects both to traditional political forces and to foreign capital. As the revolutionary government was not able to continue ruling without making alliances, it asked the military for support, which opened a Pandora's box of ever-recurring plots. In this process, democracy was the great victim.

Key-words: Bolivia, history, nationalist revolution, military rule, social movements, democratic period, possession of natural resources.





Resumo

A presente monografia analisa a história contemporânea da Bolívia desde 1952, quando uma revolução nacionalista transformou, de maneira significativa, as características da sociedade boliviana. Novos partidos políticos, acompanhando uma consciência de classe trabalhadora, emergiram, instigando o governo revolucionário a apoderar-se de minas privadas e a promover a reforma agrária para favorecer os sindicatos e a massa de camponeses pobres de origem indígena. No entanto, tão logo o governo se deparou com problemas econômicos crescentes, a revolução nacional cedeu em muitos aspectos tanto em relação às forças políticas tradicionais, quanto ao capital internacional. Na medida em que o governo não conseguiu seguir sem promover novas alianças, ele procurou sustentação com as Forças Armadas, o que abriu uma caixa de Pandora a incessantes tramas para tomar o poder. Neste processo, a democracia foi a grande vítima.

Palavras-chave: história da Bolívia, revolução nacional, governo militar, movimentos sociais, período democrático, posse dos recursos naturais.





Bolívia: de 1952 ao Século XXI Diversas Sínteses de uma Revolução

*Alessandro Segabinazzi**

A chamada “Guerra do Gás”, que eclodiu na Bolívia em outubro de 2003, abarcando cinco dos nove estados bolivianos, tanto no Altiplano quanto nas regiões baixas, foi uma sublevação popular que exigia a renúncia do Presidente Gonzalo Sánchez de Losada, identificado com políticas liberais, ao promover, na década de 1990, ampla abertura da economia boliviana e a privatização de diversas empresas. A insurreição percorreu cidades importantes como El Alto, La Paz, Sucre, Potosí, Oruro e Cochabamba, além das zonas agrárias, contanto com a participação de populações indígenas como a Aymara, a Quéchuas, a Guarani e outras de menor expressão. Os bloqueios das estradas rapidamente levaram o país à paralisia, gerando um impasse que deixou o presidente em condição política delicada. A intervenção das Forças Armadas tampouco conseguiu apaziguar a insurreição, não tendo outro efeito senão acirrar as posições já polarizadas.

Ao contrário de contribuir para a desejada normalidade política, a comissão mediadora enviada pelos Presidentes brasileiro e argentino, Luíz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner, acabou por deixar a situação do seu par boliviano mais difícil, ao não ser bem recebida pelo povo, que desconfiava de seus propósitos, revelando um problema mais complexo. Os protestos que depuseram o presidente Sánchez Losada foram inegavelmente a reação clara aos projetos de exportação do gás boliviano pelos portos chilenos, para

Alessandro Segabinazzi - Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



ALESSANDRO SEGABINAZZI

alcançar o mercado da Califórnia – projeto Pacific-LNG¹. O povo, como em muitas outras vezes em sua história recente, saiu à rua, paralisando o país, sendo contrário à associação com estrangeiros para a extração dos seus recursos naturais, que, de forma limitada em sua visão, vêm sendo utilizados em seu benefício. Mais do que apenas uma insatisfação conjuntural contra as políticas liberais de Losada e contra as rapaces companhias estrangeiras, havia, nos protestos, questões mais profundas e duradouras que, do ponto de vista local, não foram ainda resolvidas a contento.

Desde a sua independência em 1825, quando se escolheu o nome de Bolívia em homenagem a um dos libertadores da América, o país, localizado no centro do continente sul-americano, não conseguiu encaminhar satisfatoriamente sua inserção regional e internacional. A dinâmica dos eventos históricos parece ter sido muito avassaladora para uma sociedade baseada em culturas tradicionais: agrícola e mineira. Cedo, a Bolívia teve de deparar-se com conflitos indesejados, dos quais, em pelo menos dois, saiu derrotada. O mais importante é que a dinâmica internacional teve conseqüências fundamentais para a alteração do modo de vida boliviano, compelindo a população a nova postura política, que, de maneira alguma, poderia se classificar como cosmopolita.² Foram três os eventos históricos, na relação com seus vizinhos, que tiveram grande

¹ O consórcio Pacif-LNG, formado pela British Gas, British Petroleum e Repsol, previa a extração de gás natural do campo de Margarida (Tarija) e seu transporte por gasoduto até um porto do Pacífico no Chile, para que fosse liquefeito, permitindo o transporte marítimo até o México, onde seria novamente convertido em gás para atender os mercados dos Estados Unidos (Califórnia) e México.

² Embora se considere que ocorreram eventos que transformaram a dinâmica da sociedade boliviana, não compartilhamos a visão de Morse, segundo a qual o secularismo, o nacionalismo e a invasão capitalista – o que chama de “condições mundiais” – precipitaram repetidas aberturas para o liberalismo, a democracia e, eventualmente, o marxismo, contribuindo para a desordem do pensamento político ibero-americano, porque avaliamos que na Bolívia se desenvolveu uma consciência política que desde cedo se lançou ao estudo dos problemas econômicos. A pretensa desordem política não foi mais que a luta entre as forças sociais. (MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias na América* São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 87.)



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

impacto transformador: a Guerra do Pacífico, o Conflito pelo Acre e, o mais importante, a Guerra do Chaco. Em longo prazo, eles contribuíram para o caldo de cultura política que preparou o palco para a Revolução de 1952, que indubitavelmente foi a grande responsável pela configuração do atual Estado boliviano. Talvez tão negativa quanto os conflitos tenha sido a persistência da desconfiança dos outros países do continente ou pelo menos daqueles com que a Bolívia possui fronteiras.

O ressentimento boliviano em relação aos seus vizinhos tem como ponto de partida a Guerra do Pacífico, em 1890, cujo desenlace acabou por subtrair o acesso boliviano ao litoral pacífico. A deflagração da guerra associa-se ao aumento da procura por salitre e guano, em razão do desenvolvimento industrial europeu. A elevação dos preços destes produtos, usados na fabricação de munição e explosivos, aguçou a avidez das companhias chilenas, que não respeitaram os limites territoriais do seu país. Logo, o Chile, o Peru e a Bolívia viram-se às voltas em um conflito por questões territoriais. Supostamente com o apoio da Inglaterra, o Chile não teve dificuldade em bater a aliança formada por Peru e Bolívia. Mesmo que o Peru também tenha perdido parte de seu território nesse episódio, as grandes perdas ocorreram do lado boliviano. A subtração do acesso ao litoral pacífico teve repercussões desastrosas para a economia boliviana, cujos efeitos se estenderam pelo século XX. Devido à conseqüente posição mediterrânea, os portos estrangeiros tornaram-se a única via para as exportações bolivianas, que, em razão dos encargos, perdiam muito em receita.

Não tardou que, em 1903, esse ressentimento fosse novamente alimentado, quando se concretizou a venda do Acre para o Brasil. Da mesma forma que ocorreu com o salitre e o guano, o desenvolvimento do capitalismo industrial acentuou a extração da goma das seringueiras, matéria-prima essencial para a fabricação de borracha. Brasileiros do nordeste migraram para o território do Acre,



ALESSANDRO SEGABINAZZI

então boliviano, para realizar a extração sistemática do produto, que, embora tenha tido um ciclo curto, apresentou também potencial para a geração de conflitos. Mal os posseiros brasileiros, sob comando de Plácido de Castro, montaram acampamento, as primeiras trocas de tiros com destacamentos do Exército boliviano começaram. Para contornar essa delicada situação, evitando a escalada do conflito, foi necessário o tato diplomático do Barão do Rio Branco. O chanceler brasileiro, com astúcia, conseguiu costurar o Tratado de Petrópolis, por intermédio do qual o Brasil comprou o Acre e comprometeu-se a construir a estrada de ferro Madeira–Mamoré³, resolvendo de forma pacífica a questão. O entendimento entre as partes foi facilitado por ser tratar de uma região até então despovoada. Mesmo assim, persistiu o descontentamento de muitos bolivianos com sua resolução, fazendo notar que houve a velada ameaça do uso da força pelo Governo brasileiro.

Em sua asfixiante posição mediterrânea, e incapacitada de desenvolver novas indústrias, restou à Bolívia, no alvorecer do século XX, continuar a exploração de uma atividade com a qual já estava de longa data habituada: a mineração. As lendárias minas do Potosí, que, durante o período colonial, renderam muita prata aos cofres espanhóis, já não apresentavam muito vigor no período republicano boliviano. Metais preciosos já haviam escasseado, mas podia-se encontrar muito estanho no solo boliviano. O produto, em consequência de suas novas aplicações na indústria, componente da fabricação do aço, alcançava alta cotação no mercado internacional. Entretanto, a sua exploração ficava restrita a apenas três grandes companhias: a Patiño Mines, de Simon L. Patiño, que possuía algo em torno de 50% do mercado; as empresas de Carlos Victor Aramayo; e as de Mauricio Hochschild. A produção boliviana de estanho chegou a totalizar, em determinados períodos, um quarto da produção

³ Embora se tenha dado início à construção, ela não foi finalizada.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

mundial. Por outro lado, a exploração das minas de estanho e a conseqüente venda do produto no mercado internacional não configuraram uma atividade dinâmica, a ponto de trazer alterações significativas na formação sócio-histórica boliviana. Elas propiciaram a formação de uma oligarquia política ligada aos interesses do estanho, representada pelos partidos Republicano e Liberal, que dominou o país por trinta anos. A maior parte da população boliviana, da qual o componente indígena representava algo em torno de 70%, contudo, ficava à margem do processo, vivendo, sobretudo, de cultivos tradicionais baseados no milho, no arroz, no açúcar, no algodão, na papa e na folha de coca. A concentração fundiária e a baixa produtividade eram os traços principais da agricultura boliviana, na qual as relações de trabalho tinham evoluído muito pouco desde o período colonial.

A extração de estanho seguiu como principal atividade da economia boliviana por mais meio século. No entanto, em meados da década de 1920, ocorreram descobertas na região do Chaco que atraíram atenção para as riquezas do subsolo boliviano. As atividades de exploração da Standard Oil Co., companhia que recebeu as concessões, redundaram no anúncio de que poderia haver muito petróleo e gás na parte meridional da Bolívia e setentrional do Paraguai, em uma região em que não se tinham delimitado ainda claros limites territoriais.⁴ A ausência de delimitação territorial clara e reconhecida concorreu para que Paraguai e Bolívia se emaranhassem na complexa teia de questões cuja solução a via diplomática não conseguiu encaminhar. A deflagração da Guerra do Chaco (1932 – 1935) estava estreitamente ligada a pretensamente novas potencialidades

⁴ As descobertas da Standard Oil não foram as primeiras em solo boliviano, mas possivelmente as mais importantes. Já em 1867, o governo do presidente Mergarejo concedeu a empresas privadas de origem alemã licenças para extrair petróleo no atual estado de Tarija. Por volta da I Guerra Mundial, companhias inglesas privadas iniciaram também a extração de petróleo em território boliviano. Não obstante isso, em 1923, a Standard Oil adquiriu todas as concessões para extrair petróleo na Bolívia.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

econômicas associadas à indústria do petróleo em uma região até então despovoada. Contrariamente ao que acontecera na Guerra do Pacífico e na disputa pelo Acre com o Brasil, os dirigentes bolivianos decidiram, desde o início, adotar uma postura enérgica, ainda mais porque, seguindo a depressão econômica dos anos 30, o preço do estanho no mercado internacional havia despencado. Os primeiros embates entre os países precipitam, mais uma vez, a marcha dos eventos históricos, jogando a Bolívia em um conflito sangrento que teria desdobramentos importantíssimos na vida sociopolítica boliviana das décadas posteriores. A guerra que se seguiu teve como palco uma região inóspita, o que aumentou significativamente o número de baixas. Mais limitado em termos logísticos, o Exército boliviano sofreu severas perdas, seja no campo de batalha, seja na retaguarda, como consequência de inanição, sede, condições insalubres, falta de medicamentos. Ao final da guerra, trinta mil vidas paraguaias tinham sido ceifadas, enquanto a cifra das bolivianas alcançara cinquenta mil, sem que a Bolívia cumprisse algum de seus objetivos de guerra, entre os quais a obtenção de um porto fluvial pelo qual pudesse escoar sua produção.

A importância da Guerra do Chaco foi tamanha que ao período pós-guerra se seguiu uma ebulição de acontecimentos que marcaram profundamente a Bolívia pelo restante do século. Ainda durante a guerra, desenvolveu-se uma oposição de esquerda, sob comando de Tristán Marof, que procurava desengajar os combatentes do sangrento conflito. Influenciado pelo trabalho do intelectual peruano, José Carlos Mariátegui, que concebeu idéias de um marxismo indígena, Marof identificava os males bolivianos não na existência de uma massa analfabeta de índios e cholos, mas na exploração de uma oligarquia mineira e do imperialismo. Para pôr fim à opressão, pregava a organização unitária de trabalhadores e camponeses para a conquista do Estado e a implantação do socialismo.

A guerra serviu, em grande medida, como catalisador que retirou as forças populares de sua prostração, gerando consciência e



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

tenacidade políticas inauditas, embora à custa de muito sangue. Ao mesmo tempo, marcou o fim do domínio político, na sociedade boliviana, de uma oligarquia tradicional, abrindo espaço para que militares, sindicalistas e partidos de orientação socialista se engajassem em disputas renhidas para ocupar esse vácuo de poder, em um processo intermitente de revoluções e contra-revoluções.

Prelúdio Revolucionário

O intelectual boliviano Agustin Iturricha diagnosticou, em 1934, que haveria três perigos para a sociedade boliviana no pós-guerra: o comunismo, a rebelião indígena e a ditadura militar. Pode-se dizer que, conquanto nenhuma dessas três forças se tenha desenvolvido de forma plena e sem influências, elas foram peças centrais do complexo mosaico político que governou o país no período subsequente.

Embora a Guerra do Chaco tenha terminado em um impasse, devido à falta de condições dos contendores de prosseguir-la, o grupo que emergiu com mais força no cenário político boliviano no imediato pós-guerra foi o dos militares. Na verdade, ainda ao final da guerra, desentendimentos entre o presidente Salamanca e os militares, fizeram que os últimos exigissem, sob ameaça, a renúncia de Salamanca. O general David Toro, considerado herói de guerra, deu início ao governo dos militares que ficaram conhecidos na história boliviana como “militares socialistas”, uma vez que contavam com o auxílio de partidos moderados de esquerda no governo, como a Confederação Socialista Boliviana (CSB), que tiveram forte desenvolvimento durante a guerra. O novo presidente chegava a afirmar que implantaria um socialismo de Estado, afastando os partidos tradicionais. O plano de ação esboçado salientava a necessidade de uma resolução definitiva para a questão do Chaco, de revisão dos impostos sobre a mineração (incluindo a possibilidade de que o Estado participasse em associação



ALESSANDRO SEGABINAZZI

na atividade), de criação de um empresariado nacional que estudasse a incorporação da massa indígena na sociedade. O socialismo de Estado boliviano, no entanto, representava mais uma tentativa de modernização capitalista nacional, que nem mesmo pôde prescindir da participação dos grupos privados mineiros para seguir a administração, o que trouxe contradições no seio do governo. Rapidamente, os elementos esquerdistas mais radicais que compunham o governo foram afastados, e a sua repressão teve início. Paralelamente, o governo promoveu a sindicalização obrigatória, a fim de que o Estado reduzisse os antagonismos de classe, de acordo com as idéias corporativistas que se lastravam na América Latina durante a década de 1930. De forma contraditória, ao mesmo tempo em que se iniciava um estado policial de inspiração fascista, sob o comando do chefe da Polícia boliviana Germán Busch, o governo incentivava a realização do Congresso Nacional de Trabalhadores, em 1936. De todas as propostas que emergiram do evento, a que, sem dúvida, teve maior expressão e repercussões futuras foi a nacionalização do petróleo. O governo acolheu a proposta e decretou a suspensão de todas as propriedades da Standard Oil, que passaram ao controle do Estado, alegando que a companhia comprovadamente tinha fraudado o fisco. Nesse momento, nascia a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). A querela entre o Estado boliviano e a companhia arrastou-se na justiça, sem que a última conseguisse alguma compensação. Nem mesmo as ameaças da companhia de levar a questão a tribunais tiveram efeito.

Ainda que a medida tenha trazido muita popularidade para o governo de Toro, isso não impediu que ele fosse vítima de um novo golpe de Estado, vindo dos próprios militares, encabeçados por Germán Busch, sob o pretexto de que o governo não tinha cumprido com os ideais revolucionários. A ascensão de Busch permitiu que elementos de direita associados aos interesses da mineração tivessem mais influência, mesmo que o governo pretensamente defendesse a



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

continuidade ao “socialismo de Estado”, porém o governo nem esboçou rever a nacionalização dos bens da Standard Oil. Aconteceu que Busch, desde o início de seu governo, moveu-se em delicado equilíbrio, oscilando entre as forças políticas de esquerda e os interesses da mineração, até que, em 1939, dissolveu o parlamento, instaurado no ano anterior, tornando-se ditador. O que foi produzido de mais interessante neste período foi o documento de Ostría Gutiérrez, embaixador da Bolívia no Brasil, em que o autor apontava soluções para que a Bolívia rompesse seu isolamento internacional. Ele salientava que, para a Bolívia desenvolver-se de forma plena, era necessário que se tornasse o centro integrador do continente, já que era o único país que fazia parte dos sistemas do Pacífico, do Amazonas, do Prata. Dizia ainda que o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte abriria canais de cooperação econômica com os países vizinhos, contribuindo para o desenvolvimento do mercado nacional. A construção de uma malha ferroviária continental era, em sua opinião, o ponto de partida deste programa de ação, de maneira a tirar proveito dos portos fluviais (tais como Corumbá, Formosa e Barranqueiras) para o comércio internacional boliviano. O programa abarcava ainda uma ligação rodoviário-fluvial com o Paraguai e o Uruguai, e a dupla saída para o Atlântico pelos portos de Buenos Aires e Santos. No entanto, o programa de Ostría Gutiérrez foi visto com desconfiança, uma vez que pesavam acusações de que favorecia um expansionismo brasileiro. Além disso, o diplomata já havia firmado protocolos adicionais, com Pimentel Brandão pela parte do Brasil, para a construção de uma estrada de ferro (Corumbá–Santa Cruz), prevista desde o fim da Guerra do Chaco, para a exploração de campos petrolíferos no oriente boliviano.⁵

⁵ O nome da obra em que Gutiérrez desenvolve esse plano é *Uma Obra e um destino*. Cabe ainda fazer menção a que, como chanceler da Bolívia, durante o governo de Peñaranda, Ostría Gutiérrez costurou acordos semelhantes com a Argentina para construir a estrada de ferro Yacuiba–Santa Cruz.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

Mais importante do que os planos para a superação de seu isolamento internacional, neste contexto, era a política doméstica para os bolivianos. Busch, no final de seu governo, realizou uma guinada política, decretando leis que garantiram direitos aos trabalhadores, inclusive o de greve, e o desenvolvimento incipiente da previdência social. O que lhe rendeu mais popularidade, contudo, foi a imposição de um imposto extorsivo sobre as exportações minerais para garantir divisas ao Banco Central. No que concerne à disputa com a Standard Oil, a justiça boliviana impugnou o recurso da companhia, reafirmando que seus representantes não eram legítimos. Por outro lado, mesmo nascendo do confisco da Standard Oil, a YPFB teve um desenvolvimento lento, pois o Estado boliviano carecia de recursos para realizar inversões significativas. A sua importância econômica ficava bem aquém da mineração, cujos recursos garantiam a principal receita fiscal do governo.

Após a morte de Busch, seguiu-se o terceiro governo dos militares socialistas, sob comando do general Enrique Peñaranda, em 1940. A difícil situação econômica fez que o governo procurasse a ajuda dos Estados Unidos, que impôs como condição para qualquer auxílio financeiro a justa indenização da Standard Oil, o que acabou ocorrendo em 1942. A ajuda financeira acabou chegando à Bolívia, possibilitando a criação do Banco Agrícola e a Corporação Boliviana de Fomento. Durante o governo de Peñaranda, tanto a oligarquia quanto as forças de esquerda aproveitaram o relaxamento político para reorganizarem-se. Os grupos ligados à mineração trataram de entrar em bons termos com o governo, que tinha uma orientação mais à direita. Da nova concentração dos partidos de esquerda, nasceu o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR), definido como marxista-leninista, mas sem qualquer ligação formal com o comunismo internacional. Ainda de maior importância para o futuro da Bolívia foi a criação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que teve papel de protagonista na política do país durante o século



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

XX. O partido surgiu de socialistas independentes moderados que militavam por meio do diário **La Calle**. Seu programa foi elaborado por José Cuadros Quiroga, afirmando o compromisso de promover um movimento patriótico de orientação socialista para defender e afirmar a nacionalidade boliviana. O MNR defendia também o fim dos monopólios privados, a nacionalização dos serviços públicos, o estudo do problema agrário. O programa do partido, ao realizar um balanço histórico do país, continha ácidas críticas aos partidos Republicano e Liberal, porque, de acordo com o MNR, eles teriam dado suporte ao crescimento da plutocracia mineira e conduzido a Bolívia ao desastre na Guerra do Chaco.

O MNR ganhou rápida e destacada influência parlamentar de oposição ao governo de Peñaranda, revelando nomes como Victor Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo, Germán Block, entre outros. Tão logo o governo percebeu a escalada da influência do MNR na sociedade, contudo, procurou criar fatos políticos para atacar o partido, fortalecendo, como consequência, sua posição. O contexto da II Guerra era-lhe propício neste sentido. O comprometimento da Bolívia com os aliados aproximou-a dos Estados Unidos, que, para o esforço de guerra, passaram a consumir, a preços congelados, quase a totalidade do estanho exportado pelo país. O governo de Peñaranda anunciou, em julho de 1941, que teria frustrado uma trama entre os nazistas alemães e o MNR para tomar o poder, proclamando o estado de sítio para a defesa da ordem interna.

A II Guerra Mundial foi favorável para a economia boliviana, na medida em que contribuiu para a demanda internacional estável de estanho. Enquanto, porém, os produtores experimentavam uma prosperidade jamais experimentada, os trabalhadores seguiam em suas paupérrimas condições de vida. Daí se produziram freqüentes greves, exigindo reajustamento salarial e melhores condições de trabalho. Nos casos em que não se chegou a acordo entre empresários, trabalhadores e governo, a resposta traduziu-se em repressão brutal.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

A pior delas aconteceu na Catavi-SigloXX, empresa do grupo Patiño, em que diversos líderes sindicais foram presos e muitos trabalhadores que insistiram em prosseguir a manifestação acabaram mortos. Essa medida de força causou fissuras no seio do governo. Enfraquecido, o governo de Peñaranda sucumbiu ao golpe militar, com apoio do MNR, liderado Guillermo Villaroel, da Escola de Guerra de Cochabamba. Os militares conspiradores e o MNR apoderaram-se de quartéis, de diversas prefeituras e sedes de governo, sem que tivesse ocorrido qualquer oposição.

Villaroel iniciou seu governo, comprometendo-se com a democracia e com a solidariedade entre as nações americanas. Mesmo assim, as forças políticas tradicionais, com apoio dos Estados Unidos, fizeram ferrenha oposição ao governo, quando mais não fosse porque o MNR era a principal força que o compunha. Até mesmo o PIR tomou posições contrárias ao governo, alinhando-se com os seus antigos adversários e chegando a criar a União Democrática Antifacista (FDA). O que interessa salientar é que, durante a permanência do MNR no governo de Villaroel, desenvolveu-se na Bolívia uma legislação social que melhorou a situação dos trabalhadores. Mais importante ainda foi a aprovação da Lei de Foro Sindical, que assegurava aos dirigentes sindicais a imunidade por seus atos políticos e a estabilidade no emprego. Como conseqüência, proliferaram novos sindicatos, e os trabalhadores passaram a figurar na cena política como fator determinante, semeando as condições para a Revolução de 1952. No entanto, cedendo à pressão da oposição, o governo afastou paulatinamente os quadros do MNR de sua composição, substituindo-os por militares, o que não impediu que o partido continuasse sua atuação política de destaque no parlamento.

Quanto à questão rural, além de proceder a um estudo para melhorar a produtividade agrícola e diversificar a produção, o MNR defendia uma proposta de reforma agrária moderada, assegurando a educação, a sindicalização e o melhor amparo às comunidades



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

indígenas no campo. De certa forma, a atuação do MNR contribuiu para o despertar da consciência indígena, que ganhou expressão no I Encontro do Campesinato Indígena da Bolívia, em 1945, que teve mesmo incentivo do governo. Este, porém, preferia salientar a necessidade do aumento de produção a falar em reforma agrária.

Em que pese a que Villaroel tenha contemporizado, em diversas ocasiões, com as exigências da oposição, isso não impediu que fosse vítima também de um golpe de Estado. Frequentemente acusado de fascista, mesmo que durante todo seu termo tenha vigorado o regime parlamentar, o fim do governo foi marcado por acontecimentos trágicos. O PRI, que controlava muitos sindicatos, juntamente com as forças tradicionais, conseguiu orquestrar protestos que terminaram em greve geral. Já sem o suporte do MNR, que ele próprio afastara do governo, Villaroel ficou em uma situação política insustentável. Como se não bastasse, em meio às agitações e manifestos nas ruas, parte da turba enraivecida invadiu o palácio do governo e tirou a vida do presidente.

A presidência da República foi assumida interinamente pelo presidente da Corte Superior de Paz da Bolívia, Tomás Monge Gutiérrez, que procurou mitigar a força política dos militares fiéis a Villaroel e do MNR. Por mais violenta que fosse a perseguição política, os trabalhadores não deixaram de se organizar politicamente. Ao fim de 1946, realizou-se o Congresso da Federação dos Mineiros no distrito de Pulacayo. Do encontro emergiu o documento que ficou conhecido como “As Teses de Pulacayo”, que serviu de inspiração para o movimento dos trabalhadores bolivianos. Basicamente, o conteúdo do texto sustentava que, nos países atrasados, a luta por direitos democráticos burgueses não se dissociava da luta por reivindicações socialistas. Afirmava também a necessidade de se obter uma escala móvel de salários e de horas de trabalho.

O período que se seguiu, de 1946 a 1951, foi marcado pela constante quebra de braço entre as forças conservadoras, associadas



ALESSANDRO SEGABINAZZI

aos interesses da mineração, e os trabalhadores, agrupados em torno do MNR. Em 1947, assumiu a presidência, por meio de eleições gerais, Enrique Hertzog, da aliança liberal, que detinha apoio do PIR. Uma crise nervosa, contudo, afastou-o de sua função, que passou, então, para o ex-vice-presidente, Mamerto Urriolagoitia. Se, de um lado, a repressão aumentava, de outro, os sindicatos não perdiam seu ardor reivindicativo. O MNR, durante esse período, radicalizou sua posição, incitando o povo à promoção de uma revolução com base na união dos trabalhadores, dos camponeses e da classe média, a fim de superar a condição de semicolônia para a construção do Estado-nação. A repressão do Exército não foi suficiente para pôr fim às greves e às sublevações indígenas campesinas que se multiplicavam em todo país, atingindo as cidades importantes como La Paz, Potosí, Cochabamba, Santa Cruz, Sucre. A Bolívia beirava a ingovernabilidade. O governo, então, convocou eleições gerais em 1951. Enquanto o MNR montou uma frente única, as forças tradicionais concorreram à eleição fragmentadas em diversos partidos. Como resultado, a dupla Paz Estenssoro e Siles Zuazo, do MNR, obteve larga vantagem nas urnas.

Insatisfeitos com o resultado da eleição, Urriolagoitia e os líderes militares decidiram não acatar os resultados das urnas, nomeando um novo presidente da República, o general Hugo Ballivián. Esse golpe ficou conhecido na história como “*marmetazo*” e o novo governo, como “junta usurpadora”. Não obstante isso, a combatividade das forças populares e do MNR só fez aumentar.

A Revolução Nacionalista de 1952

Em reação à destituição dos seus direitos eleitorais, o MNR optou por intensificar a militarização dos seus quadros, em flagrante revolta contra a autoridade militar. Os sindicatos, da mesma forma, insurgiram-se, utilizando, segundo o costume, as greves como forma de protesto. Não tardou que o governo começasse a demonstrar os



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

primeiros sinais de fraqueza. O Exército estava dividido, e ministros do governo passaram a tramar secretamente com o MNR a derrubada do regime que teve início na Páscoa de 1952. O ataque do MNR às forças da ordem começou em La Paz, tomando rapidamente a cidade. Os ataques tiveram reação imediata dos militares que contra-atacavam de El Alto e Villa Victoria. A resistência do MNR contou com apoio da população, que se sublevou contra o governo pela via armada. A direção sindical do Movimento dos Trabalhadores Bolivianos, com Lechín Oquendo à frente, também tomou parte na luta, incitando a população a intensificar a luta contra os militares, e propondo a nacionalização das minas para os trabalhadores e a reforma agrária para os camponeses. À medida que a participação popular aumentava, parte da tropa regular do Exército começou a recusar-se a seguir na luta, logo, os militares não tiveram alternativa senão abandoná-la.

Em 13 de abril de 1952, iniciava-se o governo revolucionário boliviano sob direção do aclamado líder popular Víctor Paz Estenssoro, do MNR. A nova correlação de forças que surgia na sociedade boliviana refletia, de forma conspícua, a divisão do poder entre um partido de orientação socialista, embora englobasse diversos interesses, e o movimento sindical, seguramente de orientação mais à esquerda. Os sindicatos, aliás, a partir de 1952, deixaram de ser uma força dispersa, quando formalizaram a criação da Central Obreira Boliviana (COB). Assim, o dueto MNR–COB dava a tônica da política durante o período revolucionário, afastando os militares e as forças tradicionais do comando decisório, à medida que avançava para a implementação de seu programa social. Na nova administração, era de surpreender o número de estudantes que participavam das funções de governo, o que demonstrava renovação política sem precedentes. A COB não se satisfaz apenas com a sindicalização dos trabalhadores nas minas e nas cidades, promovendo também a organização sindical agrária nas regiões mais povoadas. A reforma agrária foi a consequência imediata. Ela ocorreu por meio da repartição dos



ALESSANDRO SEGABINAZZI

latifúndios em pequenas propriedades e, quando o governo demorava em promovê-la, os próprios camponeses armados tomavam as terras dos antigos proprietários. A extensão e a distribuição das terras seguiram critérios como a zona do país, tipo de solo e cultivo. Procurou-se extinguir paralelamente as degradantes relações de trabalho que obrigavam os camponeses, de maioria indígena, a se submeterem a condições inumanas, tais como “*pongueaje*”, “*mitanaje*”, o “*aljiri*”.⁶ Desde então, para a defesa de seus interesses, os camponeses formam uma entidade autônoma, a Confederação Nacional dos Camponeses. O grande interesse da COB, porém, residia na nacionalização das minas de estanho. Paz Estenssoro acedeu às demandas da COB, nacionalizando as minas de estanho, mas o governo divergiu da entidade sindical na maneira de fazê-la, pagando indenização aos ex-proprietários e não permitindo a administração direta dos trabalhadores. O Estado criou, então, a empresa Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) para administrar as minas. A Comibol, desde seu início, serviu para complementar a receita do governo, sendo utilizada não apenas para realizar inversões na área de mineração, mas também nas demais atividades econômicas que interessavam. Nesse sentido, muitos recursos provenientes da Comibol foram direcionados para a capitalização e o desenvolvimento da YPFB, de longe a maior beneficiada. Os novos aportes de capital permitiram, pela primeira vez, que a Bolívia atingisse a auto-suficiência de petróleo. Apesar disso, se, de um lado, a YPFB melhorava francamente seu desempenho, de outro, a Comibol começava a dar os primeiros sinais de perda de eficiência. Afora suspeitas de utilização da companhia para benefício privado, a Comibol começou a ressentir-se de novas inversões em atividades de prospecção, de

⁶ Pongueaje e mitanaje eram serviços realizados gratuitamente na maior parte das vezes em troca de abrigo e comida. O pongueaje era um trabalho doméstico, enquanto mitanaje ou mita consistia no aluguel da mão-de-obra a terceiros na lavoura. O aljiri constituía a venda dos produtos do camponês ao patrão a preços fixados pelo último.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

equipamentos modernos e, principalmente, de administradores competentes.

A realização de maior alcance da Revolução Nacionalista foi desenvolver, na sociedade boliviana, um projeto modernizador, estatizante e integrador das diversas camadas sociais, contribuindo para o aumento da produtividade no campo de cultivos como algodão, café, soja, arroz, e para o desenvolvimento de novas indústrias sob a coordenação do Estado. Ao mesmo tempo, a revolução solapava as bases das forças tradicionais e do Exército, conhecidas como “a rosca”, trazendo as forças populares ao comando do processo decisório nacional. Inegavelmente, a Revolução Nacionalista de 1952 representou uma transformação estrutural na sociedade boliviana, cujos efeitos irreversíveis tiveram longo alcance no espaço e no tempo.

Passado o período de fervor revolucionário, entretanto, as primeiras fissuras entre o COB e o MNR emergiram, principalmente porque o governo do MNR começava a enfrentar o que Castañeda definiu como dilema latino-americano.⁷ Diante das expectativas de desenvolvimento econômico, de melhores condições de vida dos bolivianos, do aumento do consumo dos diversos setores sociais que

⁷ Para o autor, há historicamente uma dinâmica que afeta quase todos os regimes de esquerda ou centro-esquerda na América Latina. Quando o novo governo chega ao poder e começa a implementar as políticas prometidas, são decretados aumentos salariais e do gasto social, uma vez que é imperativo proporcionar melhores serviços de saúde, educação, moradia, saneamento. Para pagar tudo isso, o governo opta de imediato por “expropriar o excedente”, que significa transferir a riqueza dos ricos ou estrangeiros para os pobres; por nacionalizar os recursos naturais; por arrecadar mais impostos; por ocupar empresas pretensamente lucrativas, o que é compreensível em razão das disparidades de renda. Não tarda, porém, para que seja desencadeada uma espiral inflacionária, para que aumente a pressão sobre as contas externas e para que ocorram fugas de capital. Como resultado, segue-se a estagnação econômica. A situação da classe média deteriora-se, e os empresários reduzem drasticamente seus investimentos. Seguem-se, então, protestos populares e problemas de governabilidade. Sem que o governo tenha eliminado as causas da pobreza, ele acaba cedendo ao sistema financeiro internacional e às companhias privadas para novamente atrair capital. (CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia Desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 328.)



ALESSANDRO SEGABINAZZI

o apoiavam, o MNR decidiu recorrer à poupança externa para suprir a escassez de capital doméstico. Paradoxalmente, em que pese à orientação de esquerda do governo nacionalista revolucionário, produz-se uma aliança algo bizarra, porém bastante pragmática. No contexto da Guerra Fria, geograficamente distante da União Soviética e provavelmente insignificante estrategicamente para a última, a Bolívia avaliou que seria mais benéfico levar a bom termo novamente suas relações com os Estados Unidos, a despeito da grita que tal medida poderia acarretar nos meios sindicais de forte ideologia esquerdista. A queda dos preços internacionais, por outro lado, não deixava alternativa para o governo, que não se fez de rogado em buscar ajuda internacional. A dependência em relação a um produto de exportação único, o estanho, deixava a economia boliviana muito vulnerável às variações no preço, frustrando os planos do governo.

A ajuda econômica americana traduziu-se em doações de alimentos, sobretudo, trigo, e em auxílio financeiro. O capital disponibilizado para a Bolívia foi suficiente para que o governo cobrisse o déficit orçamentário e realizasse inversões, embora de alcance limitado, em infra-estrutura, educação e saneamento. A ajuda americana deu alento para que o governo iniciasse projetos como a estrada Cochabamba-Santa Cruz e a planta hidroelétrica de Corani, que, contudo, tiveram de ser finalizadas com os próprios esforços bolivianos. A cooperação mais interessante das novas relações entre a Bolívia e os Estados Unidos ocorreu no setor de hidrocarbonetos. Com ajuda das inversões americanas, foram construídos no país mais de 2.000 km de oleodutos, dos quais são exemplos Camiri-Yacuiba, Cochabamba-Oruro-La Paz, Camiri-Santa Cruz, Sica Sica-Ararica. A produção de petróleo sofreu também forte aumento, de maneira que a Bolívia se tornou um país exportador. Por outro lado, a nova legislação da indústria de petróleo boliviana, de 1955, foi completamente elaborada pela firma de advogados americana Schuster y Davenport, cujos interesses se mesclavam aos das grandes



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

companhias petrolíferas americanas.⁸ Por meio dela, ficava suspensa a nacionalização do petróleo de 1936, estabelecendo um novo regime de concessões. O primeiro consórcio que se formou subsequentemente para explorar o bloco de Madrejones foi o Bolivian Oil Company, que compreendia as empresas Fish, North American Utility and Construction Internacional Company, Petroleum Machinery, Service Company e Tipsa S. R. L. De todas as companhias que se estabeleceram na Bolívia, a Gulf Oil foi a que expandiu mais significativamente seus negócios, adquirindo direitos de operação em diversos campos. A grande vantagem para todas estas empresas é que elas pagavam um imposto extremamente baixo, diziam os bolivianos, os mais baixos do mundo.

Outra grande realização da Revolução de 1952 foi a ampliação da participação política popular, garantida pelo Decreto-Lei do Voto Popular, que previa a extensão da cidadania aos maiores de 21 anos. Como resultado, as mulheres e a grande massa de camponeses analfabetos passaram a participar do processo eleitoral. O governo do MNR procurou também dar tintas democráticas à política boliviana, convocando eleições para presidente, senadores e deputados. Aprovou-se um estatuto eleitoral, por meio do qual se convocou uma eleição geral para 1956. Apesar das acusações da oposição falangista de que o governo teria fraudado as eleições (em razão do número desproporcional de votos), o candidato do MNR, Hernán Siles Zuazo, triunfou com larga vantagem.

⁸ Os políticos americanos também deram suporte ao novo código boliviano, destacando a atuação do subsecretário de Estado americano, Henry Holland. De suas boas relações com o governo, recebeu a alcunha “companheiro Holland”.

De acordo com Conduru, o código de hidrocarbonetos bolivianos de 1955 configurou-se em um dos fatores que impediram a concretização do Acordo de Roboré, entre Brasil e Bolívia, porque determinava que apenas empresas privadas transnacionais poderiam participar do processo de concessões, o que inviabilizou a presença da Petrobras nos negócios.

(CONDURU, Guilherme F. *The Robore Agreements (1958): a case study of foreign policy decision-making process in the Kubitschek administration*. Working Paper Series. Oxford, July, 2001. Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/working_papers/conduru_24.pdf)



ALESSANDRO SEGABINAZZI

Iniciou-se, então, o segundo período do governo revolucionário do MNR, que, entretanto, teria características bem distintas do primeiro. Não que os ideais revolucionários tivessem sido postos de lado, mas o governo teve de ceder em muitos aspectos de sua política econômica. Como continuidade das realizações da Revolução Nacionalista, cabe destacar a aprovação da primeira legislação universal de previdência social da Bolívia, que teve assessoramento da OIT e da ONU, contudo o grande problema com que o governo tinha de se debater era a inflação. A espiral inflacionária, como já se argüiu, havia fugido ao controle ainda no governo de Paz Estenssoro, e Siles Zuazo não teve escolha para contê-la senão por meio de um plano de estabilização monetária, o Plano Eder, cuja formulação era de autoria de especialistas americanos e do Fundo Monetário Internacional. A guinada para uma política econômica ortodoxa foi inevitável, o que causou muitos protestos de trabalhadores e donas de casa. A população foi muito sensível ao congelamento dos salários, à perda do poder aquisitivo, à redução do crédito. Por outro lado, a alta dos preços não deu trégua. A consequência mais nefasta do plano de estabilização econômica para o MNR foi o racha no seio do próprio partido e entre os grupos de trabalhadores, agrupados em torno da COB, que davam suporte ao governo. Greves logo paralisaram novamente o país, deixando os dirigentes de mãos atadas. Ao contrário de usar de violência para dispersá-las, Siles Zuazo preferiu, tal como Gandhi, de quem era admirador, entrar em greve de fome, colocando seu cargo à disposição. Esse gesto surpreendentemente comoveu a opinião pública nacional. Os sindicatos terminaram as paralisações, sem que tivessem obtido qualquer novo benefício. O episódio marcou uma grande derrota política da COB, que se viu partida quando dissidentes formaram a Central Obreira de Unidade Revolucionária (Cobur), mais afinada com a política governamental.

Ao aproximar-se a data das eleições, o MNR apresentava muita dissidência entre os seus quadros internos, uma vez que seus



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

partidários mais à esquerda estavam insatisfeitos com os rumos tomados pelo governo, que, em muitos aspectos, lembrava os setores tradicionais da política boliviana. Buscando evitar a divisão formal do partido, Paz Estenssoro retornou de Londres, onde ocupava o cargo de embaixador, e apresentou sua candidatura. Ainda assim, uma parte do MNR, liderada por Guevara Arze, separou-se, formando o Partido Revolucionário Autêntico (PRA). Nas eleições presidenciais, a vitória mais uma vez favoreceu o MNR, levando Paz Estenssoro ao segundo mandato presidencial, em 1960.

Diferentemente de seu primeiro período na presidência, em que havia predomínio dos ideais dos trabalhadores, Paz Estenssoro iniciou seu novo termo dando continuidade às políticas de seu predecessor. Ele considerava que a fase de transformação estrutural do processo revolucionário já havia passado, e o mais importante, então, era iniciar um período de construção econômica. Embora não se afastando da ortodoxia econômica, Paz Estenssoro salientava a necessidade de incorporar planos de desenvolvimento à política econômica. De estudo elaborado pelo Conselho de Planificação e Coordenação, surge o Plano Decenal, que sugeria a implantação de fábricas de fundição de estanho para aumentar o valor agregado do mineral. O plano, porém, não foi suficiente para amainar as disputas políticas e a insatisfação dos trabalhadores. Os protestos rapidamente convertiam-se em recorrentes greves, dificultando o diálogo entre as posições contrárias. À medida que elas persistiam, colocando em risco a atividade econômica, o governo assistia à fragmentação progressiva de suas bases. Em 1964, ocorreu um novo racha no MNR, quando se formou o Partido Revolucionário de Esquerda Nacionalista (PRIN), que passou a incluir o grosso da esquerda. Se, nas cidades, a luta do MNR com os sindicatos era intensa, no campo, as centrais camponesas não eram menos aguerridas. Acossado por todos os lados, Paz Estenssoro recorreu às Forças Armadas para pôr fim à agitação camponesa. As Forças Armadas, renovadas sob a liderança



ALESSANDRO SEGABINAZZI

de Alfredo Ovando Candia, voltavam, assim, aos holofotes da cena política boliviana.⁹

Nas vésperas das eleições, o MNR encontrava-se fragmentado de forma mais acentuada que anteriormente, ressentindo-se de uma base política. Para prosseguir com sua intenção de governar mais uma vez, Paz Estenssoro compôs uma chapa com o militar Barrientos Ortuño para a vice-presidência. A posição mostrou-se inconformada, e vários políticos que tinham participado da Revolução Nacionalista de 1952 ao lado de Estenssoro, tais como Siles Zuazo, Lechín Oquendo, Guevara Arze e Ricardo Anaya, fizeram greve de fome. Dessa vez, porém, não se repetindo o que ocorreu na presidência de Siles Zuazo, esta forma de protesto de nada adiantou. Realizadas as eleições, a candidatura oficial saía vitoriosa novamente. Paz Estenssoro, em meio à intensa agitação política e social, começava o seu terceiro mandato presidencial apoiado pelo aparelho repressivo militar. Não obstante o fim do período eleitoral, a dinâmica política continuava muito intensa, com a oposição tramando a queda do governo. Não demorou noventa dias desde as eleições para que os militares se dessem conta de que a figura de Paz Estenssoro nada poderia fazer para mitigar a insatisfação popular. Pareceu-lhes mais lógico, então, que eles próprios assumissem a presidência.

O Retorno dos Militares

Barrientos Ortuño deu início a uma nova fase da história política boliviana, a do chamado “populismo militar”. Os militares, ao assumir novamente o poder, embora não houvesse dúvidas de

⁹ Segundo Batista Gumucio, Paz Estenssoro e o que sobrava do MNR, ao buscar o contrapeso do Exército para conter as forças sociais, cometeu um erro crasso. “No pensaron que no se puede cabalgar sobre un tigre; el desprevenido jinete siempre acaba devorado.”

BATISTA GUMUCIO, M. Breve Historia Contemporânea de Bolivia. México: Fondo de Cultura Económica. 1996. p. 248.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

que utilizariam violência para conter qualquer manifestação sindical, procuravam, pelo menos na retórica, dissociar o regime de qualquer ligação com os partidos tradicionais e com as companhias estrangeiras. O nacionalismo convertera-se em uma bandeira que todos supostamente buscavam defender. Ocorria que a Revolução Nacionalista tinha ainda uma carga simbólica junto às massas populares, e politicamente parecia inoportuna a tomada de atos que poderiam ser qualificados como reacionários. A bem de verdade, a junta militar, que ficou encarregada de conduzir o país a um novo período eleitoral, não tinha idéia clara das políticas que implementaria durante a fase de transição. O próprio comando do Exército parecia dividido. Enquanto Barrientos buscava uma plataforma política para aliar-se com a direita, procurando compor com as classes removidas pela revolução e com as multinacionais, Ovando Candia defendia a continuação do nacionalismo revolucionário, desenvolvendo uma linha de ação que pudesse garantir a independência econômica do país, com base no controle estatal da metalurgia. A visão de Barrientos prevaleceu, e a tomada da direção da Comibol esteve entre as primeiras medidas do governo, que esperava aplicar um golpe definitivo na liderança sindical.

Depois de utilizar a força para romper a greve geral dos mineiros, os militares iniciaram a reestruturação da Comibol, que se faria pela capitalização da companhia, conhecida como “operação triangular”, com créditos do BID e com empréstimos junto à Alemanha e Argentina. Na outra ponta, os trabalhadores mineiros sofreram cortes de salários, foi-lhes vetado o direito de greve e as centrais sindicais não eram reconhecidas, obrigando a COB a operar na clandestinidade. Já com os camponeses, a relação do governo era outra, existindo até uma simpatia entre trabalhadores rurais e Barrientos.¹⁰ A política econômica do governo procurou facilitar o

¹⁰ Sobre a participação dos camponeses de origem indígena na política, consultar: ALBO, Xavier. *Pueblos Indios en la Política*. La Paz: Plural, Cipca, 2002.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

desenvolvimento da indústria privada, seja doméstica, seja estrangeira. Concessões de áreas de extração beneficiaram empresas norte-americanas e alemãs. Por outro lado, a oposição encontrava-se pulverizada em diversos partidos, e muitos líderes de esquerda importantes estavam no exílio. Dessa maneira, a vitória da candidatura oficial, de Barrientos e Salinas, nas eleições não poderia ter sido mais tranqüila. Barrientos, de 1966 a 1969, ano de sua morte, conseguiu realizar um governo sem grande oposição política. Nem mesmo a tentativa do lendário líder de esquerda, Ernesto Che Guevara, cujo desfecho é bem conhecido, de transformar o Altiplano rural boliviano em um foco guerrilheiro para irradiação da revolução continental, pôde afetar seriamente a administração de Barrientos, que não se abstinha de utilizar a força para reprimir greves e manifestações populares. Em 1968, o MNR e forças de esquerda ensaiaram protestos, sem muita eficácia, contra o aparato repressivo e o progressivo rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores. No parlamento, o governo era interpelado, por um punhado de intrépidos parlamentares, com destaque para Marcelo Quiroga Santa Cruz, acerca de operações obscuras com a Gulf Oil, que recebia largas concessões de petróleo e gás natural.

Os acontecimentos que se seguiram foram tão inesperados quanto trágicos. A forte repressão do governo parecia não dar mais conta da insatisfação popular, que se alastrava fortemente em todo país, e, quando todos esperavam uma forte ebulição social, um acidente arrefeceu os ânimos. A caminho de Cochabamba, o helicóptero que levava o presidente enredou-se em fios elétricos, causando a morte dos passageiros. Em clima de luto, o vice-presidente civil do Partido Social Democrata (PSD), Siles Salinas, assumiu o poder, comprometendo-se a dar continuidade à política de Barrientos. Isso não foi bastante, contudo, para que ele pudesse evitar sua rápida deposição. A junta militar, seguindo os comandos de Ovando Candia, forçou o exílio do presidente em 1969. Abriu-se, então, um novo



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

período de governo militar, que teria características bem diferentes dos anteriores, principalmente em razão da orientação política de Ovando Candia.

Para justificar a retomada do poder, as Forças Armadas afirmavam que se colocariam a favor da continuidade da revolução, visando a assegurar a justiça social. O programa do governo sucintamente pautava-se por assegurar a soberania nacional sobre as fontes de produção do país, consolidar o desenvolvimento da indústria mineira pesada, melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mecanizar a agricultura, concorrer para a criação de cooperativas agrícolas, proceder a uma larga campanha de alfabetização e defender o direito de uma saída marítima para a Bolívia. Se houve quem pensasse que não passava apenas de retórica, estava enganado. Assim que o governo começou a compor os seus quadros com civis, inclusive de esquerda, ficou claro que suas intenções eram genuínas.

Quando, então, soldados do Exército tomaram posse das instalações da Gulf Oil, anunciando a nacionalização da companhia, ninguém mais teve dúvidas de que ocorria uma mudança política de grande magnitude.¹¹ A grande reclamação contra a companhia estrangeira, sem mencionar as suspeitas de envolvimento ilícito com políticos bolivianos, era a extremamente baixa contribuição com impostos da companhia para os estados de Santa Cruz, Chuquisaca e Tarija e para o Estado boliviano. Os bens e concessões da Gulf Oil foram transferidos para a YPFB, que obtinha assim importantes ganhos de escala. A medida causou muita celeuma entre os setores conservadores, que temiam as restrições para a obtenção de empréstimos internacionais. Por outro lado, de imediato, a Bolívia firmou, em melhores termos, acordos para a venda de gás natural à Argentina por um período de 25 anos. O governo procedeu à implementação de projetos em todas as áreas que seu programa

¹¹ A data de nacionalização da companhia ficou conhecida como o Dia da Dignidade Boliviana.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

previra, alcançando importantes realizações na educação, na administração pública, na economia (desenvolvimento da Empresa Nacional de Fundição). No plano externo, importantes acordos de cooperação econômica foram costurados com a União Soviética para a venda de minerais, procurando reduzir a dependência em relação ao mercado americano e a empresas de fundição estrangeiras de estanho.

Em que pese a orientação nacionalista de esquerda do governo, as centrais sindicais e outros grupos de esquerda, aproveitando o momento de distensão política interna, decidiram intensificar suas ações políticas e reivindicações. Um grupo mais exaltado, de propósitos vagos, chamado guerrilheiros de Teoponte, iniciou seqüestros de engenheiros e trabalhadores estrangeiros, a fim de usá-los como moeda de troca política contra o governo. A alta hierarquia militar, descontente com o clima de permissividade que grassava no país, passou a pressionar Ovando Candia para que se afastassem do governo os quadros socialistas e ministros de esquerda. Acossado tanto pela esquerda, que pressionava pelo aprofundamento da abertura democrática, quanto pela direita militar, que temia o fortalecimento da esquerda revolucionária, Ovando Candia, incapaz de lidar com essa delicada correlação de forças, apresentou sua renúncia.

O período que se seguiu foi de intensa disputa política entre, de um lado, as centrais sindicais e os partidos de esquerda, encabeçados pela COB, e, de outro, os militares, com o general José Torres à frente. Torres assumiu a presidência do país e chegou a oferecer à COB a participação de 50% nos ministérios, para formação de um novo governo. Enquanto os dirigentes da COB analisavam a proposta, militares dissidentes em Oruro, não concordando com a generosidade de Torres em relação aos trabalhadores, passaram a perseguir dirigentes sindicais e partidários de esquerda. Como conseqüência, eles acabaram frustrando as tentativas de Torres de compor um



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

governo de conciliação, uma vez que a COB se afastou das negociações. Durante todo o período de seu mandato, Torres teve de se apoiar em um equilíbrio instável de forças, porque tinha suporte de apenas uma fração do Exército e de alguns setores populares. Para alargar sua base de apoio, o presidente realizou a nacionalização de algumas minas, inclusive a de Matilde, em que operavam indústrias americanas. A esquerda, porém, não se dobrou ao governo, qualificando-o como pequeno burguês. A polarização política mostrava-se aguda. Nesse contexto, surgiram diversos partidos de esquerda mais extremados, entre os quais o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), agrupando jovens universitários e dissidentes do MNR, decididos a intensificar a luta política. Por outro lado, militares de direita como Hugo Banzer e Edmundo Valencia ensaiaram um golpe de Estado para depor o presidente. Mesmo fracassando, isso não impediu que continuassem tramando a queda do regime no exílio, para voltar em seguida ao país. O MNR agrupava suas forças, o que era possibilitado com entendimentos entre Paz Estenssoro e Siles Zuazo. Ao mesmo tempo, a COB, liderada por Lechín Oquendo, promovia assembleias populares para a organização do proletariado.

Então, quando se desenhava um desenlace político de proporções épicas para o período eleitoral, o general Hugo Banzer decidiu adiantar-se aos acontecimentos, tramando um *complot* contra o presidente. Avisado da conspiração militar, Torres deu ordem de prisão a Hugo Banzer, o que, no entanto, não deteve a ação militar, que contou com o apoio da pequena burguesia.

O golpe que levou Hugo Banzer ao poder marcou uma brusca virada à direita. Como em diversos países da América do Sul, a Bolívia iniciava a década de 1970 sob a ditadura militar. Os primeiros meses do governo foram marcados pela intensa e sistemática perseguição política contra os dissidentes do regime, fossem eles de esquerda, fossem de direita. Dos numerosos partidos políticos de outra hora, só haviam



ALESSANDRO SEGABINAZZI

restado a Falange e o MNR. O último, porém, já não era nem sombra do partido da Revolução Nacionalista, transformando-se em um partido moderado, de inconsistência ideológica, e seus quadros, incluindo Paz Estenssoro, não tiveram dificuldades em compor o novo governo. O maior trunfo político de Banzer era contar com o apoio total do Exército, feito que nenhum governante anterior havia conseguido realizar. O empresariado privado também se colocou a seu lado, o que lhe garantia certo domínio da opinião pública.

A grande influência para o regime militar da Bolívia vinha do Brasil, país em que os militares no poder vinham implementando um projeto de modernização que apresentava, durante anos sucessivos, taxas altíssimas de crescimento econômico. A política econômica de Banzer apoiava-se na abertura do país para o capital estrangeiro, a fim de que tivessem lugar importantes inversões de capital. Para voltar a ter credibilidade externa, a Bolívia pagou uma indenização de US\$100 milhões à Gulf Oil. Uma nova lei de hidrocarbonetos extremamente atrativa a investimentos foi elaborada, prevendo até mesmo o retorno de concessões às empresas estrangeiras. As relações com os Estados Unidos voltaram a bons termos. A administração de Nixon rapidamente duplicou a ajuda econômica remetida à Bolívia, que voltou a contar com o crédito internacional. Ele serviu para financiar projetos de infra-estrutura e de expansão da planta de diversas indústrias e refinarias, aumentando consideravelmente a dívida externa boliviana.

O contexto internacional, após o Choque do Petróleo, favorecia as inversões no país. Assim, aproveitando-se das condições econômicas vantajosas, inúmeras petrolíferas vieram a instalar-se na Bolívia, durante o governo de Banzer, tanto em forma de consórcio quanto em operações exclusivas. Entre elas estavam: Philips Petroleum Company Bo., Total Bolivie, Amoco Bolivia Petroleum Company, Texaco Bolivia Inc., Bolivian Sun Oil Co., Hispânica De Petróleos S.A., Parathon Petroleum of Bolivia. Os contratos previam a concessão de áreas por vinte anos de exploração.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

Buscando valer-se de seu prestígio internacional e de suas boas relações com o também militar presidente do Chile, Augusto Pinochet, Hugo Banzer procurou negociar, em 1975, uma saída boliviana para o Pacífico, restabelecendo relações diplomáticas entre os países. A Bolívia apresentou a proposta segundo a qual receberia uma costacorreedor ao norte do porto chileno de Ararica, no limite entre o Chile e o Peru, além de um enclave portuário mais ao sul. Infelizmente para a Bolívia, o Chile não concordou com os termos da proposta. A questão tornou-se mais complicada, quando o Peru buscou interferir no processo. As negociações arrastaram-se sem que, por fim, se alcançasse alguma resolução. O episódio pareceu marcar a virada da sorte de Hugo Banzer.

Em fins da década de 1970, ocorreram mudanças importantes no cenário internacional que viriam pressionar o governo de Banzer. De um lado, a administração democrata dos Estados Unidos, de Jim Carter, empunhava a bandeira dos direitos humanos, questionando a legitimidade das ditaduras militares, e, de outro, outros países do continente já se encaminhavam para a restauração do regime democrático. De certa forma, o governo sentiu-se constrangido de usar o aparato repressivo com a mesma a frequência com que fizera anteriormente, possibilitando a reestruturação das forças de esquerda. Ao mesmo tempo, começaram a vir à tona crimes políticos cometidos pelo governo militar e denúncias de envolvimento de comandantes bolivianos com o narcotráfico, minando seu suporte junto à opinião pública. Em 1977, Banzer anunciou a realização de eleições para o ano seguinte, indicando como candidato sucessor o ministro Juan Pereda Asbún, o que não agradou parte das Forças Armadas. O governo inicialmente decretou uma anistia limitada, que teve de ser revista em razão de protestos sociais para a anistia geral e irrestrita. A agitação dos partidos políticos foi intensa no período pré-eleitoral, dando sinais da disputa política que se seguiria. Realizadas as eleições, houve troca de acusações mútuas de fraude, principalmente



ALESSANDRO SEGABINAZZI

questionando a atuação do governo. A lisura do processo foi questionada a tal ponto, que os mais variados atores (desde a esquerda, passando por militares descontentes até chegar ao Departamento de Estado Americano) exigiram a convocação de novas eleições. Há menos de três meses no poder, Pereda foi vítima de um golpe que conduziu David Padilla Arancibia à presidência. Este, porém, rapidamente convocou eleições para meados de 1979, amenizando o clima de erupção política.

O prestígio das Forças Armadas já se tinha consumido quase por completo, de maneira que, nas eleições de 1979, as duas grandes chapas eram a UDP, de Hernán Siles Zuazo, e o MNR, de Paz Estenssoro. Hugo Banzer também apresentou sua candidatura pelo partido da Ação Democrática Nacionalista. Os resultados da eleição apontaram a ligeira vantagem de Paz Estenssoro sobre Siles Zuazo. A fórmula das eleições, no entanto, não garantiu a vitória de Paz Estenssoro, de maneira que coube ao Congresso decidir o desempate. Os parlamentares tampouco conseguiram resolver a questão de maneira definitiva, encontrando como solução para o impasse a realização de novas eleições. Enquanto isso, assumiu o comando do país, como presidente interino, Walter Guevara Arze. A indecisão do Congresso permitiu que, em mais um golpe de Estado, os militares tomassem o poder, causando mais derramamento de sangue. Alberto Natusch Busch, supostamente com a chancela do MNR, tomou de assalto o Palácio Quemado, declarando-se presidente. A reação ao golpe foi generalizada, tanto do parlamento quanto dos partidos políticos, das centrais de trabalhadores, dos estudantes, da população. Ante uma situação insustentável, Natusch Busch passou o poder para a presidenta da Câmara dos Deputados, Lydia Gueiler. Se, no terreno político, havia muita instabilidade, no econômico, a situação não era mais confortável. A inflação voltava a atingir a economia boliviana, que teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional para tentar contê-la, não logrando muito sucesso. Reagindo às altas



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

dos preços, os trabalhadores promoveram inúmeras greves, e os camponeses bloquearam as estradas para as grandes cidades, o que implicou crises de abastecimento e mais aumento dos preços.

Lydia Gueiler não governou por muito tempo, tendo o bom-senso de convocar novas eleições gerais. Dessa vez, a vantagem da UDP de Siles Zuazo foi considerável. Quando tudo parecia se encaminhar para uma solução pacífica, uma vez que nem Paz Estenssoro, nem Hugo Banzer questionavam o resultado das urnas, o general García Meza promoveu um novo golpe de Estado, desencadeando nova onda de caos e resistência nas ruas. As outras nações não viram com bons olhos o novo regime militar, que era constantemente acusado internacionalmente não apenas de dar suporte ao narcotráfico, mas também de estar envolvido diretamente nele. Isso não impedia, contudo, que o governo reprimisse brutalmente as centrais sindicais e os partidos de esquerda. Por outro lado, o suporte de Mesa junto a certas facções militares foi-se corroendo progressivamente, já que a conduta dos integrantes do governo envergonhava a categoria. Por fim, García Meza abdicou em favor de uma junta militar, que não pôde tomar outra medida, diante da instabilidade política e social, além de reconhecer o direito constitucional de governo a Hernán Siles Zuazo e Paz Zamora. Os militares saíram assim da cena política, na qual, à falta de legitimidade junto ao povo, usaram com prodigalidade, durante quase duas décadas, o instrumento que permitia sua permanência no poder: o uso da força institucionalizado.

O Período Democrático

Depois de longo período ditatorial, em que diversos braços do Exército se alternaram no poder, suprimindo as tentativas das diversas forças políticas de restaurar o regime democrático, em 1982, retornava ao poder Siles Zuazo, líder histórico de orientação socialista,



ALESSANDRO SEGABINAZZI

em quem o povo depositava sua esperança de redenção. Embora existisse o compromisso autêntico do presidente de conduzir a Bolívia a melhores condições de desenvolvimento econômico e social, os governos militares haviam deixado uma herança nada positiva. À medida que avançava para enfrentar as demandas do país, a administração de Zuazo descortinava uma miríade de problemas de todas as ordens. No plano econômico, a desorganização financeira era completa, e as medidas tomadas pelo governo só contribuía para acentuá-la. A inflação avançava a galope toda vez que o governo, para apaziguar as lideranças sindicais, decretava novo aumento de salários. O crescimento econômico esperado não se realizava. Como se não bastasse, o preço do estanho no mercado internacional atravessava mais um período de baixa, o que implicava a depleção das divisas bolivianas e a falta de controle sobre o câmbio. Na política, governo e parlamento seguiam caminhos opostos, e não tardou que a base sindical e os partidos de esquerda retirassem o apoio ao governo, ao darem-se conta de que não ocorreria melhora sensível das condições de vida. Por fim, desenvolvia-se um poder paralelo na sociedade, ligado ao tráfico de cocaína. As plantações da folha de coca alastravam-se pelo país, fugindo ao controle. Já há muito tempo, o cultivo não se direcionava apenas aos usos tradicionais da folha de coca; ele servia também para alimentar a indústria da cocaína. Aos plantadores de coca, não obstante a pressão do governo, não parecia ser um bom negócio abandonar um cultivo que lhes fornecia quatro colheitas por ano a bons preços. Pelo lado dos narcotraficantes, a renda proporcionada pelo tráfico lhes permitia que tivessem forte influência política, ao financiar candidaturas e literalmente comprar parlamentares. Nem mesmo o presidente foi poupado de acusações de envolvimento com o tráfico de drogas, o que precipitou o fim de seu mandato.

As acusações que pesaram contra o presidente referiam-se à utilização de sua influência para a libertação do filho do grande chefe do tráfico boliviano, que estava então detido em uma cadeia de Miami.



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

Em troca, Siles Zuazo teria recebido vultosas quantias de dinheiro, usadas em benefício pessoal. Mesmo rechaçando todas as acusações, frente à pressão da oposição, Zuazo convocou eleições gerais para junho de 1985. As três grandes candidaturas que se apresentaram foram a do MNR, de Paz Estenssoro, a da ADN, de Hugo Banzer, e a do MIR, de Paz Zamora. As plataformas de ambos os partidos, da MNR e da ADN, não diferiam muito, tendo como principal ponto, igualmente, o ajuste estrutural da economia, inspirado nos estudos de um jovem economista de Harvard, Jeffrey Sachs. A vitória das urnas coube à ADN, de Banzer, que, todavia, não se repetiu no Congresso, onde Paz Estenssoro foi o candidato vencedor. Ao invés de questionar o resultado das eleições, revelando nova postura democrática, Banzer preferiu compor o governo de Estenssoro, a fim de levar a cabo a implementação das reformas econômicas.

Dessa maneira, pela quarta vez na história boliviana, assumia a presidência Paz Estenssoro, cujo valor político primava mais pelo pragmatismo do que pela coerência ideológica. Ele identificava como o principal mal da economia boliviana a hiperinflação, que chegava, em fins de 1985, a níveis estratosféricos. Sua política econômica prontamente se voltou para combatê-la por meio de sucessivos tratamentos de choque. A política econômica procedeu à eliminação de protecionismos e subsídios, à liberalização dos preços e da taxa de juros, à unificação das tarifas externas, à permissão da livre contratação do trabalho e da negociação salarial, à eliminação do crédito fiscal às empresas públicas e ao estabelecimento de uma bolsa no Banco Central para a compra e venda de dólares. Todas estas medidas conseguiram reduzir drasticamente a inflação, de anuais 2.400% a 10%. Por outro lado, ocorreu grande número de demissões, que foram abrandadas pela criação de um fundo especial de emergência com base em doações internacionais.¹² Depois de um período de recessão,

¹² O governo iniciou um grande programa de demissões. Somente a Comibol despediu vinte mil trabalhadores, pagando-lhes indenizações individuais de US\$ 3,000.00.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

o país voltou a apresentar crescimento positivo, com o aumento considerável dos depósitos bancários. A Bolívia pôde novamente gozar de créditos internacionais, que foram utilizados na construção de obras públicas. Os empresários privados nacionais também tiveram participação no governo, destacando a presença de Gonzalo Sánchez de Losada no Ministério do Planejamento. Por ironia do destino, Paz Estenssoro dava os primeiros passos no sentido de liquidar o modelo estatizante e centralizador que ele mesmo criara durante o período revolucionário. Na sua visão, era importante adaptar-se às “mudanças dos ventos”.

As centrais sindicais e os partidos de esquerda, por sua vez, fizeram constante oposição ao governo em razão de sua política neoliberal. O grande número de desempregados era o fator inquietante da administração de Paz Estenssoro. Em nenhum momento, porém, o governo recuou em seus planos, e fazia de tudo para atrair investimentos e obter mais créditos internacionais. Isso incluía dar livre acesso aos militares norte-americanos para realizar operações em território boliviano para o combate ao narcotráfico. Convênios e leis, visando a diminuir o poder dos traficantes, foram aprovados, sem que resultassem em diminuição acentuada do tráfico.

Outra realização importante do governo de Paz Estenssoro foi a inauguração, em 1988, do porto de Aguirre, na hidrovia Paraguay-Paraná, próximo a Corumbá, no Brasil. Ele permitiu a saída da Bolívia para o Atlântico, reduzindo a dependência aos portos chilenos. A produção agropecuária de Santa Cruz, principalmente em razão da exportação de soja, teve assim grande impulso.

Ao aproximar-se a data das eleições em 1989, as opções que se apresentaram, para o eleitor boliviano, foram a candidatura de Gonzalo Sanchez Losada, do MNR, novamente Hugo Banzer, da ADN, e Paz Zamora, do MIR. Embora Losada e Banzer tivessem vencido pelo voto popular, a eleição foi decidida no Congresso, que, após intensa negociação política, aprovou a contraditória fórmula



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

Paz Zamora e Hugo Banzer para governar o país. Historicamente, o MIR de Zamora fora sistematicamente perseguido, com inúmeros militantes mortos, durante o governo militar de Banzer. Superando as antigas rivalidades, que degeneraram muitas vezes em derramamento de sangue, a composição do governo ocorreu pela repartição equânime da máquina administrativa. O MIR, entretanto, na década de 1990, já era um partido bem diferente daquele que nasceu pregando a luta armada revolucionária de esquerda, quiçá em razão do contexto internacional, marcado pela queda do muro de Berlim e pela abertura econômica chinesa, quiçá pela adaptação do partido às necessidades orgânicas de governo.

A política econômica do governo permaneceu essencialmente inalterada, e Paz Zamora pretendeu, sem muito sucesso, avançar o processo de privatização que teve início no governo precedente, visando, sobretudo, a buscar novas soluções para a Comibol, que, de longa data, era uma empresa ineficiente. Por outro lado, as ações de Zamora no plano internacional pareciam render mais frutos. Para romper o isolamento da Bolívia, o governo fechou contratos com o Peru para a concessão de uma zona franca no porto de Ilo, além de realizar 44 viagens internacionais com o objetivo de formar parcerias para a cooperação e desenvolvimento econômico. Paz Zamora desenvolveu também o programa “Coca para o Desenvolvimento”, buscando a substituição do cultivo de coca no Altiplano (regiões de Yunga, em La Paz, e Chaparre, em Cochabamba) por meio da cooperação internacional, o que não impediu que integrantes do governo fossem acusados pelo DEA de estarem envolvidos com tráfico de cocaína. Os programas de erradicação com os Estados Unidos previam a destruição do excedente das colheitas, não direcionadas aos usos tradicionais da coca (que são satisfeitos com apenas 20% da produção).

As eleições de 1993 conduziram à presidência o candidato do MNR, Gonzalo Sanchez de Losada. Seu grande objetivo era dar início



ALESSANDRO SEGABINAZZI

a um projeto modernizador que conferisse ao Estado mais eficácia e celeridade. Nesse sentido, reduziu o número de ministérios e promoveu a reforma constitucional. Losada procurou também empreender uma reforma educacional direcionada principalmente ao ensino primário. A grande característica que, sem dúvida, marcou seu governo foi a ampla política de capitalização das empresas públicas (ou seja, o repasse das companhias para a administração privada, cabendo ao governo as funções de regulação das atividades). O projeto inicial previa que, para atrair investimentos, a parcela do Estado nas empresas públicas seria posta à venda, assegurando, por outro lado, que os trabalhadores tivessem participação acionária nas empresas. A capitalização iniciou-se pela empresa ferroviária (Enfe), passando pela de comunicações internacionais (Entel), a de linhas aéreas (LAB), de eletricidade (Ende), até chegar à de hidrocarbonetos (YPFB).

A capitalização da YPFB foi de longe a mais polêmica e a que teve maiores repercussões políticas. Com a capitalização da companhia, Losada pretendia transformar a Bolívia em uma espécie de centro energético do continente, que seria viabilizado inicialmente pela exportação intensiva de gás natural para o Brasil. Esperava também obter importantes divisas com a exportação de petróleo, possibilitada pelo aumento da produção. Para a capitalização da YPFB, dividiu-se previamente a companhia em três unidades, sendo duas referentes à exploração e à produção de hidrocarbonetos e uma, ao transporte. A Petrolera Andina, um grande consórcio reunindo a Perez Compac, Plus Petrol, Repsol-YPF, e a Petrolera Chaco, consórcio abarcando a Amoco e a Exxon Mobil, adquiriram as unidades de exploração e produção. A de transporte foi capitalizada pela Transredes, consórcio formado pela Enron e a Shell. À medida que o processo de capitalização avançava, protestos sociais iam-se multiplicando, sem alterar a convicção governamental de que o projeto era fundamental para o futuro econômico da Bolívia. Ao mesmo tempo, iniciavam-se as obras de construção do Gasbol, gasoduto com



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

capacidade de transporte de 30 mm³/ gás dia, ligando Rio Grande, na Bolívia, ao mercado consumidor de São Paulo, no Brasil.

O processo de capitalização do restante da YPFB, unidades de refino, distribuição e comercialização, teve continuidade também durante a presidência subsequente de Hugo Banzer, de 1997 a 2001. Do restante da YPFB, grande parte foi adquirida pela Petrobras e pela Perez Compac. Quanto aos trabalhadores bolivianos, sua parcela (que lhes foi garantida antes do processo de capitalização) do que não foi vendido pelos próprios passou a ser administrada por fundos de pensão. Isso, porém, não impediu que eles questionassem as condições extremamente vantajosas que eram oferecidas às empresas transnacionais. Uma delas era a reclassificação dos campos que seriam objeto de concessão. Ocorreu que o governo procedeu à diferenciação entre campos já existentes e campos novos a serem descobertos, fixando impostos diferenciados para ambos. Enquanto a alíquota de imposto para os campos já existentes chegava a 50%, a dos campos novos era fixada apenas em 18%. Muitas vezes, porém, campos já existentes, no momento de negociação com as transnacionais, eram classificados como campos novos, o que burlava o acordado, gerando perdas significativas de receita fiscal.

Em 2001, Gonzalo Sanchez de Losada, ao derrotar nas eleições Evo Morales e Felipe Quispe, reassumiu a presidência da Bolívia, com intenção de dar seguimento a uma política econômica liberal. A construção do Gasoduto Brasil já se havia concluído, transformando-se na principal fonte de receita exterior para a Bolívia. À medida, porém, que novos e importantes investimentos (como os da Petrobras e da Repsol-YPF) se iam realizando, os protestos sociais ganhavam intensidade, porque as condições de vida da população não tinham melhorado, a despeito das privatizações.¹³ Não eram apenas os

¹³ Análise interessante sobre o assunto é desenvolvida por Molina. (MOLINA, Patrícia. *Bolivia-Brasil: Relaciones Energeticas, Integracion y Medio Ambiente*. Disponível em: www.fobomade.org.bo/hidrocarburos/docs/petrobrás_02.php)



ALESSANDRO SEGABINAZZI

trabalhadores da YPFB, mas também diversos setores sociais que se mobilizavam, com a preocupação de que os recursos naturais bolivianos se esgotassem sem que isso se traduzisse em benefícios para a população. A oposição, com muito vigor, organizou-se em torno do partido Movimento ao Socialismo (MAS), partido fundado em meados da década de 1990 por camponeses cocaleros do vale de Cochabamba, liderado por Evo Morales. O MAS ganhou rápido suporte da histórica Central Obreira Boliviana (COB), do Movimento Indígena Pachacutic (MIP), da Central Sindical dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), das centrais sindicais dos povos indígenas do oriente da Bolívia, do Movimento Sem-Terra boliviano. A grande bandeira política do MAS era o retorno ao Estado boliviano da posse dos hidrocarbonetos, para que, assim, tivesse controle sobre o excedente econômico.¹⁴

Quando surgiu o anúncio governamental do projeto LNG-Pacific, as forças sociais tomaram as ruas, bloquearam estradas, realizaram greves, invadiram prefeituras, levando o país à completa paralisia. Sanchez Losada demonstrou-se incapaz de contornar a situação, não tendo alternativa senão renunciar, em outubro de 2003. A presidência coube, então, ao moderado Carlos Mesa, que tampouco pôde amainar a crise de governabilidade, mesmo depois de anunciar o *referendum* popular de julho de 2004, acerca da posse dos hidrocarbonetos, quando a grande maioria dos bolivianos manifestou sua vontade de que os hidrocarbonetos fossem nacionalizados. O MAS e outras forças políticas de esquerda não ficaram satisfeitos com

¹⁴ Linera avalia que as insurgências contra o modelo liberal que tiveram início com a expulsão da empresa privada Betchel, provedora da água potável em Cochabamba, poderiam marcar uma nova correlação de forças na política boliviana, em que os movimentos sociais teriam maior poder de decisão. (LINERA, Álvaro García. La crisis Boliviana en el contexto regional. In: Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales in sudamerica. Disponível em: www.fobomade.bo/.) Ver também: GARCÍA, A. (Coord.) Sociología de los Movimientos Sociales em Bolivia. Estructuras de Movilización, repertórios culturales y acción política. La Paz: DiaKonia, Oxfam. 2004. e TAPIA, Luis. Subsuelo Político. In: Pluriverso, Comuna. La Paz: Muela Del Diablo, 2001



BOLÍVIA: DE 1952 AO SÉCULO XXI DIVERSAS SÍNTESES DE UMA REVOLUÇÃO

a elevação dos impostos de operação, para as companhias estrangeiras, para 50% e com a decisão de que a YPFB teria de ter 50% de participação em novos empreendimentos. Mesa não conseguiu se sustentar no poder por muito tempo, precipitando novas eleições, das quais saiu vitorioso o MAS, de Evo Morales, que, tomando posse, não tardou a anunciar a nacionalização dos hidrocarbonetos. Possivelmente, abre-se novo período da história boliviana, em que as forças populares, como em outras oportunidades, terão peso decisivo para o rumo do país.

Considerações Finais

Nenhum historiador mais se engana quanto a que “toda história é uma história contemporânea”, no sentido de que seus valores e concepções de mundo presentes influenciam a interpretação que ele faz dos eventos passados. Ao escrever-se a história da Bolívia, percebe-se que esta assertiva, em razão dos desenvolvimentos recentes do país, tem redobrada validade. Embora se tenha procurado, ao longo do texto, analisar os fatos de uma maneira imparcial, existe a clara consciência de que se falhou neste propósito. Como dificuldade adicional, as fontes parecem demonstrar que ainda não despertou um verdadeiro interesse em se escrever a história da Bolívia fora de suas fronteiras. Isso implica dizer que, mesmo que se possa ter escrito uma interpretação válida, ela é limitada, da mesma forma que serão suas conclusões.

Para não incorrer em distorção ainda maior, em vez de dizer do que se trata a essência da dinâmica da história boliviana (se é que existe uma acabada), diremos aquilo a que ela não corresponde. Em primeiro lugar, negamos a visão de que a cultura política boliviana (supostamente dada a noções informais de autoridade, de comunidade e de salvação pessoal) é avessa às idéias políticas e econômicas que compõem a tradição ocidental – liberalismo, social-democracia,



ALESSANDRO SEGABINAZZI

marxismo, nacionalismo. Se isso fosse verdadeiro, não teriam sucedido experiências tão diferenciadas como a Revolução Nacionalista de 1952, que não foi reflexo apenas do marxismo importado, mas a cuja ideologia se agregaram importantes aspectos locais, ou como o liberalismo econômico precoce do governo de Paz Estenssoro, anterior ao Consenso de Washington e à queda da União Soviética. Em segundo lugar, rejeita-se também a visão de que a história da Bolívia seja marcada, de um lado, pela alternância de pequenos grupos no poder e, de outro, pela exclusão da grande massa indígena camponesa. Nada é mais falso do que isso. Nos últimos cinquenta anos, a participação política dos camponeses foi intensa, seja por meio dos sindicatos e das agremiações rurais, seja por meio da participação e do suporte direto ao governo. Por fim, ao contrário do que circulou em jornais e revistas, na opinião de pessoas eminentes, a conscientização política boliviana mais à esquerda (até mesmo em respeito à história política do país) não pode ser comparada a “invasões bárbaras”. Na Bolívia, ocorreu longo processo de conscientização política, permeado por lutas intensas, que permite que o povo e os representantes bolivianos avaliem com discernimento sua condição. As últimas medidas bolivianas associadas à nacionalização dos hidrocarbonetos, embora possam se demonstrar mais contraproducentes no futuro, para o desenvolvimento econômico boliviano, foram extremamente racionais. Seria ignorância se assim não as considerássemos.



Referências Bibliográficas







Referências Bibliográficas

ALBO, Xavier. **Pueblos Indios en la Política**. La Paz: Plural, CIPCA, 2002.

BATISTA GUMUCIO, M. **Breve Historia Contemporânea de Bolívia**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CONDURU, Guilherme F. The Robore Agreements (1958): a case study of foreign policy decision-making process in the Kubitschek administration. **Working Paper Series**. Oxford: Jul. 2001. Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/working_papers/conduru_24.pdf .

GARCÍA, A. (coord). **Sociologia de los Movimientos Sociales en Bolivia. Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política**. La Paz: DiaKonia, Oxfam, 2004.

LINERA, Álvaro García. La crisis Boliviana en el contexto regional. In: **Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales in Sudamérica**. Disponível em: www.fobomade.bo/.

MOLINA, Patrícia. Bolívia-Brasil: Relaciones Energéticas, Integración y Medio Ambiente. Disponível em: www.fobomade.org.bo/hidrocarburos/docs/petrobrás_02.php.



ALESSANDRO SEGABINAZZI

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero: cultura e idéias na América.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TAPIA, Luis. “Subsuelo Político”. In: **Pluriverso, Comuna.** La Paz: **Muela Del Diablo,** 2001.



